

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 309, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 322/2021
OF 564/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019, que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 322

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 96, de 20 de fevereiro de 2015 – Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio, no município de Igarapé do Meio - MA;

2 - Portaria nº 109, de 5 de fevereiro de 2015 – Associação Rádio Comunitária Guarany FM, no município de Abaetetuba – PA;

3 - Portaria nº 746, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária Vale do Uatumã, no município de Presidente Figueiredo – AM;

4 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rios dos Bois, no município de Anicuns – GO;

5 - Portaria nº 2.990, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Itarantiense Nova Esperança, no município de Itarantim – BA;

6 - Portaria nº 3.430, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Cultural de Bálsamo, no município de Bálsamo – SP;

7 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;

8 - Portaria nº 3.602, de 8 de setembro de 2015 – Associação Rádio Vida, no município de Cachoeira do Sul – RS;

9 - Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto, no município de Ouro Preto – MG;

10 - Portaria nº 6.310, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária, no município de Sete Lagoas – MG;

11 - Portaria nº 155, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu, no município de Jarinu – SP;

12 - Portaria nº 233, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Cruz das Armas FM, no município de João Pessoa – PB;

13 - Portaria nº 4.767, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Cultural de Torres, no município de Torres - RS;

14 - Portaria nº 4.864, de 19 de setembro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário Machado FM, no município de Machado - PE;

- 15 - Portaria nº 4.877, de 19 de setembro de 2019 - Associação Unidos Para Comunicação de Pinheiros, no município de Pinheiros - ES;
- 16 - Portaria nº 4.879, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão, no município de Campos Gerais - MG;
- 17 - Portaria nº 4.880, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Nova Bassano, no município de Nova Bassano - RS;
- 18 - Portaria nº 5.137, de 30 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba, no município de Piritiba - BA;
- 19 - Portaria nº 5.138, de 30 de setembro de 2019 - Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social, no município de Novo Barreiro - RS;
- 20 - Portaria nº 5.179, de 4 de outubro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo, no município de Guaraciaba do Norte - CE;
- 21 - Portaria nº 5.238, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, no município de Prata - MG;
- 22 - Portaria nº 5.239, de 14 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 23 - Portaria nº 5.243, de 14 de outubro de 2019 - Associação Rádio Comunitária RCS, no município de São Jorge d'Oeste - PR;
- 24 - Portaria nº 5.306, de 15 de outubro de 2019 - Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, no município de Cariré - CE;
- 25 - Portaria nº 5.308, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, no município de São José do Belmonte - PE;
- 26 - Portaria nº 5.309, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG;
- 27 - Portaria nº 5.310, de 15 de outubro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, no município de Cajati - SP;
- 28 - Portaria nº 5.311, de 14 de outubro de 2019 - Associação Comunitária União, no município de União dos Palmares - AL;
- 29 - Portaria nº 5.316, de 15 de outubro de 2019 - Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga, no município de Santa Rita de Jacutinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 6.045, de 8 de novembro de 2019 - Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM, no município de Bofete - SP.

Brasília, 2 de julho de 2021.



Brasília, 5 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.001651/2016-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Radio Comunitária a Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, explore pelo prazo de dez anos a partir de 1º de outubro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17575/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5239, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



PORTARIA Nº 5239/2019/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000293/2000 e nº 01250.001651/2016-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/10/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702252** e o código CRC **E65E3BF8**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 564/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 2 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 96, 109, 746, 2.019, 2.990, 3.430, 3.594, 3.602, 3.615 e 6.310, de 2015; 155 e 233, de 2016; 4.767, 4.864, 4.877, 4.879, 4.880, 5.137, 5.138, 5.179, 5.238, 5.239, 5.243, 5.306, 5.308, 5.309, 5.310, 5.311, 5.316 e 6.045, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.071349/2013-15

SEI nº 2693854

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 46842/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.001651/2016-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/12/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4936082** e o código CRC **7ABE71FF**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	01250.001651/2016-11
Interessado:	Rádio Comunitária A Voz da Liberdade
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.256.169/0001-03
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	PE
Localidade:	Jaboatão dos Guararapes
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 25/10/2019, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4774056** e o código CRC **263F01AF**.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4774056

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 31286/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **01250.001651/2016-11**

Processo de Outorga nº: **53103.000293/2000-41**

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes/PE**.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 01/10/2017. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia 01/09/2017, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 15/12/2016, às 11:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2016, às 15:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1513652** e o código CRC **8F6769CE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 1513652



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 45411/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Rua Barreto de Menezes, nº 567 – Bairro: Marcos Freire - Prazeres
54315340 / Jaboatão dos Guararapes – PE
CNPJ nº 03.256.169/0001-03

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 31286/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,

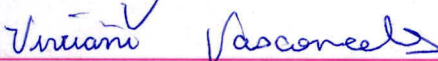


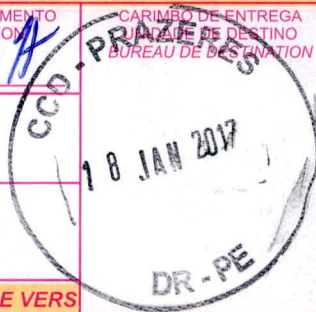
Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/12/2016, às 15:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1513667** e o código CRC **28DBCD83**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 45411/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 1513667

NOME OU RAZÃO SCE/CGRC Ofício nº 45411/2016/SEI-MCTIC, 19/12/2016 01250.001651/2016-11 REPRESENTANTE LEGAL RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE RUA BARRETO DE MENEZES, Nº 567 – MARCOS FREIRE - PRAZERES 54315-340 GUARARAPES – PE	
ENDEREÇO / A CEP / CODE POST	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION 	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR 	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON 
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR 	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR 	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT 
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS	





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JR 75043286 4 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE
Plantando o futuro com você!

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.

Ofício Nº 04/2016

Ilmo. Sr. Diretor da ANATEL

Tendo em vista o pedido de renovação de nossa Outorga junta ao Ministério das Comunicações conforme estabelece a Lei federal 9612.

A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade utilizando o canal de frequência 98,5 com estúdio e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire, Jaboaão dos Guararapes/PE, vem pelo presente solicitar uma vistoria da ANATEL, especificamente para efeitos da renovação da outorga, conforme estabelece a Lei. Diante do exposto ficamos no aguardo da visita técnica.

Atenciosamente,


Pedro Martins dos Santos
Presidente

SEI: 1115075
PROTOCOLO - ANATEL
RECEBEMOS
Data: 13/01/2017
Mª Edileide Cruz
53532000085/2017-31

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



Pedro Martins

Diretor Presidente

(81) 98430.6914

pedromartins29@yahoo.com.br

RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

9.9421905-2AP.

WEB RÁDIO

www.radiofmavozdaliberdade.com

Av: Barreto de Menezes nº 567 - Marcos Freire - Jaboatão dos Guararapes
Pernambuco - Fone: (81) 34761547 www.radiofmavozdaliberdade.com.br



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Processo Digitalizado (1623536)

SEI 53532.000085/2

RADIO COMUNITARIA A VOZ
DA LIBERDADE 98,5
AV. BARRETO DE MENEZES
Nº 567 MARCOS FREIRE
LABOATÃO DOS GUARARAPES-PE
CEP. 54.360.160.

AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

A NATEL

ESCRITÓRIO REGIONAL DE FERNAMBUCO

- ER06

RUA JOAQUIM BANDEIRA 492 BOA VIAGEM

RECIFE-PE CEP 51.160.290

DATA: 09.03.2017 15:00 23-28.

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

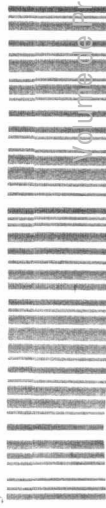
AR ☐

MP ☐

PESO / WEIGHT (kg)

0,012

JR 85421187 0 BR



PB201317
0797E3



Correios

R\$ 06,00

09.01.17 - 14:04 DH

CARTA

AGF AV. PRES CAST BRANCO/PE

Ofício nº 3/2017/SEI/GR06/SFI-ANATEL

A Senhora

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

Secretária

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, Sala 100B, Zona Cívico-Administrativa

CEP: 70044-900 - Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de ofício referente a solicitação de renovação de outorga.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53532.000085/2017-31.

Senhora Secretária,

1. O Ofício nº 04/2016, de 20/12/2016 e protocolizado na Anatel em 13/01/2017, solicita a realização de vistoria para efeitos da renovação de outorga.
2. Considerando que a renovação de outorga é competência exclusiva do MCTIC e o que estabelece a [Portaria nº 4334/2015/SEI-MC](#), a qual não prevê a realização de vistoria técnica pela Anatel para fins de renovação de outorga, encaminho o presente processo para as providências que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Alves Cavendish, Gerente Regional nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas**, em 16/01/2017, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1119503** e o código CRC **0C7F7D36**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53532.000085/2017-31

SEI nº 1119503



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade

Razão Social: Rádio Comunitária A Voz da Liberdade
Nome Fantasia: Rádio FM A Voz da Liberdade
CNPJ: 03.256.169/0001-03
Endereço de sede: Avenida Barreto de Menezes Nº: 567
Bairro: Marcos Freire CEP: 54.315-340
Cidade: Jaboatão dos Guararapes UF: PE
Nome do representante legal: Pedro Martins dos Santos
E-mail: pedromartins29@yahoo.com.br

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612/1998-Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em copia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamento em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Jaboatão/PE, 21 de NOVEMBRO de 2016.

Assinatura Reconhecida

Assinatura do representante legal da entidade

Endereço:
Bairro:
Cidade:

CEP:
UF:

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Lory Malta - TABELÃO PÚBLICO
 Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
 Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
 Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Reconheço por semelhança a firma de PEDRO MARTINS DOS SANTOS em 21/11/2016 11:01:26 dou fé. Em testemunho da verdade. ESCRIVENTE: MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA.
 Emol. R\$ 3,27, TSHR R\$ 0,73, FERC R\$ 0,36, Total R\$4,36.
 Selo:0074849.HWC11201602.00240 Consulte a autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.



DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
 Em 27/01/17 às 14:06 horas
 Assinatura: Conceição

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.256.169/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/07/1999
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO A VOZ DA LIBERDADE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV BARRETO DE MENEZES	NÚMERO 567	COMPLEMENTO	
CEP 54.360-160	BAIRRO/DISTRITO MARCOS FREIRE	MUNICÍPIO JABOATÃO DOS GUARARAPES	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (81) 3476-1796	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 21/11/2016 às 10:22:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
CNPJ: 03.256.169/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 12:18:27 do dia 25/11/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/05/2017.

Código de controle da certidão: **F0D9.24EF.4151.1CF7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DIRETORIA ADJUNTA E DO CONSELHO FISCAL DA RÁDIO COMUNITÁRIA FM A VOZ DA LIBERDADE 98,5.

Aos vinte cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, as 10:00hs conforme Edital de convocação das eleições, cumprindo normas estatutárias, reuniram diretores, conselheiros e associados da Rádio FM A Voz da Liberdade em seu auditório Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes PE, para eleger a nova diretoria Executiva Diretoria Adjunta e Conselho Fiscal.

O Sr. Martins Presidente da Rádio deu por aberto a sessão, falou dos trabalho desenvolvidos pela Rádio nas comunidades por ela atingida, e convidou o Sr. Secretario Claudemir para conduzir o processo da eleição, o Sr. Secretario conclamou a todos os presentes a participarem do processo da votação, a seguir foi suspensa a sessão para que se formasse a composição das chapas concorrentes, reiniciando os trabalhos, foi apresentada uma única chapa, para diretoria executiva, diretoria adjunta e para o conselho fiscal. Tendo a seguinte composição.

Presidente: Pedro Martins dos Santos RG: 1.457.714 SSP/PE

Vice – Presidente: Rejane da Conceição Santos RG: 3.063.220 SDS/PE

Secretario Geral: Claudemir José da Silva RG: 2.697.547 SSP/PE

Tesoureiro: Gildo Alves de Oliveira RG: 1.205.521 SDS/PE

Diretora Adjunta de Planejamento Administrativo: Jeane Vieira dos Santos RG: 6.356.500 SDS/PE

Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo: Maria Jussineide da Silva RG: 2.922.998 SSP/PE

Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social: Gerson de Almeida RG: 2.392.641 SSP/PE

Diretora Adjunta de Patrimônio: Maria José de Araujo RG: 2.256.484 SSP/PE.

Conselho Fiscal Titular:

1) Erenice Barbosa de Santana RG: 1.249.312 SSP/PE

2) Kátia Paes Barreto RG: 2.773.062 SSP/PE

3) Ivaniildo Paulino de Andrade RG: 1.939.709 SSP/PE

Conselho Fiscal Suplente:

1) Barbara Silva Rodrigues RG: 7.979.438 SDS/PE

2) Juliane Nunes Lacerda CPF: 033.612.534-89

3) Viviane Silva de Vasconcelos RG: 7.273.079 SDS/PE

As 13:00hs do dia 25 de abril do ano de 2015 o Presidente da sessão deu como encerrada a Assembleia Geral Ordinária de eleição e posse da diretoria executiva, diretoria adjunta e conselho fiscal da Rádio FM A Voz da Liberdade, neste ato sendo todos empossado eu Claudemir José da Silva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada segue devidamente assinada.

Jaboatão dos Guararapes, 25 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas:]
Pedro Martins dos Santos
Rejane da Conceição Santos
Gildo Alves de Oliveira
Claudemir José da Silva
Jeane Vieira dos Santos
Maria Jussineide da Silva
Gerson de Almeida
Maria José de Araujo
Erenice Barbosa de Santana
Kátia Paes Barreto
Ivaniildo Paulino de Andrade
Barbara Silva Rodrigues
Juliane Nunes Lacerda
Viviane Silva de Vasconcelos



Protocolada sob o nº 39697, em 11/05/2015 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 4029, em 11/05/2015 10:09:36.
Selo 0074949. JFUI1201602.00241
Emulmentos R\$ 25,00 TSNR R\$ 5,56 FERC R\$ 5,56
RICARDO TUPAZ DA SILVA
CANTÓRIO EDUARDO MALTA

Cantório Eduardo Malta
Registro de TRP e PJ
Nº 39.699 = 4029

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CANTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loro Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almino da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - Substitutos
Rua Araújo Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico em 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total Selo:0074949.JFUI1201602.00241 Consulte autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selo>



RÁDIO A VOZ DA LIBERDADE

FM

Estatuto Social

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almino da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total Selo:0074849.KPV11201602.00243 Consultar autenticidade em <http://www.tipe.ius.br/selodigital>



Marcos Freire – Jaboatão dos Guararapes
Estado: Pernambuco

Antonio Pereira de Lima
GABRIPE 0203

ESTATUTO DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE, FORO, OBJETIVOS E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A Rádio Comunitária A VOZ DA LIBERDADE – CNPJ: 03.256.169/0001-03, é uma associação de direito privado, sem finalidade lucrativa, instituída de acordo com a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, fundada em 20 de dezembro de 1998, com objetivos culturais, sociais e democráticos, com sede e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes, n.º 567, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes, tendo como foro a cidade do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Parágrafo Primeiro – A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade foi autorizada pelo Ministério das Comunicações para executar os serviços de rádio difusão comunitária FM, através da portaria 201, de 11 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2005, edição número 52, conforme despacho do Presidente da República, mensagem número 93, de 15 de fevereiro de 2006, para funcionar no município do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Parágrafo Segundo – A Rádio Comunitária a Voz da Liberdade Independentemente deste Estatuto terá um Regimento Interno que aprovado pela Assembléia Geral disciplinara o seu funcionamento.

Art. 2º - São objetivos da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- b) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.
- c) Obter, junto ao poder público, autorização para execução de serviços de radiodifusão de caráter local.
- d) Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste Estatuto e a luz da legislação pertinente, quando aplicável.
- e) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicações locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico-cultural e desportivo, relacionados aos interesses das comunidades.
- f) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observando a legislação vigente.
- g) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica, as entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais, Conselhos Municipais e outras sem fins lucrativos.
- h) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

- i) Promover de forma contínua o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta – TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almino da Silva – Bel. Pedro Malta Filho – Ricardo Tomas d. Silva – SUBSTITUTO
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 – Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 – Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Empl.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Requirimento 1616074542 EDN1120160200244 Consultado em 21/11/2016 11:02:50 Autenticado em 21/11/2016 11:02:50



Art. 3º. – O prazo de duração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E EXCLUSÕES.

Art. 4º - O Quadro Social da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é constituído por pessoas físicas, independentes de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto, e seja residente no município do Jaboatão dos Guararapes, ou tenha domicílio nas áreas atingidas pela transmissão da Rádio.

Parágrafo Primeiro – A inscrição de filiados será feita a qualquer tempo, mediante proposta formulada oficialmente pelo interessado à Diretoria Executiva.

Art. 5º - São direitos dos associados:

- a) Participar das assembleias gerais, votando na forma estabelecida neste Estatuto.
- b) Solicitar, a qualquer tempo, e sem ônus de qualquer ordem, seu desligamento do quadro social da Rádio, mediante solicitação por escrito, desde que, esteja quites com suas obrigações estatutárias.

Art. 6º. São deveres dos Associados:

- a) Comparecer às Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, convocadas na forma estabelecida neste Estatuto.
- b) Votar nas eleições da Radio Comunitária A Voz da Liberdade.
- c) Acatar fielmente todas as disposições do presente Estatuto, as deliberações das Assembleias Gerais e as decisões da Diretoria Executiva.
- d) Manter rigorosamente em dia o pagamento de suas contribuições.
- e) Comunicar à Diretoria Executiva qualquer ocorrência contrária às disposições deste Estatuto, às determinações das Assembleias Gerais e da própria Diretoria, que desabone a imagem da Rádio.
- f) Atender, rigorosamente as recomendações da Diretoria Executiva e as decisões das Assembleias.

Art. 7º. As exclusões e punições dos Associados ocorrerão nas seguintes hipóteses:

- a) - O associado que faltar a 03(três) assembleias gerais ordinárias, consecutivas, sem justificção, será desligado sumariamente do quadro de associados. Seu reingresso somente poderá ocorrer após seis meses de afastamento, mediante pedido por escrito à Diretoria, que poderá ou não aprovar.
- b) Por decisão da Diretoria Executiva, em razão de violação deste Estatuto, com referendun da Assembleia Geral Ordinária, por simples maioria de votos.
- c) Por atraso cumulativo de 03(três) contribuições mensais.

CAPÍTULO III

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELAÇÃO PÚBLICA
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomas de Silva - SECRETARIO
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9301

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e doo
fé 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA
SANTANA Empl 2,79 - TSNR 0,62 - FERC 0,31 Total 3,72
Selo: 0074049.LCF11201602.00245 Consultar autenticidade em

CARTÓRIO E

Bel. José Ed

Requerimento



DO PATARIMÔNIO, DA RECEITA E DESPESA.

Art. 8º - Constituem o Patrimônio e a Receita da Rádio:

- a) A contribuição de qualquer pessoa à título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) A contribuição mensal dos associados.
- c) As verbas provenientes de subsídio oficial;
- d) O patrocínio do comércio local, destinado a apoio cultural.
- e) **Arrecadação de valores e objetos oriundos de campanhas e outras atividades desenvolvidas, com objetivos sociais, esportivas etc.**

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela diretoria executiva que poderá aceitá-la ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Serão garantidos aos doadores que assim o desejarem o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, após solicitação por escrito, ou por decisão judicial.

Art. 9º - As despesas da Entidade podem ser:

- a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD e outros.
- b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalação, inclusive a título de pró-labore.
- c) Patrocínios, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.
- d) Patrocínio a projetos ou atividades com fins comunitários.
- e) A Rádio visando uma melhor prestação de serviços à Comunidade das áreas atingidas pela Transmissão, poderá receber empréstimos de pessoas físicas, para investir em suas instalações físicas e/ou operacionais, desde que, autorizado pela Diretoria Executiva, que deverá assinar termo de compromisso, responsabilizando-se pelo investimento e pelo pagamento.

Art. 10º - Não será permitido aos membros das Diretorias, como também aos membros do Conselho Fiscal, qualquer tipo de remuneração. A participação dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal nas atividades da Rádio, e seus serviços prestados serão considerados como de interesse e relevância pública. Em casos especiais de representação da Instituição, em conferência, seminário, reunião, eventos, encontros, regularização de documentos, fora do município, que impliquem em despesas pessoais para os membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, os mesmos receberão ajuda financeira para passagens e diárias na qualidade de colaboradores eventuais.

Parágrafo 1º - A contratação de funcionários dependerá da aprovação do Presidente.

Parágrafo 2º - Não será permitido aos membros da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e aos membros do Conselho Fiscal manterem vínculo empregatício com a Rádio Comunitária A Voz da

original que me foi apresentado, ao qual autentico e do
fe 21/11/2016 11:02:50 ESTEVENTE MARIA DE FATIMA SILVA
SANTANA Empl. 2,79, TSMR 0,62, FERC 0,31 total 3,72
Selo: 0074849.LB11201602.00246 Consulte autenticidade em
<http://www.tipe.ius.br/selodigital>



GARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta

TITULAR

Antônio Pereira de Lima
DAB/PE 0288

Requerimento 136467/19

Selo 1250.005475/2017-607 pg. 8

Liberdade, portanto é vetado o ingresso dos ocupantes dos mencionados cargos, no quadro de funcionários da aludida Rádio.

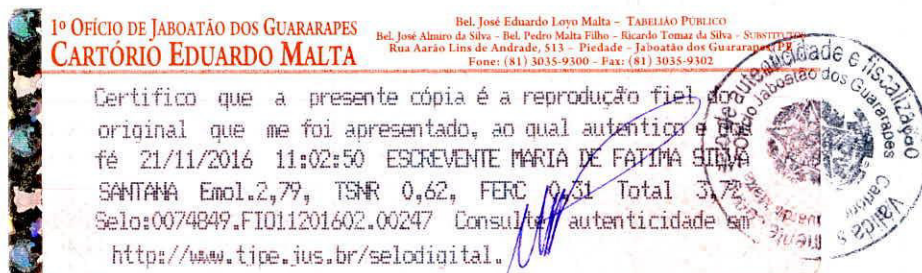
Parágrafo 3º - Os sócios serão necessariamente contribuintes, sendo-lhes, contudo inimputáveis, sob quaisquer hipóteses, por responsabilidades advindas de obrigações assumidas pela Associação (Rádio).

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 11º - São órgãos da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Diretoria Adjunta
- d) Conselho Fiscal



Art. 12º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse das comunidades envolvidas e da própria associação.

Parágrafo I – Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pelo Presidente, para tratar de qualquer assunto referente aos trabalhos da Rádio, como também, para adotar medidas emergenciais de interesse da instituição.

Parágrafo II – A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com 51% dos seus sócios e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Art. 13º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local determinados pela mesma e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Art. 14º - A Diretoria será eleita pelo mandato de 4 (quatro) anos, em Assembléia Geral Ordinária, convocada para este fim, através de votação secreta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver maior número de votos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral Ordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos 10 dias de antecedência, utilizando-se dos mesmos meios de divulgação previstos no art. 12º, parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - O registro das chapas deverá ser feito até 05 (cinco) dias antes da data marcada para realização da Assembléia Geral Ordinária, mediante a apresentação do pedido por escrito a ser encaminhado a Secretaria Geral da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, que Funcionará das 08 as 17:00hs. .

Parágrafo 3º - Qualquer pedido de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela própria Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo 4º - Somente poderão ser candidatos a cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal os associados que estejam filiados há pelo menos um ano, e somente poderão votar os associados filiados há, no mínimo, seis meses, antes das eleições, e que estejam quites com as suas obrigações estatutárias.

CARTÓRIO EDUARDO MALTA
Bel. José Eduardo Loyo Malta

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 15º. - A Diretoria Executiva é constituída dos seguintes Membros:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário Geral
- d) Tesoureiro

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - Bel. Carlos
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e data 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol. 2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo: 0074849.KXII11201602.00248 Consulte autenticidade em <http://www.tipe.ius.br/selodigital>.



Art. 16º - Havendo vacância em qualquer cargo da Diretoria Executiva assumirá a vaga automaticamente o Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo.

Parágrafo 1º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em 02(duas) reuniões ordinárias consecutivas ou em 03(três) alternadas sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 2º - A Diretoria Executiva poderá criar e instalar Órgãos Auxiliares e Comissões, que lhe ficarão subordinados para Realização de Tarefas Específicas.

Art. 17º - O Conselho Fiscal será composto por 03(três) conselheiros efetivos e 03 (três) Suplentes, que deverá ser eleito juntamente com a Diretoria Executiva, o qual terá como função a aprovação ou não das contas da Entidade.

Art. 18º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação da Assembléia Geral Extraordinária, na forma estabelecida no **art. 12º** E Parágrafo I e II deste Estatuto.

Art. 19º - A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade com base na Lei 9.608/1998, de 18 de fevereiro de 1998(Trabalho Voluntário), poderá pedir ou receber ajuda de mão de obras voluntárias para auxiliar nas suas atividades.

a) Pessoas de ambos os sexos que, de acordo com a sua disponibilidade, possam contribuir nos trabalhos voluntários desta instituição.

b) O trabalho voluntário será coordenado pela Diretoria Executiva, e o horário de trabalho será de livre escolha da pessoa de acordo com a sua disponibilidade, desde que faça ciência à Diretoria da Rádio ou combine o horário de acordo com termo de adesão.

c) A pessoa voluntária assinará um termo de Adesão concordando com o que está estabelecido na Lei Federal Nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998 e cumprir as normas e Diretrizes do Estatuto e Regimento Interno da Rádio.

Art. 20º - A Diretoria Executiva e o Órgão da Administração da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade exercerão todas as atribuições de suas competências, estabelecidas neste Estatuto e serão formados pelo Presidente, Vice Presidente, Secretário Geral, e o Tesoureiro.

Art. 21º - A Presidência é o órgão superior da Administração da Rádio A Voz da Liberdade, a qual é responsável pelas suas atividades, bem como, obriga-se a zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto, seu Regimento Interno, e demais legislação pertinentes a hipótese.

Art. 22º - A Presidência tem a seguinte Estrutura Organizacional:

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Empl.2,79, TSMR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.IMC11201602.00249 Consulte Autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selodigital>.

- I – Chefia de Gabinete.
- II – Assessoria Jurídica
- III – Assessoria de Comunicação Social
- IV – Assessoria de Planejamento e Organização e Métodos.

Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

- I – Representar a Instituição, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído.
- II – Convocar sessões, assembléias ordinárias e extraordinárias.
- III – Autorizar as despesas ordinárias e extraordinárias.
- IV – Presidir reuniões convocadas para deliberar sobre ações da Rádio A Voz da Liberdade.
- V – Convocar eleições para preenchimentos de cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, inclusive nos caso de vacância.
- VI – Indicar um dos seus membros ou associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos; se julgar conveniente a Instituição.
- VII – Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como a definição de salários, gratificações ou outra forma de remuneração.
- VIII – Autorizar a aquisição de equipamentos.
- IX – Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da instituição.
- X – Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e administrados pela instituição.
- XI – Assinar juntamente com o Tesoureiro balancetes, cheques para pagamentos das despesas em geral.

Art. 23º - Caberá ao Vice-Presidente:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas.
- b) Substituir o Presidente em caso de impedimento temporário ou definitivo.

Art. 24º - Caberá ao Secretário Geral:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria e as sessões da Assembléia Geral, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;
- b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o Presidente;
- c) Manter o cadastro de associados atualizado;
- d) Manter sob seu controle e guardar as documentações legalmente necessárias, relativas a Entidade e seus empregados.

Art. 25º - Caberá ao Tesoureiro:

Antonio Pereira de Lima
2016-02-08

CARTÓRIO EDUARDO MALTA

- a) Manter sob seu controle a Movimentação Financeira da Entidade;
- b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;
- c) Apresentar os balancetes a Diretoria;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas da Entidade.

Art. 26º - A Diretoria Adjunta será composta de 4 (quatro) membros, será subordinada a Diretoria Executiva, e terá a função de auxiliar as atividades desenvolvidas pela administração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.

Art. 27º - Caberá ao Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo:

- a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;
- b) Implementar e supervisionar a programação da rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 28º - Caberá ao Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo:

- a) Auxiliar administrativamente a Diretoria Executiva;
- b) Sugerir e propor medidas para o desenvolvimento da Rádio.
- c) Coordenar e prestar assistências aos programas executados pela Rádio.
- d) Substituir qualquer membro da Diretoria Executiva, na sua ausência ou impedimento de acordo com o art. 16º.

Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetos e realizações da Entidade.
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como, dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimento Interno e outros.

Art. 29º - Caberá ao Diretor Adjunto de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade, que sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral.
- b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 30º - O quorum mínimo para decisões nas reuniões da Diretoria Executiva é de 03 (três) membros (50% + 1). Em caso de empate nos processos de votação, o Presidente dará o voto de Minerva decidindo a votação.

CAPÍTULO VI

DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELIAO PUBLICO
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUECROS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé em 21/11/2016, 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074949-UFY11201602.00230 Consulte Autenticidade em



Art. 31º - A programação da Rádio deverá constar de:

a) Tempo garantido aos segmentos sociais para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observado apenas a adequação de horário na programação.

b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas da comunidade, dentro das especificações técnicas definidas pelo direito de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Proibição de uso de qualquer horário com fins políticos – partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio e por escrito a todos, devidamente protocolados. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei.

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação do espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 32º - A dissolução desta Associação ocorrerá apenas por decisão de Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, nos termos do **art. 12º**.

Parágrafo 1º - Deverá constar obrigatoriamente na pauta da Assembléia Geral Extraordinária convocada para a dissolução da Entidade, a prestação de contas verificada pelo Conselho Fiscal até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O Patrimônio da Entidade deverá ser doado a outra entidade de atividades congêneres, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no **parágrafo 1º deste artigo**.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33º - Os problemas oriundos de omissões deste Estatuto serão sanados mediante deliberação pela Diretoria Executiva, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para essa finalidade.

Estatuto aprovado em Assembléia Geral de 06 de Junho de 2006.

Subscrevem este Estatuto nesta data 06 de Junho de 2006.

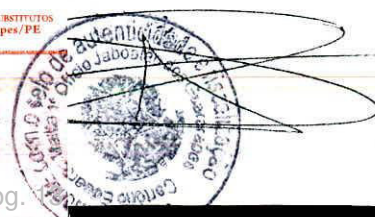
Os membros da Diretoria Executiva, o Presidente e o Secretário Geral.

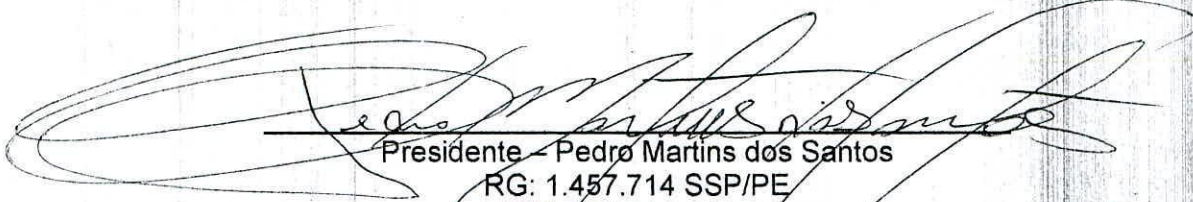
Jaboatão dos Guararapes, 06 de Junho de 2006.

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TARELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72
Reques. 0074547.00111201602.00251 Consultar autenticidade em




Presidente - Pedro Martins dos Santos

RG: 1.457.714 SSP/PE

CPF: 371.096.344-34


Secretário Geral - Claudemir José da Silva

RG: 2.697.547 SSP/PE

CPF: 440.373.924-53


Antonio Pereira de Lima
OAB/PE 82801

CARTÓRIO EDUARDO MALTA
Bel. José Eduardo Loyo Malta
TITULAR
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho
Ricardo Tomáz da Silva
SUBSTITUTOS
Maria de Fátima Silva Santana - Escrevente Autorizada
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - F: 33412494-33416941
JABOATÃO
PERNAMBUCO

ABG-097.806
REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS


Averbado sob n.º

A folha

Jaboatão, 16 de

do livro

de 2007


OFICIAL
Ricardo Tomaz da Silva
Oficial Substituto

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e datifico em 21/11/2016 11:02:50 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.02M11201602.00252 Consulte Autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.





1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSMR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.YOT12201602.02118 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	1.457.714
NOME	<< PEDRO MARTINS DOS SANTOS >>
FILIAÇÃO	<< JORGE MARTINS DOS SANTOS >> << NOEMIA SEVERINA DOS SANTOS >>
NATURALIDADE	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
DATA DE NASCIMENTO	29/06/1959
DOC. ORIGEM	<< CC.21767 L.37B F.221V CART. PRAZERES-JABOATÃO-PE-21.07.2006 >>
CPF	371.096.344-34
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
415224490810120834.6538135	
F-68 78.754 - 4433	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TAVARES BURIL

CAC-02

Rejane da Conceição Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tenório da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Araújo Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.VN12201602.02117 Consulte autenticidade em <http://www.tpe-pes.br/selodigital>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.063.220 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/11/2002

NOME REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

FILIAÇÃO MARTINHO FRANCISCO DOS SANTOS

RITA DA CONCEIÇÃO SANTOS

NATURALIDADE CABACEIRAS PB DATA DE NASCIMENTO 18/06/1968

DOC ORIGEM CN. 375 - L. 1 A - F. 144 - CART. CABACEIRAS-PB-07/12/1976

CPF 

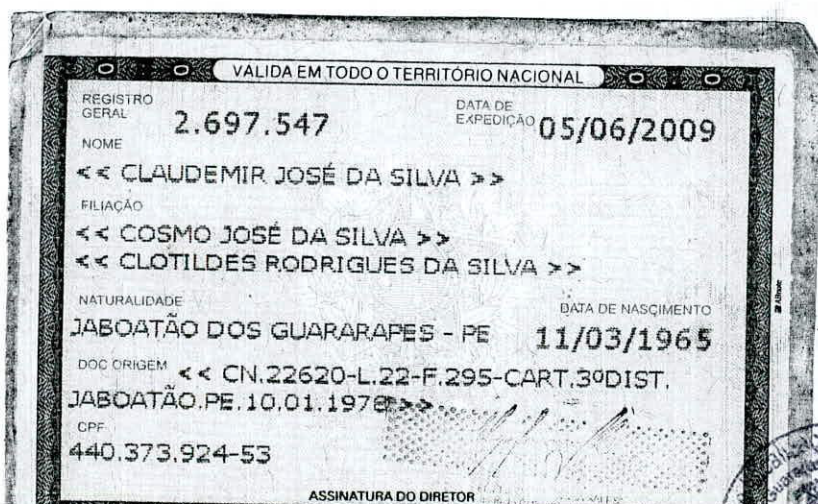
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-05 58083

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.NHP11201602.01631 Consulte a autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.LYQ11201602.01630 Consulte a autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
 Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
 Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
 Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.LSU11201602.01635 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.



ESTADO DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURH




Gildo Alves de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

EC-2

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.205.521 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/08/2016

NOME << GILDO ALVES DE OLIVEIRA >>

FILIAÇÃO << ADALBERTO CABRAL DE OLIVEIRA >>
 << FELICIDADE ALVES DE OLIVEIRA >>

NATURALIDADE RECIFE - PE DATA DE NASCIMENTO 14/09/1956

DOC.ORIGEM << 075861 01 55 1979 3 00001 261 0000519 99 JABOATÃO-PE >>

CPF 186.979.414-15

Assinatura: Ana Patrícia C.G. Alcorado
 ASSINATURA DO QUITE-LORE Gerente ITR



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
 Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
 Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
 Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.TWE11201602.01634 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Araújo Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.FTM11201602.01633 Consulte autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selodigital>.



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Araújo Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 25/11/2016 09:05:33 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.DOM11201602.01632 Consulte autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selodigital>.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

E09 M04

POLEGAR DIREITO

Jeane Vieira dos Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.356.500 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/07/2010

NOME << JEANE VIEIRA DOS SANTOS >>

FILIAÇÃO << PEDRO MARTINS DOS SANTOS >>
<< JACIRA MARIA VIEIRA >>

NATURALIDADE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE DATA DE NASCIMENTO 05/06/1981

DDI ORIGEM << CN 20610 L 504 F 60V CART. CAVALEIRO JABOATÃO-PE 30.09.1999 >>

CPF 045.261.834-09

LEI Nº 7.166 DE 29.08.82

F-40 1.443 - 4421

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tunes da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.UJG12201602.02115 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>



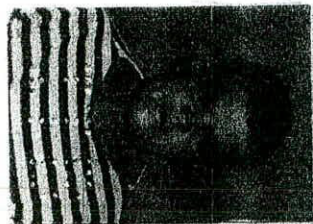
1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.FGF12201602.02119 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selo digital>.

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

04



Gerson de Almeida
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2.392.641

DATA DE
EXPEDIÇÃO

21.05.1997

NOME

GERSON DE ALMEIDA

FILIAÇÃO

Giovani Cavalcanti de Almeida
Cenira Castanha de Almeida

NATURALIDADE

Recife-PE

DATA DE NASCIMENTO

27.05.1966

DOC. ORIGINAL

C.N. 70.009 Lv 81 Fls 217-V Cart.
Varzea-Recife-PE.

CPF

507.995.504-00

Bel. José Urbano Correia do Amaral
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomas da Silva - SUBSTITUTO
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.TXM12201602.02116 Consulte autenticidade em <https://www.tjpe.jus.br/selodigital>

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO FM A VOZ DA LIBERDADE 98,5.

Aos onze dias do mês de abril do ano de 2015, reuniram-se no auditório da Rádio Comunitária FM A Voz da Liberdade. Na Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes /PE, moradores da comunidade, para eleger os membros do Conselho Comunitário da Rádio A Voz da Liberdade para o período de 4 (quatro) anos às 10 horas da manhã o Sr. Martins representante da rádio, deu por aberto a sessão, fez uma explanação falando da importância do Conselho Comunitário, que tem como finalidade de acompanhar a programação da rádio, com sugestão de nova grade de programação voltada para o interesse exclusivo da comunidade. Em seguida o Sr. Claudemir foi convocado para organizar o processo eleitoral. Na oportunidade, as entidades presentes, o Sr. Rogério do Centro Social falou que acompanha a programação da rádio, e a rádio tem dado muito espaço para que as entidades divulguem os trabalhos em benefício da comunidade. Usou da palavra o Sr. Eduardo falando que gosta muito da programação da rádio. Parabenizou a diretoria pelo trabalho social que a rádio vem realizando em benefício de nossos jovens, se possível tenho interesse de participar do Conselho Comunitário. Sr. Claudemir instalou o processo de votação pedindo as entidades presentes, que indique os seus representantes para participar do processo eleitoral, falou que o conselho será composto por 5 (cinco) membros 1(um) representante de cada entidade, depois de uma ampla discussão entre as entidades foi apresentada uma única chapa, com 5(cinco) representantes assim definido:

Centro Social Min. Marcos Freire CNPJ: 35.329.150/0001-29

Av. Barreto de Menezes, +2 Loja 02 - Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE. Indicou o Sr. Rogério Francisco de Melo RG: 3.621.445 SSP/PE

Grupo Vivendo A Vida CNPJ: 07.573.970/0001-25 Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE. Indicou a Srª. Maria das Dores Tavares de Oliveira RG: 2.081.620 SDS/PE.

Centro de Desenvolvimento Integrado Vida Plena CNPJ: 12.012.250/0001-20

Av. Barreto de Menezes, 712 Anexo ABC Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE. Indicou Eduardo da Silva Barbosa Junior RG: 1.884.655 SSP/PE.

Comissão de defesa e Direitos dos Moradores de Marcos Freire. CNPJ 35.077.423/0001-96

Rua Henrique Dias, 51 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE. Indicou a Srª. Nair Regina de Melo Barbosa RG: 2.982.786 SDS/PE.

Instituto Educacional Renascer CNPJ: 06.077.475/0001-96

Rua Henrique Dias, 51 B Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE. Indicou a Srª. Tamiz Freitas Loureiro. RG: 6.368.737 SDS/PE

Sr. Claudemir pediu ao Sr. Martins que concluísse o processo de votação. O Sr. Martins presidente da sessão fez a leitura nominal com um representante de cada entidade, colocou em votação e foi aprovada por todos os presentes. Às 14 horas do dia 11 de abril de 2015 o presidente da sessão Pedro Martins dos Santos deu como encerrado o processo eleitoral de Eleição e Posse do Conselho Comunitário da Rádio FM A Voz da Liberdade 98,5.

Diante do que foi registrado, sendo todos empossados, os conselheiros já empossados receberam da mão do presidente da rádio o relatório de gestão de 2014. Na oportunidade foi entregue a grade de programação da Rádio FM A Voz da Liberdade 98,5. Para apreciação e aprovação do conselho. Depois da apreciação dos conselheiros foi aprovado por todos. Às 15 horas o Sr. Martins presidente da sessão deu por encerrada a Assembleia Geral. Eu Claudemir José da Silva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será devidamente assinada.

Jaboatão dos Guararapes, 11 de abril de 2015.

[Assinaturas manuscritas:]
 Joaquim Silva de Vasconcelos
 Nair Regina de Melo Barbosa
 Tamiz Freitas Loureiro
 Eduardo da Silva Barbosa Junior
 Pedro Martins dos Santos
 Claudemir José da Silva

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
 CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
 Bel. José Almir de Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomas da Silva - SUBSTITUTOS
 Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
 Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Protocolado sob o nº 39698, em 11/05/2015 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 4028, em 11/05/2015 10:03:20.
 São 0074209, 00104201502.00152.
 Emplacamento R\$ 25,00 TSH R\$ 5,36 FERC R\$ 1,00
 EDUARDO TOMAZ DA SILVA - OFICIAL SUBSTITUTO
 Consulte a autenticidade em: <http://www.tjpe.jus.br/selodigital/>

Cartório de Trazido de Silva
Registro de Trazido de Silva
 39.698-4028
 Requerimento 2646719)

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Comunitário da Radio Comunitária A Voz da Liberdade.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis às 10 horas da manhã no auditório da Radio Comunitária A Voz da Liberdade, Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes. Reuniram-se os membros efetivos do Conselho Comunitário para deliberar a seguinte ordem do dia:

01) Avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Radio durante a sua programação do ano de 2016 no município do Jaboatão dos Guararapes-PE

02) Relatório final e sugestão para o ano de 2017. Às 10 horas o Sr. Martins deu por aberto à sessão e convidou o Sr. Claudemir Jose da Silva para secretariar. Que fez a leitura da pauta da reunião: em seguida o Sr. Martins fez uma explanação sobre o Conselho Comunitário que foi criado de acordo com a Lei Federal e tem a finalidade de fiscalizar e acompanhar toda programação da radio, formado por 5 entidades da sociedade civil organizada legalmente constituída, com atuação nas comunidades alcançada pela radio. O Sr. Rogério Melo membro do Conselho Comunitário e representante do Centro Social de Marcos Freire falou que vem acompanhando toda programação da radio, participou varias vezes das entrevistas com as autoridades no programa Show da Liberdade como também já fui um dos entrevistados no programa, como líder comunitário; aprovo os trabalhos que a radio faz, divulgando as ações das entidades, promovendo e valorizando os talentos de nossa comunidade. Em seguida a Srª Nair Melo membro do Conselho Comunitário representando a Comissão de Defesa e Direitos, falou da importância da radio para a nossa comunidade, que a radio dentro de seu horário de funcionamento tem um programa Jaboatão Rumo ao Futuro que trás para o debate e entrevistas as autoridades que na maioria das vezes soluciona alguns problemas da comunidade. O Sr. Claudemir ressaltou a participação dos ouvintes através do telefone como também pela rede social e vocês das entidades sociais que fortalecem os trabalhos da radio. Em seguida o Pastor Eduardo membro do Conselho Comunitário falou que acompanha a programação da radio, já participou por algumas vezes do programa Show da liberdade entrevistando as autoridades com Gerson Roberto e Martins, e que a radio vem prestando bons serviços as comunidades do nosso município.

Na oportunidade o Sr. Martins como membro deste Conselho Comunitário representando a radio, fez um ligeira apresentação das atividades desenvolvidas pela radio durante o ano de 2016.

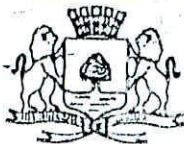
A nossa radio na sua grade de programação toca aquilo que o povo gosta; "boa musica brasileira", prestação de serviço à comunidade: Dicas de emprego, orientação sobre saúde, horário e saída de ônibus e trem, momento cultural, tribuna do povo, como também promove em seu auditório curso grátis de capacitação e qualificação profissional. Em seguida o secretario da sessão o Sr. Claudemir pediu que os conselheiros fizesse uma avaliação em tudo que foi discutido, relatado e apresentado por todos, para conclusão do relatório final. Como também sugestão para o ano de 2017 que será o item 2 da pauta. Em seguida o Sr. Rogério falou que o relatório final nós já fizemos, são os nossos relatos dizendo da importância da radio para nossa comunidade, e que em 2017 o Conselho Comunitário vai fazer um trabalho com todas as lideranças para lançamento de um programa – solte a voz, usando da palavra a conselheira Nair Melo falou que estava de acordo com o pronunciamento do conselheiro Rogério, finalizando, eu digo essas são as nossas opiniões para serem colocadas no relatório final. Diante do exposto, o Sr. Presidente colocou em regime de votação o presente encaminhamento do relatório final. E foi aprovado por todos os conselheiros presentes a reunião, nada mais havendo a tratar eu Claudemir José da Silva lavrei a presente Ata depois de lida e aprovada será assinada por mim, pelo presidente da sessão e demais conselheiros.

Jaboatão dos Guararapes, 07 de dezembro de 2016.

[Handwritten signatures of the council members]



original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou
te 03/01/2017 13:39:04 ESCRITURA MARIA DE FATIMA SILVA
SANTANA EMPL-2,79, TNR 0,62, FERC 0,31 total 3,72
Selo: 0074949.H012201602.02120 Conselho Comunitário da Radio Comunitária A Voz da Liberdade
<http://www.tipo-jus.br/selofinal>



CÂMARA MUNICIPAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
GABINETE DO VEREADOR: JOÁS FREITAS COSTA
CNPJ 11.233.384/0001-09

REQUERIMENTO Nº 426/2010 Expediente

de 05/11/2010

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Joás Freitas Costa
Presidente



Em conformidade com o Regimento Interno desta Casa Legislativa Municipal, requero à Mesa ouvindo o Plenário, para que seja prestada homenagem com a medalha Vidal de Negreiros, a Rádio A Voz da Liberdade FM 98,5, no Município do Jaboatão dos Guararapes - PE.

Sinopse:

A Rádio A Voz da Liberdade FM 98,5, tem prestado relevantes serviços ao Município do Jaboatão dos Guararapes e as comunidades, que através da referida emissora, consegue ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Justificativa:

A Rádio A Voz da Liberdade FM 98,5, é sem dúvida nenhuma, uma das emissoras do Município do Jaboatão dos Guararapes, que mais têm contribuído para defender aos anseios do povo, que utiliza diariamente, os microfones da emissora, para reclamar, sugerir, defender e resolver os problemas das comunidades. A Rádio A Voz da Liberdade, tem um compromisso fiel em defesa de todos, especialmente, aos menos favorecidos, e sempre, agindo de maneira imparcial, mostrando, que a Rádio, é democrática e que faz o que muitas emissoras não fazem, que é possibilitar de maneira corajosa, colocar os ouvintes no ar, sem ter o cuidado, de realizar triagem. Portanto, a Rádio A Voz da Liberdade, é digna de receber toda e qualquer homenagem da Casa Vidal de Negreiros.

Sala das Sessões, da Câmara Municipal do Jaboatão dos Guararapes, em 5 de novembro de 2010.

Joás Freitas Costa

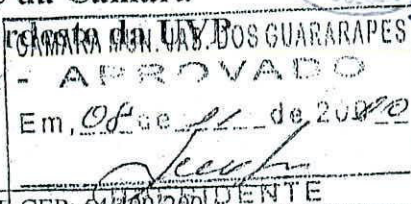
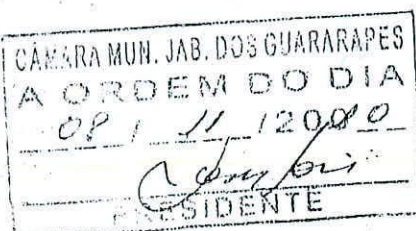
(Joás da Muribeca)

Pres. Comissão Direitos Humanos

1º Vice-Presidente da Câmara

Coordenador do Nordeste da UAB

- Vereador -



Rua Arão Lins de Andrade, 568 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes - PE CEP: 54400-200
E-mail: joasfreitas@veloxmail.com.br Fone Fax: 81- 3343.7182 / 8894.9270 / 8838.0548

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Rel. José Eduardo Lopo Malta - Taurino Pinheiro
Rel. José Antonio da Silva - Rômulo Pinheiro da Silva - Sismontinos
Rel. Assis Lins de Andrade - S13 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9200 - Fax: (81) 3035-9202

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fe 03/01/2017 13:30:11 EXPEDIENTE MARIA DE FATIMA SILVA SANTANA Em01.2.77, TSN 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo: 0074949.CVT12201602.0214 Consulte autenticidade em <https://www.tipec-jos.br/secedigital>



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, na forma da Lei junto ao Ministério das Comunicações, que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade utilizando o canal a frequência 98,5 com estúdio e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes no estado de Pernambuco. Inicia seus trabalhos as 5h da manhã e encerra as suas atividades as 22h, declaramos ainda que os responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção de programação são os senhores, Gildo Alves de Oliveira brasileiro, casado residente e domiciliado neste município RG: 1.205.521 SDS/PE e Claudemir Jose da Silva- brasileiro , casado residente e domiciliado neste município RG: 2.697.547 CAC-PE neste ato, atesto e comprovo a nacionalidade dessas pessoas conforme documentos comprobatório que segue anexo.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Nesta data,

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmavozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da Lei, que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade executante do serviço de radiodifusão comunitária, utilizando o canal à frequência 98,5 no município do Jaboatão dos Guararapes no estado de Pernambuco encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do poder concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previsto vigente constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que referida está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio (quindênio) de acordo com o disposto no decreto Nº 88066 de 26 de janeiro de 1983. Neste ato declaro ainda que temos como responsável o técnico Dr. Eudes Martins de Oliveira CREA/PE Nº 15111 D.D CPF: 231.620.744-87 tendo como representante legal da entidade o Sr. Pedro Martins dos Santos CPF: 371.096.344-34.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Nesta data,

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, na forma da Lei junto ao Ministério das Comunicações, que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade utilizando o canal à frequência 98,5 com estúdio e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes no estado de Pernambuco, reserva um percentual de 10% (dez por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o Art. 67.3, do decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Nesta data,

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, na forma da Lei junto ao Ministério das Comunicações, que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade utilizando o canal à frequência 98,5 com estúdio e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes no estado de Pernambuco. Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo a produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Artigo 221, II da Constituição Federal.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Nesta data,

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de prova junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da Lei que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, executante do serviço de radiodifusão comunitária utilizando o canal, a frequência 98,5 no município do Jaboatão dos Guararapes no estado de Pernambuco. Não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados dos casos de apoio cultural.

Por ser verdade, firmo o presente documento.

Nesta data,

Jaboatão dos Guararapes, 20 de dezembro de 2016.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmavozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE
Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaro que, de acordo com o relatório de Conformidade resultante, a avaliação feita em 10 de outubro de 2005, na estação transmissora da **RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE** do serviço de radiodifusão comunitária, localizada na av. Barreto de Menezes, Nº567- Marcos Freire – Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, atende ao **Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz**, aprovado pela Resolução Anatel nº 303, de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos e radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

Declaro, ainda, que o Relatório de conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o mencionado regulamento.

Jaboatão dos Guararapes (PE), 02 de janeiro de 2017.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, a Radio Comunitária A Voz da Liberdade situada na Av. Barreto de Menezes, Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP: 54.360-160 fone: (81)3476.1547/(81)992421905, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário esta sendo apresentada no original ou em copia autenticada e em conformidade com que subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Jaboatão dos Guararapes (PE), 02 de janeiro de 2017.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com

Radio Comunitária A Voz da Liberdade

Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes-PE

Relação de pessoas físicas associados a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade

- 01) PEDRO MARTINS DOS SANTOS - RG: 1.457.714 SSP/PE, RUA LEÃO DINIZ DE SOUZA 2030 APTO 201 CANDEIAS- JABOATÃO DOS GUARARAPES.
- 02) VIVIANE SILVA VASCONCELOS - RG: 7.273.079 SDS/PE
- 03) MARIA JUSSINEIDE DA SILVA - RG: 2.922.998 SSP/PE, RUA ANDRE DIAS DE FRANÇA, 01ª MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES.
- 04) IVANILDO PAULINO DE ANDRADE - RG: 1.939.709 SSP/PE RUA 58 Nº 175 B UR 11 IBURA -JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 05) LUCICLEIDE MARIA DE LIMA - RG: 4.390.134 SSP/PE RUA ANDRE VIDAL DE NEGREIRO, MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 06) SABRINA PAULA RAMOS DA SILVA - RG: 8.016.693 RUA 24 LOTEAMENTO CIDADE GUARARAPES MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 07) SERGIO RICARDO BARBOSA CORREIA RG: 5.472.046 SSP/PE RUA BARRETO DE MENEZES BL 20 APTO 304 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 08) GILDO ALVES DE OLIVEIRA RG: 1.205.521 SSP/PE RUA HENRIQUE DIAS, 33 CASA 02 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 09) ANDERSON DE OLIVEIRA SIQUEIRA RG: 5.855.683 SSP/PE RUA HENRIQUE DIAS BL 65 APTO 108 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 10) GERSON DE ALMEIDA RG: 2.392.641 SSP/PE RUA 04, QD. 02 BL 175 APTO 107 MURIBECA JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 11) REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS RG: 3.063.220 SSP/PE RUA LEÃO DINIZ DE SOUZA 2030 APTO 201 CANDEIAS- JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 12) CLAUDEMIR JOSE DA SILVA RG: 2.697.547 SSP/PE, RUA ANDRE DIAS DE FRANÇA, 01ª MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 13) CLAUDIA CIBELE DA SILVA RG: 6.558.349 SSP/PE AV BARRETO DE MENEZES BL 23 APTO 201 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES
- 14) JEANE VIERA DOS SANTOS RG: 6.356.500 SDS/PE RUA ANTONIO BORGES, 11 CURADO IV JABOATÃO DOS GUARARAPES

[Handwritten signature and stamp]
Rádio FM 98.5
Rádio Comunitária A Voz da Liberdade
Pedro Martins dos Santos
Presidente

Radio Comunitária A Voz da Liberdade

Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes-PE

15) JOSE AMARO DA SILVA RG: 6.515.974 SSP/AL RUA ANDRE DIAS DE FRANÇA BL 44 APT0102 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES

16) KÁTIA PAES BARRETO 2.778.062 RUA HENRIQUE DIAS, S/N MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES

17) MARIA JOSE DE ARAUJO RG/; 2.256.484 SSP RUA HENRIQUE DIAS, S/N MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES

18) SIMONE LEITE DA SILVA RG: 5.257.946 SSP/PE RUA FORTE DO BRUM BL 40 AP 402 MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES.

Jaboatão dos Guararapes, 27 de dezembro de 2016.


Radio FM A Voz da Liberdade 98.5
Pedro Martins
Presidente

Radio Comunitária A Voz da Liberdade

Av. Barreto de Menezes Nº 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes-PE

Relação das instituições da sociedade civil organizada, associadas e que apoiam todas as atividades e programação da Radio Comunitária A Voz da Liberdade.

01) COMISSÃO DE DEFESA E DIREITOS CNPJ: 35.328.186/0001-97 RUA ANDRÉ DIAS DE FRANÇA, 51B MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES

02) CENTRO SOCIAL DE MARCOS FREIRE CNPJ: 35.329.150/0001-28 RUA BARRETO DE MENEZES, 43 LOJA 02 MARCOS FREIRE – JABOATÃO DOS GUARARAPES

03) INSTITUTO EDUCACIONAL RENASCER CNPJ: 06.077.423/0001-96 RUA ANDRÉ DIAS DE FRANÇA, 51 MARCOS FREIRE - JABOATÃO DOS GUARARAPES.

04) GRUPO VIVENDO A VIDA CNPJ: 07.573.970/0001-25 AV BARRETO DE MENEZES, 567 MARCOS FREIRE - JABOATÃO DOS GUARARAPES.

05) CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO VIDA PLENA CNPJ: 12.012.250/0001-20 RUA BARRETO DE MENEZES 712 ANEXO A,B,C,D MARCOS FREIRE - JABOATÃO DOS GUARARAPES.

Jaboatão dos Guararapes, 27 de dezembro de 2016.



Rádio FM A Voz da Liberdade 99,5
Pedro Martins dos Santos
Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000021/2007-PE

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE - CNPJ: 03.256.169/0001-03		Nº DA ENTIDADE 50402045319	
Nº DA ESTAÇÃO 688513212	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 08S081200
			LONGITUDE 34W582700

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA BARRETO DE MENEZES 567	DISTRITO JABOATÃO
BAIRRO MARCOS FREIRE	MUNICÍPIO JABOATÃO DOS GUARARAPES
	UF PE

CIDADE DA OUTORGA : Jaboatão dos Guararapes/PE
NOME FANTASIA : *****
FREQUÊNCIA : 98,5 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 05:00 a 22:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYX812

ESTÚDIO
ENDEREÇO : RUA BARRETO DE MENEZES 567 MARCOS FREIRE
MUNICÍPIO : Jaboatão dos Guararapes
TRANSMISSOR PRINCIPAL : Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda
CÓDIGO : 0680030528
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****

ANTENA
FABRICANTE : IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENA LTDA
GANHO : 0.00 dBd
DESCRIÇÃO : DÍPOLO
COTA BASE DA TORRE : ***** m

Número Processo : 531030002932000

CANAL : 253
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1.00 KM
PERP MÁXIMA : ***** W

LOCALIDADE : *****
UF : PE
MODELO : SP5025
POTÊNCIA : 25,000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

MODELO : FM ESPIRAL 2
POLARIZAÇÃO : Circular
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 22.0 m



A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RÁDIO DIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 27/10/2009

OBSERVAÇÕES 03.256.169/0001-03	Licenciada Em 26/10/2007	VÁLIDA ATÉ 01/10/2017
-----------------------------------	-----------------------------	--------------------------

Helio Costa
Ministro das Comunicações

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - Superintendentes
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 03/01/2017 13:30:11 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,79, TSNR 0,62, FERC 0,31 Total 3,72 Selo:0074849.BDE12201602.02112 Consulte autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações**L012 - LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA -
EMISSORA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA - RADCOM**

Laudo nº: 0002 PE 2014 00 31

1. Motivo da Vistoria

- ☐ Denúncia ☐ Reclamação de Radiointerferência ☐ Licenciamento Inicial
☐ Licenciamento por Alteração Técnica ☐ Enquadramento em Plano Básico ☐ Renovação de Outorga
☒ Outro: PPA da União para o período de 2012 a 2015, conforme estabelecido no PAF-MC/2014.

2. Identificação do Fiscalizado e dos Agentes de Fiscalização2.1. Fiscalizado e Agente(s) de Fiscalização identificados no Termo de Identificação nº: 0002 PE 2014 00 31
que é PARTE INTEGRANTE deste Laudo de Vistoria.**3. Local da Fiscalização** (descrever endereço completo)

3.1. Endereço Completo

RUA BARILETO DE MENEZES, 567 MARCOS FREIRE

3.2. Município

JARDIM DOS GUARALAPES

3.3. UF

PE

3.4. CEP

54350-140

4. Localização da Estação Transmissora

	Autorizado(a)	Verificado(a)	Sit	Enquadramento	Sanção
4.1. Coord. Geográficas	085081200	085081200	R	Art. 3º, I, c/c art. 5º da Resolução 571/11	Art. 8º da Res. 571/11
(Desvio máximo inferior a 1")	34W582700	34W582790			

5. Características Técnicas da Estação Transmissora

5.1. Frequência de Operação [MHz]	98,5	98,500386	R	Art. 40, XXV, do RSRadCom	Art. 40, caput, do RSRadCom
5.2. Sistema Irradiante					
5.2.1. Sistema Irradiante Principal	Autorizado(a)	Verificado(a)	Sit	Enquadramento	Sanção
5.2.1.1. Antena					
5.2.1.1.1. Tipo	DIPOL	DIPOL	R	Art. 40, XXII, do RSRadCom	Art. 40, caput, do RSRadCom
5.2.1.1.2. Polarização	CIRCULAR	CIRCULAR	R		
5.2.1.1.3. Altura (centro geométrico em relação à base da torre - solo) [metros]	22	23	R		
5.3. Equipamentos	Autorizado(a)	Verificado(a)	Sit	Enquadramento	Sanção
5.3.1. Transmissor Principal					
5.3.1.1. Homologação	0680-03-0528		R	Art. 40, III, do RSRadCom	Art. 40, caput, do RSRadCom
5.3.1.2. Potência de Operação [W]	25	25	R	Art. 40, XXII, do RSRadCom	
5.3.1.3. Tolerância da frequência da portadora [Hz] (± 2000 Hz)		Desvio Medido 386112	R	Item 19.1.3 da Norma 01/11	Art. 38 do RSRadCom
5.3.1.4. Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e potência de operação			NA	Item 19.3.2.a da Norma 01/11	
5.3.1.5. Gabinetes com partes expostas ao operador interligadas a terra			NA	Item 19.3.2.b da Norma 01/11	
5.3.2. Transmissor Auxiliar	Autorizado(a)	Verificado(a)	Sit	Enquadramento	Sanção
5.3.2.1. Homologação		XXXX	NA	Art. 40, III, do RSRadCom	Art. 40, caput, do RSRadCom
5.3.2.2. Potência de Operação [W]	XXXX	XXXX	NA	Art. 40, XXII, do RSRadCom	
5.3.2.3. Tolerância da frequência da portadora [Hz] (± 2000 Hz)		Desvio Medido XXXX	NA	Item 19.1.3 da Norma 01/11	Art. 38 do RSRadCom
5.3.2.4. Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência e potência de operação			NA	Item 19.3.2.a da Norma 01/11	
5.3.2.5. Gabinetes com partes expostas ao operador interligadas a terra			NA	Item 19.3.2.b da Norma 01/11	

6. Outras Constatações						
6.1. Ocorrência de Espúrios de Radiofrequência				Sit	Enquadramento	Sanção
6.1.1. Transmissor Principal	Permitido	Verificado (sem modulação)				
6.1.1.1. 2º Harmônico	73+P(dBk)		NV	Item 19.1.4 da Norma 01/11	Art. 38 do RSRadCom	
6.1.1.2. 3º Harmônico			NV			
6.1.1.3. Espúrios	Ver Item 19.1.4 da Norma 01/11		NV			
6.1.2. Transmissor Auxiliar	Permitido	Verificado (sem modulação)	Sit	Enquadramento	Sanção	
6.1.2.1. 2º Harmônico	73+P(dBk)	XXXX	NA	Item 19.1.4 da Norma 01/11	Art. 38 do RSRadCom	
6.1.2.2. 3º Harmônico		XXXX	NA			
6.1.2.3. Espúrios	Ver Item 19.1.4 da Norma 01/11	XXXX	NA			
6.2. Autorização de uso de Radiofrequência			R	Art. 163 da LGT	Art. 173 da LGT	
6.3. Disponibilidade de Relatório de Conformidade referente à limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos			R	Art. 18 do RLEC	Art. 65 do RLEC	
6.4. Existência de interferência prejudicial (descrever se houver):						
7. Informações Adicionais						
7.1. Foi constatada a continuidade da irregularidade objeto do Laudo de Vistoria nº _____ que originou o Pado nº _____						
8. Instrumentos Utilizados na Vistoria						
nº	Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados				nº patrimônio	
01	Analisador de espectro				052.278	
02	Navegador GPS				054.077	
03	Trena eletrônica				028.061	
04	Wattímetro				027.817	
9. Assinatura dos Agentes de Fiscalização						
Local, Data e Hora: JARDIM DOS GUARANAPES, 16/04/2014, 10:00h						
Assinatura do Agente de Fiscalização (1)			Assinatura do Agente de Fiscalização (2)			
10. Assinatura e identificação do Representante da Entidade no Ato da Fiscalização						
10.1. O acesso à equipe de fiscalização nas dependências do local fiscalizado foi franqueado pelo representante da entidade, no ato da fiscalização.						
Local, Data e Hora: JARDIM DOS GUARANAPES, 16/04/2014, 10:00h						
Assinatura do Representante da Entidade no Ato da Fiscalização						
<input type="checkbox"/> O Representante da Entidade recusou-se a assinar o presente Laudo de Vistoria Certificação de recusa firmada pelo(s) Agente(s) de Fiscalização, no uso de presunção de veracidade legalmente atribuída ao Agente Público.						
LEGENDA: SIT (Situação) R (Regular) I (Irregular) NV (Não Verificado) NA (Não se Aplica)						
RSRadCom - Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Norma 01/2011 - Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011. LGT - Lei Geral das Telecomunicações - Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Resolução 571/2011 - Regulamento para Definição de Formatos e Tolerâncias para Dados Geodésicos Fornecidos à Anatel. RLEC - Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na faixa de Radiofrequências entre 9kHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução nº 303, de 2 de julho de 2002.						



Agência Nacional
de Telecomunicações

TERMO DE IDENTIFICAÇÃO

Termo n.º: 0002 PE 2014 0031

Auto n.º:

Sicap n.º:

☒ Outorgada ☐ Não Outorgada ☐ Outras:

1. Identificação da Fiscalizada

1.1. Denominação / Razão Social

RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERTADE

1.2. CPF/CNPJ n.º

03.256.169/0001-03

1.3. Qualificação

Entidade sem fins lucrativos.

1.4. Fistel n.º

50402045319

1.5. Endereço para Notificação

RUA BARRETO DE MENEZES, 567 MARCOS FREIRE

1.6. Município

JABOATÃO DOS GUARARAPES

1.7. UF

PE

1.8. CEP

74360-160

1.9. Telefone

3476-1547

1.10. Representante da Fiscalizada no Ato da Fiscalização

VIVIANE SILVA DE VASCONCELOS

1.11. CPF

062781314-39

1.12. Identidade

7273072

1.13. Órgão Exp.

SDS

1.14. UF

PE

1.15. Serviço Explorado

Rádiodifusão comunitária - RADCOM

2. Identificação do(s) Agente(s) de Fiscalização

2.1. Nome do Agente de Fiscalização (1)

Ricardo Tavares Prestrelo

2.2. Credencial (1) n.º

00122-2

2.3. Nome do Agente de Fiscalização (2)

Eduardo José Souto de Carvalho

2.4. Credencial (2) n.º

01151-3

3. Assinatura do(s) Agente(s) de Fiscalização

Local, Data e Hora: JABOATÃO DOS GUARARAPES, 16/04/2014, 10:00

Assinatura do Agente de Fiscalização (1)

Assinatura do Agente de Fiscalização (2)

4. Informações Adicionais

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE ENGENTEINO
RESPONSÁVEL EUNES MARTINS DE OLIVEIRA
CREA. 15111-D-PE

5. Assinatura e Cientificação do Representante da Fiscalizada no Ato da Fiscalização

O acesso da equipe de fiscalização nas dependências do local fiscalizado foi franqueado pelo representante da fiscalizada no ato da fiscalização.

Local, Data e Hora: JABOATÃO DOS GUARARAPES, 16/04/2014, 10:00

Assinatura do representante da fiscalizada

☐ O representante da fiscalizada recusou-se a assinar o presente Termo de Identificação.

Todas as informações constantes deste Termo de Identificação são firmadas por agente(s) público(s) no uso de competência legalmente atribuída e são dotadas de presunção de veracidade.

RELATÓRIO DE CONFORMIDADES

RESOLUÇÃO 303 - ANATEL

Serviço	Nome
RadCom	RADIOCOMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Engenheiro: Eudes Martins de Oliveira
CREA: 15111-D-PE
Fone: (81) 34553340 / 99675736

JANEIRO DE 2007



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 - SERVIÇO

Rádiodifusão Comunitária - RadCom

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

03.256.169/0001-03

3 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR, SISTEMA IRRADIANTE E ESTÚDIO

LOGRADOURO

A V. BARRETO DE MENEZES, Nº 56

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

CIDADE

JABOATÃO DOS GUARAR

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

A P E S P E 08° 03' 11" S 34° 54' 59" W

4 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

CLASSE

FREQUÊNCIA PORTADORA

253

COM

98,5

MHz

5 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

MONTTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA

MODELO

POTÊNCIA DE SAÍDA (P_T)

CERTIFICAÇÃO

25,00 Watts

0264-02-03120

6 - ANTENA / TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

A P E L

A P C - 02

GANHO_{MAX} (G_T)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

TIPO DA ANTENA

0,0 dB

22,0 (m)

22,0 (m)

ONIDIRECIONAL

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

K M P C A B O S R A D I O F L E X

R G C - 213

COMPRIMENTO (L)

ATENUAÇÃO EM 100m(A_L)

PERDAS NA LINHA (P_L)

EFICIÊNCIA DA LINHA (E_F)

26,0 metros

03,9 dB

1,01 dB

0,79

$$\text{Perdas na linha (P}_L\text{)} = \frac{L \cdot A_L}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (E}_F\text{)} = 10^{\frac{-(P_L)}{10}}$$

RELATÓRIO DE CONFORMIDADES

RESOLUÇÃO Nº 303

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

03.256.169/0001-03

2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCALIDADE

J A B O A T A O D O S G U A R A R A P E S

UF

P E

3 – CARACTERÍSTICAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO

Comprimento da linha (L): **26 metros**

Atenuação em 100 metros (A_L): **3,9 dB**

Perdas na linha ($P_D = \frac{L \cdot A_L}{100}$): **1,01 dB**

Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1 \times P_D)}$): **1,26 vezes**

Eficiência da linha ($E_F = \frac{1}{P_V}$): **0,79**

4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

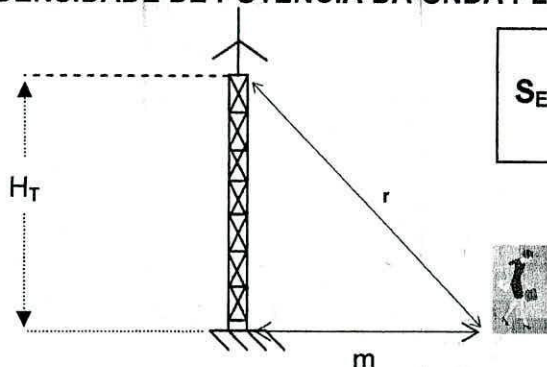
$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 25,00 \times 1,0 \times 0,79 = 19,75 W$

P_T : Potência de saída do transmissor, em W.

$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)}(vezes) = 10^{(0,1 \times G_T(max)(dBd))}$).

E_F : Eficiência da linha de transmissão.

5 – DENSIDADE DE POTÊNCIA DA ONDA PLANA EQUIVALENTE (S_{eq}) – ANTENA ONIDIRECIONAL



$$S_{EQ} = \frac{eirp \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

$$r^2 = H_T^2 + m^2$$

- H_T : Altura do sistema irradiante em metros, em relação ao nível do terreno.
- m : Distância em metros da torre em relação ao local de trânsito da população.
- r : Distância em metros do sistema irradiante em relação ao local de trânsito da população.
- $eirp$: Potência equivalente isotropicamente radiada, em Watt.

$$r^2 = H_T^2 + m^2 = (22)^2 + (2)^2 = 488 m$$

$$S_{EQ} = \frac{19,75 \times 2,56}{4 \times \pi \times 488} = 0,032 W/m^2$$

Relatório elaborado por Eudes Martins de Oliveira – (81) 99675736

6 – LIMITES PARA EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF

Faixa de Radiofrequências	Intensidade de Campo E (V/m)	Intensidade de Campo H (A/m)	Densidade de potência da onda plana equivalente S_{EQ} (W/m ²)
9 kHz a 150 kHz	87	5	-
0,15 MHz a 1 MHz	87	$0,73 / f$	-
1 MHz a 10 MHz	$87 / f^{1/2}$	$0,73 / f$	-
10 MHz a 400 MHz	28	0,073	2
400 MHz a 2000 MHz	$1,375 f^{1/2}$	$0,0037 f^{1/2}$	$f/200$
2 GHz a 300 GHz	61	0,16	10

OBS. – Resolução nº 303, de 02 de julho de 2002.

7 – CONCLUSÃO

Para a frequência de operação da estação transmissora de **98,5 MHz, canal 253**, verifica-se que de acordo com a tabela, atende ao **Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz**, aprovado pela Resolução Anatel nº 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

8 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U D E S M A R T I N S D E O L I V E I R A

REG.CREA

1 5 1 1 1 D - P E

ENDEREÇO

R U A F A L C Ã O D E L A C E R D A , N º 2 3 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C A S A 4 4

BAIRRO

T E J I P I Ó

CIDADE

R E C I F E

UF

P E

CEP

5 0 9 3 0 - 0 1 0

TELEFONE

0 8 1 - 3 4 5 5 3 3 4 0

FAX

E-MAIL

e u d e s m o @ y a h o o . c o m . b r

LOCAL

R E C I F E

DATA

1 5 / 0 1 / 2 0 0 7

ASSINATURA

Eudes Martins de Oliveira

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, EDIFÍCIO SEDE
ASA NORTE.
BRASILIA/ DF
CEP: 70.044-900



 **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	222

JR 88644956 9 BR



RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

**AV. BARRETO DE MENEZES, Nº 567, MARCOS FREIRE,
JABOATÃO DOS GUARARAPES PE.
CEP: 54.360-160**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO/CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPIN	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	SERAD	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	Examinar e providenciar	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	Para providências cabíveis
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab nº 00425/2017).

Brasília, 30 de janeiro de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Conceição Aparecida Silva, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/01/2017, às 10:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



1647579 e o código CRC **28C89CDC**.

Referência: Processo nº 01250.005475/2017-60

SEI nº 1647579

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 01250.005475/2017-60

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 30/01/2017, às 11:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1648256** e o código CRC **649AD9C0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.005475/2017-60

SEI nº 1648256

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: **01250.005475/2017-60**

Referência: **Requerimento 1646719**

Interessado: **Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.**

Assunto: **Renovação de Outorga.**

De ordem do Sr. Diretor Substituto, encaminho este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 30/01/2017, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1648366** e o código CRC **F7DFB5EF**.

Referência: Processo nº 01250.005475/2017-60

SEI nº 1648366



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 44447/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 01250.001651/2016-11, de interesse da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade, sediada em Jaboatão dos Guararapes – PE, para renovação da outorga referente ao período de 01 de outubro de 2007 a 01 de outubro de 2017.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 23/10/2017, às
13:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



2288907 e o código CRC **B124C4BE**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 44447/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 2288907



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 44449/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Representante Legal da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)

Rua Barreto de Menezes, nº 567 – Bairro: Marcos Freire - Prazeres
54.315-340 / Jaboatão dos Guararapes – PE

Assunto: **Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 01 de outubro de 2007 a 01 de outubro de 2017., protocolizado sob o nº 01250.001651/2016-11, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/10/2017, às 13:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2288956** e o código CRC **C7329387**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44449/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 2288956

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 44449/2017/SEI-MCTIC, 23/10/2017
01250.001651/2016-11

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Rua Barreto de Menezes, nº 567 – Bairro: Marcos Freire -

Prazeres

54.315-340

Jaboatão dos Guararapes – PE

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E NAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

4102 AON 06





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

J R 3 0 4 7 3 7 0 6 3 B R

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.644-900 Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PORTARIAS DE 11 DE MARÇO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
199	53790.001019/98	Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé	Bagé/RS
200	53700.000785/99	Associação Comunitária Rádio Vale Azul FM de Itaquiraí - MS	Itaquiraí/MS
201	53103.000293/00	Rádio Comunitária A Voz da Liberdade	Jaboatão dos Guararapes/PE
202	53000.015798/04	Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária	Casca/RS
203	53000.000026/03	Associação Cultural Rádio Comunitária do Bairro de Ipanema	Porto Alegre/RS

EUNÍCIO OLIVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 47.897, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2004

Processo n.º 53500.000003/2003 - Extinguir, por caducidade a permissão para explorar o Serviço Especial de Rádiochamada, outorgada à empresa CHRISTIANO & CANDIAN LTDA., na localidade de Barbacena/MG, por meio da Portaria do Min. da Infra-Estrutura n.º 089, de 17 de julho de 1991, publicada no Diário Oficial da União em 24 de julho de 1991, de conformidade com o disposto no item 16.5, alínea “a” da Norma n.º 15/97, e, ainda, o disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1996, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com o art. 16 do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, aprovado pela Resolução n.º 225, de 29 de março de 2001. A extinção referida não desonera a empresa CHRISTIANO & CANDIAN LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

ATO Nº 49.501, DE 9 DE MARÇO DE 2005

Procedimento Administrativo n.º 535000197482004 - Expedir Autorização à EPSILON INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 49.502, DE 9 DE MARÇO DE 2005

Processo n.º 53500.020988/2004. Autoriza a LHSL NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA., para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 49.503, DE 9 DE MARÇO DE 2005

Procedimento Administrativo n.º 535000255532004 - Expedir Autorização à AEROTECH TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas - PGO, com exceção das Áreas de Numeração 21, 31, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 61 e 62 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL
Presidente do Conselho
Substituto

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 25 de fevereiro de 2004

Nº 169 - Ref.: Processo n.º 53500.003141/2000 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela Sercomtel S/A Telecomunicações, Concessionária do STFC, Setor 20, Região II do PGO, contra decisão de aplicação de sanção proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos por meio do Despacho n.º 521/2003/PBQI/SPB, datado de 29 de setembro de 2003, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29/06/1998, especificamente com

relação ao indicador “Taxa de chamadas de longa distância nacional originadas completadas - Vespertino”, previsto no seu artigo 6º, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 792, de 20 de janeiro de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 023/2004-GCLA, de 15 de janeiro de 2004, e de conformidade com a Nota Técnica n.º 1123-2003/PGF/PFE-MCBS/Anatel, de 13 de novembro de 2003, da Procuradoria Federal Especializada - Anatel.

Em 1º de março de 2004

Nº 213 - Ref.: Processo n.º 53500.002656/2001 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela Brasil Telecom S/A - Filial Mato Grosso do Sul, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 21 da Região II do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho n.º 1.631/2003-CD, datado de 6 de novembro de 2003, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento da meta para o indicador “Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos - noturno”, previsto no art. 16 do Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 817, de 17 de fevereiro de 2004, conhecer do Pedido e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes da Análise n.º 047/2004-GCLA, de 16 de fevereiro de 2004, e de conformidade com a Nota Técnica n.º 24-2004/PGF/PFE-DHMS/Anatel, de 13 de janeiro de 2004, da Procuradoria Federal Especializada - Anatel.

Em 5 de março de 2004

Nº 236 - Ref.: Processo n.º 53500.004111/2000 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela Brasil Telecom S/A, incorporadora da Companhia Riograndense de Telecomunicações S/A - CRT, Concessionária do STFC, Setor 29 do PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho n.º 1503/2003-CD, datado de 10 de outubro de 2003, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, por meio da Reunião n.º 289, de 18 de fevereiro de 2004, conhecer do Pedido rejeitando as preliminares argüidas e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 042/2004-JL, de 11 de fevereiro de 2004, e de conformidade com a Nota Técnica n.º 1208/2003/PGF-DHMS/Anatel/2004/PGF/PFE-TTP/Anatel, de 03 de dezembro de 2003, da Procuradoria Federal Especializada - Anatel.

Em 26 de março de 2004

Nº 341 - Ref.: Processo n.º 53500.000942/2001 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VÉSPER São Paulo S/A, Autorizada do STFC, Setores 31, 32 e 34, Região III do PGO, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho n.º 515/2003/PBQI/SPB, datado de 23 de setembro de 2003, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento da meta para o indicador “Taxa de Chamadas Locais Originadas Completadas - Matutino”, previsto no art. 6º, alínea “a”, do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29/06/1998, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 841, de 5 de março de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, por impossibilidade de aplicação do art. 23, do Regulamento de Aplicação de Sanções, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 047/2004-GCES, de 5 de março de 2004, e de conformidade com o Parecer n.º 65-2004/PGF/PFE-EPBM/Anatel, de 27 de janeiro de 2004, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

Nº 343 - Ref.: Processo n.º 53500.002564/2001 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela Telemar Norte Leste S/A, incorporadora da Telecomunicações do Piauí S/A - TELEPISA, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 12, Região I do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão de aplicação de sanção proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho n.º 467/2003/PBQI/SPB, datado de 9 de setembro de 2003, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998, especificamente com relação ao indicador “Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos - matutino”, previsto no seu artigo 16, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 819, de 25 de fevereiro de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 048/2004-GCLA, de 18 de fevereiro de 2004 e de conformidade com a NOTA TÉCNICA N.º 29/2003/PGF/TTP/Anatel, de 16 de janeiro de 2004.

Nº 348 - Ref.: Processo n.º 53500.005331/2000 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela Telemar Norte Leste S/A, incorporadora da Telecomunicações de Pernambuco S/A - TELPE, Concessionária no Setor 8, Região I do PGO, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho n.º 354/2001/SPB, datado de 13 de julho de 2001, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento da meta para o indicador “Taxa de Atendimento de Solicitações de Reparo de Usuários Residenciais em até 24 horas”, prevista no art. 10, alínea “a”, do Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 823, de 27 de fevereiro de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes da Análise n.º 032/2004-GCES, de 13 de fevereiro de 2004, e de conformidade com o Parecer datado de 31 de outubro de 2001, da Procuradoria da Anatel, exarado no Informe n.º 466/PBQID/PBQI, de 24 de outubro de 2001, da Superintendência de Serviços Públicos da Anatel.

Nº 349 - Ref.: Processo n.º 53500.005334/2000 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela Telemar Norte Leste S/A, incorporadora da Telecomunicações de Pernambuco S/A - TELPE, Concessionária no Setor 8, Região I do PGO, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por meio do Despacho n.º 356/2001/SPB, datado de 13 de julho de 2001, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento da meta para o indicador “Taxa de Atendimento às Solicitações de Mudança de Endereço de Usuários não Residenciais em até 24 horas”, prevista no art. 14, alínea “a”, do Plano Geral de Metas de Qualidade - PGMQ, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 823, de 27 de fevereiro de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, pelas razões e justificativas constantes da Análise n.º 032/2004-GCES, de 13 de fevereiro de 2004, e de conformidade com o Parecer datado de 31 de outubro de 2001, da Procuradoria da Anatel, exarado no Informe n.º 465/PBQID/PBQI, de 24 de outubro de 2001, da Superintendência de Serviços Públicos da Anatel.

Em 31 de março de 2004

Nº 365 - Ref.: Processo n.º 53500.000683/2001 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela Telemar Norte Leste S/A, incorporadora da Telecomunicações do Pará S/A (TELEPARÁ), Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 14, Região I do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão de aplicação de sanção proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos por meio do Despacho n.º 443/2003/PBQI/SPB, de 29 de agosto de 2003, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998, especificamente com relação ao indicador “Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos - vespertino”, previsto no seu artigo 16, decidiu, por meio do Circuito Deliberativo n.º 820, de 25 de fevereiro de 2004, conhecer do Recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise n.º 051/2004-GCLA, de 19 de fevereiro de 2004, e de conformidade com o Parecer n.º 36/2004/PGF/PFE-EPBM/Anatel, de 19 de janeiro de 2004, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

Nº 366 - Ref.: Processo n.º 53500.000794/2001 O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela Brasil Telecom S/A - Filial Santa Catarina, empresa concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Setor 18 da Região

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 262, DE 2007

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CASSINO DE RIO GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de março de 1999, a concessão outorgada à Rádio Cassino de Rio Grande Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 263, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 11 de março de 2005, que outorga autorização à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 264, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FLORESTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 658, de 26 de dezembro de 2005, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 2002, a permissão outorgada à Rádio Floresta Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TURURU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tururu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 273, de 2 de maio de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural de Tururu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tururu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 11, DE 2007

Suspende a execução das expressões legais que menciona, contidas no Convênio ICM nº 66, de 1988, e na Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo, que dispõem sobre o ICMS.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da expressão "... ou a integração no ativo fixo de mercadoria produzida pelo próprio estabelecimento...", contida no inciso II do § 1º do art. 2º do Convênio ICM nº 66, de 1988, e da expressão "... ou a integração no ativo fixo, de mercadoria ... produzida pelo próprio estabelecimento.", contida na redação original do item 2 do § 1º do art. 2º da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 158.834-9 - SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 12, DE 2007

Suspende a execução da Lei nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflama, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflama, do Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 118.585-6 - SP.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2007.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Presidência da República

CASA CIVIL SECRETARIA EXECUTIVA IMPrensa NACIONAL

PORTARIA Nº 259, DE 28 DE SETEMBRO DE 2007

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, incisos II e XXV, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º As assinaturas do Diário da Justiça, Seções 1 e 3, nas versões impressa e eletrônica, comercializadas a partir de 1º de outubro de 2007 terão sua vigência máxima até 31 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. O valor da assinatura será proporcional à periodicidade contratada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1.283, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inciso I, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º, § 1º, da Portaria nº 118/AGU, de 1º de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Autorizar o Núcleo de Assessoramento Jurídico no Rio de Janeiro (NAJ/RJ) a coordenar os trabalhos da Câmara de Conciliação instalada nos autos do Processo Administrativo nº 00405.001098/2007-44.

Art. 2º O Coordenador do NAJ/RJ supervisionará as atividades administrativas e jurídicas necessárias à instalação e prosseguimento dos trabalhos de conciliação.

Art. 3º Caberá ao Coordenador:

I - designar o conciliador responsável pela execução dos trabalhos de conciliação;

II - solicitar a manifestação jurídica dos órgãos envolvidos, se necessário;

III - oficiar aos órgãos solicitando indicação de representantes;

IV - designar as datas das reuniões da Câmara de Conciliação.

Art. 4º Sob a Coordenação da Dra. HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO, a Consultoria-Geral da União supervisionará as atividades de conciliação do Núcleo de Assessoramento Jurídico.

Art. 5º Para a execução dos trabalhos de conciliação estará o NAJ/RJ adstrito ao fixado pela Portaria nº 118/AGU, de 2007, e demais disposições normativas a que alude.

Art. 6º Concluídos os trabalhos da Câmara de Conciliação ora instalada, o Coordenador do NAJ/RJ deverá encaminhar, em 15 (quinze) dias, o relatório final dos trabalhos, sintetizando todas as deliberações decorrentes da Conciliação ou os motivos da impossibilidade desta.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

PORTARIA Nº 1.284, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e considerando o que consta do Processo nº 00407.002299/2007-49;

Considerando a realização do I Encontro Nacional dos Advogados Públicos Federais, a ser promovido pela União dos Advogados Públicos Federais do Brasil - Unafe, programado para o período de 26 a 28 de setembro de 2007, na cidade de Balneário Camboriú/SC; e

Considerando a importância do evento e seu significado em termos de capacitação e aperfeiçoamento profissional para os integrantes da Carreira de Advogado da União, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento dos Advogados da União inscritos no I Encontro Nacional dos Advogados Públicos Federais, a realizar-se em Balneário Camboriú/SC, no período de 26 a 28 de setembro de 2007, desde que o afastamento não acarrete prejuízo ao andamento regular dos trabalhos, a critério das respectivas Chefias dos Órgãos de Execução da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O período de afastamento será justificado mediante apresentação de comprovante da participação do Advogado da União no evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

PORTARIA Nº 1.286, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Advogado-Geral da União nos termos da Portaria nº 387/AGU, de 24 de abril de 2007, e tendo em vista os resultados do concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, constantes da Portaria nº 623/AGU, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2006, Seção 1, págs. 124 a 127, retificada pela Portaria nº 841/AGU, de 6 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 8 de setembro de 2006, Seção 1, págs. 10 a 13, e atualizada pela Portaria nº 434/AGU, de 4 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2007, Seção 2, págs. 2 a 5, resolve:

Art. 1º Deferir os pedidos dos candidatos abaixo relacionados, que, aprovados no concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, solicitaram a sua colocação no final da relação dos aprovados no referido concurso:

I - EURIPEDES CESTARE (Processo nº 00404.007360/2007-74);

II - ALISSON FABIANO ESTRELA BONFIM (Processo nº 00404.006945/2007-77);

III - RODRIGO FERACINE ÁLVARES (Processo nº 00400.002283/2007-04);

IV - FLÁVIA GALVÃO ARRUTI (Processo nº 00404.006959/2007-91);

V - DIRCEU ISSAO UEHARA (Processo nº 00404.006980/2007-96);

VI - FLÁVIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS (Processo nº 00404.007359/2007-40);

VII - DANILO BUENO MENDES (Processo nº 00404.007363/2007-16).

Parágrafo único. Os candidatos terão os seus nomes inseridos na relação de que trata a Portaria nº 1004/AGU, de 30 de outubro de 2006, observada a classificação final no certame.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO COSTA GAMA



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

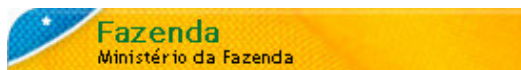
Emitida às 13:36:40 do dia 08/03/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/04/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie a atualização cadastral.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.256.169/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/07/1999
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO A VOZ DA LIBERDADE		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AV BARRETO DE MENEZES	NÚMERO 567	COMPLEMENTO
CEP 54.360-160	BAIRRO/DISTRITO MARCOS FREIRE	MUNICÍPIO JABOATAO DOS GUARARAPES
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (81) 3476-1796	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		

Identificação do Processo

Númer 01250.001651 Localidade / JABOATÃO DOS
 Entid RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
 Aviso 8 Publicaç 23/06/2000 Prazo: 30 Can 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associaç

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Gildo Alves de Oliveira	186.979.414-15	Tesoureiro	25/04/2015 25/04/2019	
Maria José de Araújo	233.004.344-91	Diretor de Patrimônio	25/04/2015 25/04/2019	
Jeane Vieira dos Santos	046.261.834-09	Diretor de Projetos / Planejamento	25/04/2015 25/04/2019	
Claudemir José da Silva	440.373.924-53	Secretário Geral	25/04/2015 25/04/2019	
Pedro Martins dos Santos	371.096.344-34	Presidente	25/04/2015 25/04/2019	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 01250.001651/2016-11

Localidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
 RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (1646719)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 20/01/2017

1.2) Tempestividade: () Sim () Não Lei 13.424/2017

2) Estatuto Social: fl. 5/14 (1646719)

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, c, d

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art.4º-ausente, aprovação diretoria

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 5º,a -ausente

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 14, §4º

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 15

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20-ausente

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 14 -mandato de 4 anos, sem restrição de uma reeleição

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: ausente

2.9) Art. 7º, a ? aprovação da diretoria para reingresso; art.12-adequar ao CC; art.15-não constam os ?diretores adjuntos?; art.21/22-presidência é o órgão superior de administração e estrutura

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls.4 em 25/04/2015 (1646719)

Presidente: PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Vice-Presidente: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário Geral: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA

Tesoureiro: GILDO ALVES DE OLIVEIRA

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: JEANE VIEIRA DOS SANTOS

Dir.Adj.Operações e Jornalismo: MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

Dir. Adj. De Patrimônio: MARIA JOSÉ DE ARAÚJO

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fl. 15/22 (1646719)

5) CNPJ: fl. 2 (1646719) (2718594)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2718588)

7) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 23/24 (1646719)-falta grade

*****PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: ausente ingresso gratuito, e depende de aprovação da diretoria, inclusive para ?reingresso?; direito de voz e voto nas instâncias deliberativas; adequar ao CC; não constam os ?diretores adjuntos?; presidência é o órgão superior de administração e estrutura; não consta Conselho Comunitário, mandato de 4 anos, sem restrição de reeleição

Documentos: falta CPF de REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS e de MARIA JUSSINEIDE DA SILVA; documento de MARIA JOSÉ DE ARAÚJO inelegível.

Certidões: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA deve apresentar certidão JF eleitoral e criminal.

Conselho Comunitário: CNPJ de Comissão de defesa e direitos dos moradores de Marcos Freire está incorreto. Falta grade de programação.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Alice Lorena de Barros Santos

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 5088/2018/SEI-MCTICProcesso nº: **01250.001651/2016-11.**Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **RADIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, apresentou requerimento de renovação da autorização (1646719), em 20/01/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 01/09/2017, conforme informado na Nota Técnica 31286/2016/SEI-MCTIC (1513652) e com fundamento no art. 36 do Decreto nº 2615, de 3 de junho de 1998). Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O art. 4º do estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria, uma vez que restringe o ingresso do associado à aprovação pela Diretoria. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto expressamente o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o mesmo dispositivo.</p> <p>b. Não está expressamente previsto o direito de voz e de voto dos associados nas instâncias deliberativas, em desacordo com o art. 40, III da Portaria.</p> <p>c. Não estão expressamente previstas as atribuições e a composição do Órgão Administrativo, em desacordo com o art. 40, V da Portaria.</p> <p>A composição da diretoria deve ser una, com a indicação de todos os cargos, inclusive os 'Adjuntos'.</p> <p>O órgão "superior de administração" deve ser a assembleia geral, garantindo o caráter comunitário da entidade.</p> <p>Caso haja alteração da composição do quadro diretivo, deve ser adequada a ata de eleição, pois os cargos devem coincidir (eleição e estatuto).</p>

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.			<p>d .Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p>e. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, V da Portaria.</p> <p>f. O estatuto deve ser adequado às atuais disposições do Código Civil</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme art. 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O relatório encaminhado pelo Conselho Comunitário não contém a descrição e a avaliação acerca da grade de programação, conforme previsão do art. 116 da Portaria.</p> <p>O CNPJ da Comissão de defesa e direitos dos moradores de Marcos Freire está incorreto.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):</p> <p>1 - REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS - falta CPF</p> <p>2 - MARIA JUSSINEIDE DA SILVA - falta CPF</p> <p>3 - MARIA JOSÉ DE ARAÚJO - documento ilegível</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade o Cartão Nacional de Habilitação (CNH)</p>
Portaria nº 4334,	Art. 131, inciso IV		

de 2015	INCISO IV	maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
---------	-----------	--

3. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I – indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II – garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III – garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV – garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção;

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo único. O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do caput, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

4. A composição do Conselho Comunitário deve obedecer as disposições dos artigos 113 e seguintes da Portaria 4334/2015:

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

5. Após consultas ao sítio do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidões negativas (eleitoral e criminal) relativas ao **dirigente** CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA.

6. Dessa forma, a Entidade deve esclarecer a situação e, em caso a optar por manter o diretor, deve encaminhar certidão de inteiro teor do(s) processo(s) e comprovar adequadamente o cumprimento da pena e extinção da punibilidade, o que poderá ser feito por documento oficial emitido pelo Poder Judiciário.

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por

motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2018, às 08:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2719046** e o código CRC **CA67DECF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 2719046



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 8933/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Bairro: Marcos Freire - Prazeres (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)
54315340 / Jaboatão dos Guararapes - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 5088/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicito que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/03/2018, às 08:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2719338** e o código CRC **FB23C1E5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8933/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 2719338

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

AR DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 8933/2018/SEI-MCTIC, 14/03/2018
01250.001651/2016-11

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Marcos Freire - Prazeres
54315340 Jaboaão dos Guararapes / PE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Thomaz Vasconcelos

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

[Assinatura]
55086169

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

16/03/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS

UF PAIS / PAYS

114 x 186 mm



Correios
Brasil

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22717612 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DES PERSONNES SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espanhada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.
70.044-900 Brasília - DF

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/	/	/	/
:	h	:	h

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE
Plantando o futuro com você!

Jaboatão dos Guararapes, 26 de abril de 2018.

Ofício nº 002/2018

À Dra. Inalda Celina Madio - Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária, Explanada dos Ministérios, Bloco R, 3º. Andar, CEP: 70044-900/Brasília - Distrito Federal

Ref. Processo nº 01250.001651/2016-11

DD. Coordenadora Geral

Vimos pelo presente comunicar a V.Sa. que todas as providências que nos foram solicitadas pelo ofício em epigrafe, para regularização do Estatuto da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, foram concluídas, entretanto, devido a burocracia cartorária, solicitamos que seja prorrogado o prazo que nos foi concedido, por mais 20(quinze), portanto até 20 de maio de 2018.

Certos de sermos atendidos, agradecemos-lhe os seus préstimos.

Atenciosamente,


Pedro Martins dos Santos
Presidente

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 14/05/18 às 14:00 horas

Assinatura: Ailton Silva

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire

Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br / E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com

**Ilma. Sr^a. Coordenadora Geral de Radiodifusão
Comunitária
Dra. Inalda Celina Madio**

**Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900/ Brasília – Distrito Federal**



RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

**Av. Barreto de Menezes, nº 567, Marcos Freire –
Jaboatão dos Guararapes/PE.**

CEP 54.360-160.



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Jaboatão dos Guararapes, 14 de Maio de 2018.

Ofício Nº 003/2018

Ilmo. Srª. Coordenadora - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra. Inalda Celina Madio

Ref. Processo nº 01250.001651/2016-11.

DD. Coordenadora Geral

Em resposta ao ofício nº 8933/2018/SEI-MCTIC, estamos encaminhando a V.Sa. toda documentação pendente desta entidade, Radio Comunitária A Voz da Liberdade conforme solicitada.

Certos de sermos atendidos, agradecemos-lhes os seus préstimos.

Atenciosamente,

Pedro Martins dos Santos
Presidente

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 15/05/18 às 15:40 horas
Assinatura: Peneção

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com

RÁDIO A VOZ DA LIBERDADE

FM

Estatuto Social

Assembleia Geral Extraordinária,

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária, de 03 de julho de 2000.
Com alterações Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de julho de 2003.
Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 05 de janeiro de 2004.
Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 06 de junho de 2006.
Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2018.

Marcos Freire – Jaboatão dos Guararapes/PE



**Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ**

Nº 49.219 = 5828

ESTATUTO DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE, FORO, OBJETIVOS E PRAZO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A Rádio Comunitária A VOZ DA LIBERDADE – CNPJ: 03.256.169/0001-03, é uma associação de direito privado, sem finalidade lucrativa, instituída pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, fundada em 20 de dezembro de 1998, com objetivos culturais, sociais e democráticos, com sede e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes, n.º 567, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes, tendo como foro a cidade do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Parágrafo Primeiro – A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade foi autorizada pelo Ministério das Comunicações para executar os serviços de rádio difusão comunitária FM, através da portaria 201, de 11 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2005, edição número 52, conforme despacho do Presidente da República, mensagem número 93, de 15 de fevereiro de 2006, para funcionar no município do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Art. 2º - São objetivos da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade:

I- beneficiar a comunidade com vista a:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.
- c) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.
- d) Obter, junto ao poder público, autorização para execução de serviços de radiodifusão de caráter local.
- e) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário.
- f) Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste Estatuto e a luz da legislação pertinente, quando aplicável.
- g) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicações locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico-cultural e desportivo, relacionados aos interesses das comunidades.
- h) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observando a legislação vigente.

Cartório Eduardo Malta
Registro de T.R.E. e P.E.

NR 49.919-5828

i) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica, as entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais, Conselhos Municipais e outras sem fins lucrativos.

j) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.

k) Promover de forma contínua o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

a) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

b) Promoção das atividades artísticas e jornalistas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida.

c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida.

d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Art. 3º. – O prazo de duração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E EXCLUSÕES.

Art. 4º - O Quadro Social da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é constituído por pessoas físicas, independentes de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto, e seja residente no município do Jaboatão dos Guararapes, ou tenha domicílio nas áreas atingidas pela transmissão da Rádio.

Parágrafo Primeiro – A inscrição de filiados será feita a qualquer tempo, mediante proposta formulada oficialmente pelo interessado 'a Diretoria Executiva.

Parágrafo Segundo - A filiação dos associados, independe do pagamento de qualquer taxa, ou contribuição, como também da aprovação da Diretoria.

Art. 5º - São direitos dos associados:

a) Participar das assembléias gerais, votando na forma estabelecida neste Estatuto.

b) Solicitar, a qualquer tempo, e sem ônus de qualquer ordem, seu desligamento do quadro social da Rádio, mediante solicitação por escrito.

Art. 6º. São deveres dos Associados:

a) Comparecer às Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, convocadas na forma estabelecida neste Estatuto, com direito a voz e voto.

Cartório, Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

no 49.119-5828

b) Votar e, ser votado nas eleições da Radio Comunitária A Voz da Liberdade.

c) Acatar, fielmente todas as disposições do presente Estatuto, às deliberações das Assembleias Gerais e as decisões da Diretoria Executiva.

d) Comunicar à Diretoria Executiva qualquer ocorrência contrária às disposições deste Estatuto, às determinações das Assembleias Gerais e da própria Diretoria, que desabone a imagem da Rádio.

e) Atender as recomendações e as decisões aprovadas nas Assembleias.

Art. 7º. As exclusões e punições dos Associados ocorrerão nas seguintes hipóteses:

a) - O associado que faltar à 03(três) assembleias gerais ordinárias, consecutivas, sem justificação será desligado sumariamente do quadro de associados. Seu reingresso somente poderá ocorrer após seis meses de afastamento, mediante pedido por escrito à Diretoria.

b) Violação deste Estatuto, decisão da Diretoria Executiva, com referendado da Assembleia Geral Ordinária, por simples maioria de votos.

CAPITULO III

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DESPESA

Art. 8º - Constituem o Patrimônio e a Receita da Rádio:

a) A contribuição de qualquer pessoa à título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;

b) As verbas provenientes de subsídio oficial;

c) O patrocínio do comércio local, destinado a apoio cultural.

d) **Arrecadação de valores e objetos oriundos de** campanhas e outras atividades desenvolvidas, com objetivos sociais, esportivas etc.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.

Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela diretoria executiva que poderá aceitá-la ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Serão garantidos aos doadores que assim o desejarem o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, ou por decisão judicial.

Art. 9º - As despesas da Entidade podem ser:

a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD e outros.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E.R.A.

49.119-5828

b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalação, inclusive, a título de pró-labore.

c) Patrocínios, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

d) Patrocínio a projetos ou atividades com fins comunitários.

e) A Rádio visando uma melhor prestação de serviços à Comunidade das áreas atingidas pela Transmissão, poderá receber empréstimos de pessoas físicas, para investir em suas instalações físicas e/ou operacionais, desde que, autorizado pela Diretoria Executiva, que deverá assinar termo de compromisso, responsabilizando-se pelo investimento e pelo pagamento.

Art. 10º - Não será permitido aos membros das Diretorias, como também aos membros do Conselho Fiscal, qualquer tipo de remuneração. A participação dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal nas atividades da Rádio, e seus serviços prestados serão considerados como de interesse e relevância pública. Em casos especiais de representação da Instituição, em conferência, seminário, reunião, eventos, encontros, regularização de documentos, fora do município, que impliquem em despesas pessoais para os membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, os mesmos receberão ajuda financeira para passagens e diárias na qualidade de colaboradores eventuais.

Parágrafo 1º - A contratação de funcionários dependerá da aprovação do Presidente.

Parágrafo 2º - Não será permitido aos membros da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e aos membros do Conselho Fiscal manterem vínculo empregatício com a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, portanto é vetado o ingresso dos ocupantes dos mencionados cargos, no quadro de funcionários da aludida Rádio.

Parágrafo 3º - Os sócios serão necessariamente contribuintes, sendo-lhes, contudo inimputáveis, sob quaisquer hipóteses, por responsabilidades advindas de obrigações assumidas pela Associação (Rádio).

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 11º - São órgãos da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade:

a) Assembléia Geral

b) Diretoria Executiva

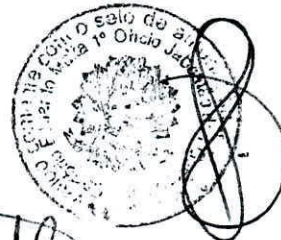
c) Diretoria Adjunta

d) Conselho Fiscal

e) Conselho Comunitário

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 49.219 = 5828



Art. 12º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse das comunidades envolvidas e da própria associação.

Parágrafo I – Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pelo Presidente, para tratar de qualquer assunto referente aos trabalhos da Rádio, como também, para adotar medidas emergenciais de interesse da instituição.

Parágrafo II – A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com 51% dos seus sócios e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Art. 13º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local determinados pela mesma e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

A Rádio Comunitária a Voz da Liberdade será administrada conforme assim estabelecido

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º. - A Diretoria Executiva é constituída de 4 (quatro) Membros da seguinte forma:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário Geral
- d) Tesoureiro

Art. 15º - A Diretoria Executiva e o Órgão da Administração da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade exercerão todas as atribuições de suas competências, estabelecidas neste Estatuto e serão formados pelo Presidente, Vice Presidente, Secretário Geral, e o Tesoureiro.

Art. 16º - A Presidência é o órgão superior da Administração da Rádio A Voz da Liberdade, a qual é responsável pelas suas atividades, bem como, obriga-se a zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto, seu Regimento Interno, e demais legislação pertinentes a hipótese.

Art. 17º - A Presidência tem a seguinte Estrutura Organizacional:

- I – Chefia de Gabinete.
- II – Assessoria Jurídica


Cartório-Eduardo Malta
Registro de TRD E PX
Nº 49.219-5828






III – Assessoria de Comunicação Social

IV – Assessoria de Planejamento e Organização e Métodos.

Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

I – Representar a Instituição, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído.

II – Convocar sessões, assembléias ordinárias e extraordinárias.

III – Autorizar as despesas ordinárias e extraordinárias.

IV – Presidir reuniões convocadas para deliberar sobre ações da Rádio A Voz da Liberdade.

V – Convocar eleições para preenchimentos de cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, inclusive nos caso de vacância.

VI – Indicar um dos seus membros ou associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos; se julgar conveniente a Instituição.

VII – Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como a definição de salários, gratificações ou outra forma de remuneração.

VIII – Autorizar a aquisição de equipamentos.

IX – Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da instituição.

X – Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implantados e administrados pela instituição.

XI – Assinar juntamente com o Tesoureiro balancetes, cheques para pagamentos das despesas em geral.

Art. 18º - Caberá ao Vice-Presidente:

a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas.


b) Substituir o Presidente em caso de impedimento temporário ou definitivo.

Art. 19º - Caberá ao Secretário Geral:

a) Secretariar as reuniões da Diretoria e as sessões da Assembléia Geral, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;

b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o Presidente;

c) Manter o cadastro de associados atualizado;

The bottom of the page features several handwritten signatures and official stamps. On the left, there are two crossed-out signatures. In the center, there is a circular stamp from the 'Cartório Eduardo Malta' and a rectangular stamp from the 'Registro de TRD EXP'. To the right of these stamps, the text 'Nr 40.819 = 5828' is handwritten. The entire bottom section is overlaid with a large, stylized signature.

d) Manter sob seu controle e guardar as documentações legalmente necessárias, relativas a Entidade e seus empregados.

Art. 20º - Caberá ao Tesoureiro:

a) Manter sob seu controle a Movimentação Financeira da Entidade;

b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;

c) Apresentar os balancetes a Diretoria;

d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas da Entidade.

Art. 21º - A Diretoria Adjunta será composta de 4 (quatro) membros, será subordinada a Diretoria Executiva, e terá a função de auxiliar as atividades desenvolvidas pela administração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade. E será eleita juntamente com a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 22º - Caberá ao Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo:

a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;

b) Implementar e supervisionar a programação da rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 23º - Caberá ao Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo:

a) Auxiliar administrativamente a Diretoria Executiva;

b) Sugerir e propor medidas para o desenvolvimento da Rádio.

c) Coordenar e prestar assistências aos programas executados pela Rádio.

d) Substituir qualquer membro da Diretoria Executiva, na sua ausência ou impedimento de acordo com o art. 16º.

Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetos e realizações da Entidade.

c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como, dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimento Interno e outros.

Art. 24º - Caberá ao Diretor Adjunto de Patrimônio:

 **Cartório Eduardo Malta**
Registro de TRD E PJ
Nº 49.219-5828
 

a) Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade, que sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral.

b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 25º - O quórum mínimo para decisões nas reuniões da Diretoria Executiva é de 03 (três) membros (50% + 1). Em caso de empate nos processos de votação, o Presidente dará o voto de Minerva decidindo a votação.

Art. 26º - Havendo vacância em qualquer cargo da Diretoria Executiva assumirá a vaga automaticamente o Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo.

Parágrafo 1º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em 02(duas) reuniões ordinárias consecutivas ou em 03(três) alternadas sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Diretoria Executiva.

Art. 27º - O Conselho Fiscal será composto por 03(três) conselheiros efetivos e 02 (dois) Suplentes, que deverá ser eleito juntamente com a Diretoria Executiva, o qual terá como função a aprovação ou não das contas da Entidade.

Art. 28º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação da Assembleia Geral Extraordinária, na forma estabelecida no **art. 12º**.

Art. 29º - A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade com base na Lei 9.608/1998, de 18 de fevereiro de 1998(Trabalho Voluntário), poderá pedir ou receber ajuda de mão de obras voluntárias para auxiliar nas suas atividades.

a) Pessoas de ambos os sexos que, de acordo com a sua disponibilidade, possam contribuir nos trabalhos voluntários desta instituição.

b) O trabalho voluntário será coordenado pela Diretoria Executiva, e o horário de trabalho será de livre escolha da pessoa de acordo com a sua disponibilidade, desde que faça ciência à Diretoria da Rádio ou combine o horário de acordo com termo de adesão.

c) A pessoa voluntária assinará um termo de Adesão concordando com o que está estabelecido na Lei Federal Nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 e cumprir as normas e Diretrizes do Estatuto e Regimento Interno da Rádio.

CAPÍTULO VII

DAS ELEIÇÕES

Art. 30º - A Diretoria será eleita pelo mandato de 4 (quatro) anos, em Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim, através de votação secreta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver maior número de votos.

Parágrafo 1º. – O edital de convocação deverá informar: data, horário e local de votação, prazo para registro de chapas, os cargos concorrentes e os pré-requisitos exigidos dos candidatos para concorrerem aos cargos.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Ordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos 10 dias de antecedência, utilizando-se do jornal de maior circulação no município – Diário Oficial do Município, além de fixação do edital na seda da entidade.

Parágrafo 3º - O registro das chapas deverá ser feito até 05 (cinco) dias antes da data marcada para realização das eleições, na sede da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.

Parágrafo 4º - Qualquer pedido de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo 5º - Somente poderão votar e ser candidatos aos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal os associados que estejam filiados, há um ano, antes da data das eleições.

Parágrafo 5º – A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal eleitos somente terão direitos a uma recondução.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO COMUNITÁRIO E SEUAS ATRIBUIÇÕES

Art.31º - O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do serviços de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art.32º - A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

§1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais a comunidade.

§3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art.33º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes a gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 149.219-5828

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios;

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

CAPÍTULO IX

DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO

Art. 34º - A programação da Rádio deverá constar de:

a) Tempo garantido aos segmentos sociais para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observado apenas a adequação de horário na programação.

b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas da comunidade, dentro das especificações técnicas definidas pelo direito de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Proibição de uso de qualquer horário com fins políticos – partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio e por escrito a todos, devidamente protocolados. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei.

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação do espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

CAPÍTULO X

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 35º - A dissolução desta Associação ocorrerá apenas por decisão de Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, nos termos do **art. 12º**.

Parágrafo 1º - Deverá constar obrigatoriamente na pauta da Assembléia Geral Extraordinária convocada para a dissolução da Entidade, a prestação de contas verificada pelo Conselho Fiscal até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O Patrimônio da Entidade deverá ser doado a outra entidade de atividades congêneres, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no **parágrafo 1º** deste artigo.

 **Cartório Eduardo Malta**
Registro de TRD E PJ
Nº 49.219-5828
  

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

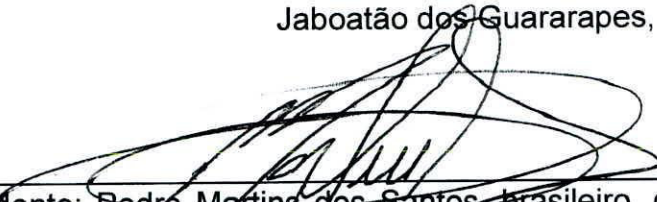
Art. 36º - Os problemas oriundos de omissões deste Estatuto serão sanados mediante deliberação pela Diretoria Executiva, em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para essa finalidade.

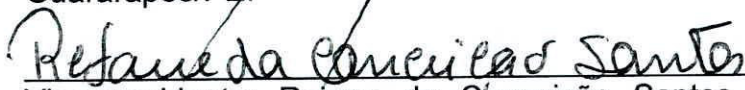
Estatuto aprovado em Assembleia Geral de 13 de abril de 2018.


Subscrevem este Estatuto nesta data 13 de abril de 2018.

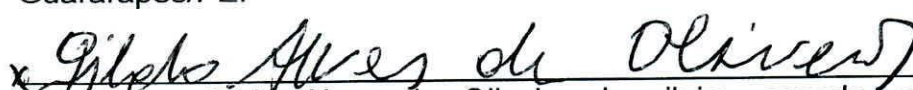
Os membros da Diretoria Executiva, o Presidente e o Secretário Geral.

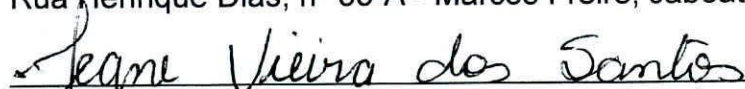
Jaboatão dos Guararapes, 13 de abril de 2018.


Presidente: Pedro Martins dos Santos, brasileiro, divorciado, servidor público municipal, portador do RG: 1.457.714 SDS/PE, CPF: 371.096.344-34, residente e domiciliado na Rua Dr. Leão Diniz de Souza, nº 2030 apto 201, Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE.


Vice-presidente: Rejane da Conceição Santos, brasileira, solteira, servidora pública municipal, portadora do RG: 3.063.220 SDS/PE, CPF: , residente e domiciliada na Dr. Leão Diniz de Souza, nº 2030 apto 201, Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE.


Secretário Geral: Claudemir José da Silva, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do RG: 2.697.547 SDS/PE, CPF: 440.373.924-53, residente e domiciliado na Rua André dias de França, Bloco 56 Apto 208 - Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE.


Tesoureiro: Gildo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador do RG: 1.205.521 SDS/PE, CPF: 186.979.414-15, residente e domiciliado na Rua Henrique Dias, nº 33-A - Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE.


Diretora Adjunta de Planejamento Administrativa: Jeane Vieira dos Santos, brasileira, solteira, servidora pública municipal, portadora do RG: 6.356.500 SDS/PE, CPF: 046.261.834-09, residente e domiciliada na Rua Antônio Borges, nº 11 - Curado IV, Jaboatão dos Guararapes/PE.



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 49.219 = 5828

Maria José de Araújo

Diretora Adjunta de Patrimônio: Maria José de Araújo, brasileira, viúva, professora, portadora do RG: 2.256.484 SSP/PE, CPF: 233.004.344-91, residente e domiciliada na Rua Henrique Dias, s/n BL 70 Aptº 104 - Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE.

D. MAS 3088 DE F. P. U. A. S

Viriamy Silva de Barcellos

Nicheline Loke O. Soares

11

Rafael Pires Barreto

Assessor José da Silva

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aurélio Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Protocolado sob o nº 49219, em 26/04/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 5828, em 26/04/2018 10:30:04.

Averbado ao Registro nº 826 Emolumentos R\$ 89,06 TSNR R\$
19,79 FERC R\$ 9,90 BEL. JOSÉ ALMIRO DA SILVA - Oficial
Registrador selo0074849.MNR09201701.02482 Consulte a
autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 49.219 = 5828.



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA RÁDIO COMUNITÁRIO A VOZ DA LIBERDADE MARCOS FREIRE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE.

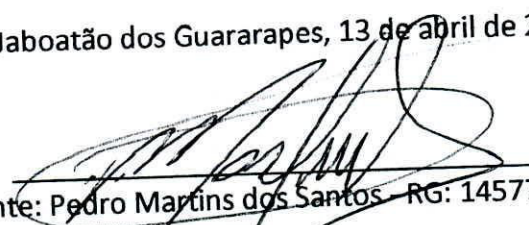


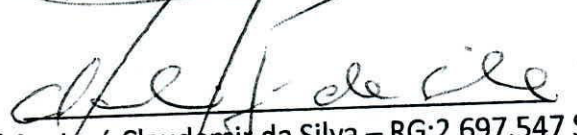
Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito às 10 horas da manhã, na sede da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade, situada na Av. Barreto de Menezes Nº 567, Conjunto Marcos Freire, Jaboaão dos Guararapes, conforme Edital de Convocação, reuniram-se a Diretoria e seus associados para deliberarem sobre a mudança do Estatuto da referida entidade de comunicação.

1) Reforma no Estatuto Social da Rádio para adequação a portaria Nº4.334/2015 do Ministério das Comunicações.

O Sr. Pedro Martins dos Santos, Presidente da Rádio, declaro a aberta a Assembleia Extraordinária, fazendo uma explanação sobre a pauta a ser discutida; levando ao conhecimento de todos os presentes que a mudança do Estatuto era imprescindível, eis que, em 26 de março de 2018, recebeu o ofício, nº 8.933/2018, da lavra do Ministério de Comunicação, solicitando que o Estatuto aprovado em 06 de junho de 2006, fosse alterado, a fim de ser adequado a Portaria, nº 4.334/2015, para ser concedida a renovação de outorga de continuidade do funcionamento da Rádio. Foi solicitado a todos os presentes que ficassem atentos as alterações de todos os artigos que foram alterados, pois iria fazer uma leitura do Novo Estatuto, demonstrando todas as alterações ocorridas, pois iria colocar em votação, como de fato colocou, a fim de que os presentes votassem a favor ou contra e/ou, caso quisessem complementar os novos artigos, esta seria a oportunidade. Foi realizada a leitura do Novo Estatuto, o qual foi colocado em votação para aprovação, sendo o mesmo aprovado por aclamação, sem nenhuma mudança ou mesmo, complementação de quaisquer dos artigos alterados. Nada mais havendo a ser apresentado, às 12 horas e 30 minutos o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, eu Claudemir José da Silva lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente, pelo Secretário Sr. Claudemir José da Silva, e por todos os presentes.

Jaboaão dos Guararapes, 13 de abril de 2018.


Presidente: Pedro Martins dos Santos - RG: 1457714 SDS/PE


Secretário: José Claudemir da Silva - RG: 2.697.547 SDS/PE



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 49.219 = 5828



x Gildo Alves de Oliveira
Tesoureiro: Gildo Alves de Oliveira – RG: 1.205.521 SDS/PE

Rejane da Conceição Santos
Vice-Presidente: Rejane da Conceição Santos- RG:3.063.220 SDS/PE

Jeane Vieira dos Santos
Diretora Adjunta de Planejamento Administrativo: Jeane Vieira dos Santos
RG: 6.356.500 SDS/PE

Micheline Ferraz de Oliveira Farias
Micheline Ferraz de Oliveira Farias

Dimas José de Farias
Dimas José de Farias

Maria José de Araújo
Maria José de Araújo

x Katia Paes Barreto
Katia Paes Barreto

x Hasemberg José da Silva
Hasemberg José da Silva

Virxiane Silveira de Vasconcelos



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA
Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302
Protocolado sob o nº 49219, em 26/04/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 5828, em 26/04/2018 10:30:04.
Averbado ao Registro nº 826 Emolumentos R\$ 89,06 TSNR R\$
19,79 FERC R\$ 9,90 BEL. JOSÉ ALMIRO DA SILVA - Oficial
Registrador selo0074849.NMR09201701.02482 Consulte a
autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 49.219 = 5828



ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITARIO DA RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE.

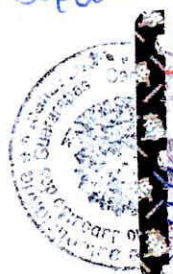
Aos dezessete dias do mês de abril do ano de 2018 as 10:00h ocorreu no auditório da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade FM 98,5 MHz, situada na Av. Barreto de Menezes nº 567 em Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, a reunião do Conselho Comunitário tendo em vista a deliberar a cerca da programação da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade apurado os últimos doze meses sendo de novembro de 2016 a novembro de 2017, o conselho composto pelas instituições; **Centro Social M. Marcos Freire inscrita no CNPJ -35.329.150/29**, cito AV. Barreto de Menezes,42 loja 02- Marcos Freire - Jaboatão dos Guararapes/PE, representado pelo senhor Rogério Francisco de Melo, funcionário publico, brasileiro, solteiro, Natural de Jaboatão dos Guararapes/PE, residente a Rua Dois apto 203 Bloco 25, Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, nascido em 15/06/1968, inscrito no CPF – 667.394.704-77, RG 36.21445 SDS/PE. **Grupo Vivendo A Vida, inscrita no CNPJ – 07.573.970/0001-25**, cito Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, representada pela a Sª Maria das Dores Tavares de Oliveira, DO LAR, brasileira, casada, natural do Rio Branco AC, residente a Rua Henrique Dias, 33 Casa 02, Marcos Freire - Jaboatão dos Guararapes/PE nascida em 27/03/1959, inscrita no CPF – 408.950.684-00, RG 2.081.620 SDS/PE. **Centro de Desenvolvimento Integrado Vida Plena, inscrita no CNPJ- 12.012.250/0001-20**, cito Av. Barreto de Menezes, 712 Anexo ABC, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE, representado pelo Sr. Eduardo da Silva Barbosa Junior, Pastor Evangélico, brasileiro, casado, natural de Recife /PE, residente Av. Barreto de Menezes, 700, Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, nascido em 15/07/1960, inscrito no CPF – 497.083.094-00 e RG. 1.884.655 SSP/PE. **Comissão de Defesa e Direitos dos Moradores de Marcos Freire, inscrita do CNPJ- 35.328.186/0001-97**, cito Rua Henrique Dias, 51 Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, representada pela Srª Nair Regina de Melo Barbosa, funcionária publica, brasileira, casada, natural de Recife/PE, residente a Rua Henrique Dias, 47 Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE nascida em 20/07/1967, inscrita no CPF – 534.712.884-49, RG. 2.982.786 SDS/PE. **Instituto Educacional Renascer, inscrita no CNPJ – 06.077.423/0001-96**, cito Rua Henrique Dias de França, 51B Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE representada pela Srª Rosalva Ferreira de Brito, funcionaria publica, brasileira, casada, natural de Pesqueira/PE, residente a Rua Campo grandes, 5394 apto 101 A, Jaboatão dos Guararapes/PE, nascida em 30/04/1962, inscrita no CPF – 314.231.594-20, RG 1.934.144 SSP/PE. Para iniciar o processo a Srª Rosalva Ferreira Brito deu as boas vindas aos presentes e mencionou a importância de se realizar este importante ato, tão memorável para a população, em seguida foi concedido a oportunidade para cada um dos presentes a fim de expor sua opiniões sobre a programação e a melhoria que possa vim ter, um dos conselheiros, cada um dos presentes relacionou a sua satisfação em fazer parte deste instrumento de democracia que o Conselho Comunitário da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, dado isso foi colocado para exposição dos presentes seus comentários com relação a programação da FM Comunitária A Voz da Liberdade. O Sr. Jose Benicio Figueiredo de Brito relacionou que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade tem feito um relevante trabalho frente à temática de se realizar uma comunicação que informe a comunidade os direitos e deveres como no todo e acima de tudo tem sido um instrumento de transformação social, bem como de levar informações relevantes para o desenvolvimento das politicas publicas da área de saúde, educação, cultura, assistência social, criança, adolescente, esporte e lazer de nossa cidade e até estado através da internet mesmo diante das dificuldades de muitas vezes não conseguir chegar algumas comunidades carente local devido a potencia limitada de 25 Watts. Para Pedro Junior A Rádio Comunitária tem sido um instrumento de inclusão social através de um veiculo de comunicação como também realizando um importante papel da programação de artistas locais na realização de importantes eventos em parceria com organismo publico e privado como exemplo, dupla sertaneja, cantos de bregas dentre tantos outros eventos culturais e sociais



que foram realizados e claro que precisamos melhorar em alguns aspectos como buscar maior parceria por partes das lideranças sociais e ter maior espaços na cultura local, já existe inúmeros conteúdos de notícias, mais acredito que a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade poderia buscar parcerias com outras organizações para produzir maior conteúdo artístico da região, meus sinceros elogios aos formadores de opiniões tendo a sua própria reflexão e conscientização com conteúdo importante para toda comunidade dos quais destaco esses: o sucesso que marcou sua vida, Hits Internacionais, Um novo Amanhecer, Amanhã Nordestina, Manhã da Comunidade, Programa Vinde Adorai, Mix Musical, Jornal Virou Notícias, Almoço com musica, Tarde Mix, Momento Gospel, Top 10 da Liberdade, A voz do Brasil, Voz no Ouvido, A voz da MPB, e ainda os boletins informativos veiculados a todo o momento com conteúdos de notícias, cultura, curiosidades e variedades e uma programação que muito enaltece a comunidade e faz com que elas se sintam na necessidade de ouvir a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade tem um espaço aberto em apoio a divulgação em avisos comunicando a comunidade onde temos vistos inúmeros programas de cunho informativo e cultural com a participação de líderes sociais de entidades representativa, e claro que pode melhorar esta programação para a diversidade culturais como a propagação das culturas diversas, cada vez mais envolvente e inclusiva, a programação de sábado uma revista eletrônica com grandes variedades e conteúdos que agrada a toda comunidade e aos domingos onde e veiculado o programa Domingão Especial, participativo direto com a comunidade o seu papel de difusão da musica nacional local e as entrevistas e comentários sobre os artistas locais enaltecendo a programação desenvolvida pela Rádio FM 98,5 , precisamos construir um mundo melhor através da inclusão um veiculo de comunicação de massa. Ainda mais propagando as mais diversas culturas e hábitos da população e tendo uma programação plural e educativa pautado sempre pela veracidade e que em cada conteúdo gera-se um senso critico e construtivo a sociedade. Para dar ciência segue em anexo a grade de programação com histórico de cada programa veiculado na Rádio FM 98,5, assim foi concluída a deliberativa do Conselho Comunitário e depois de relatado em ata e aprovado por todos e comprometendo-se, ainda, de acordo com o que estabelece a portaria 4334/2015 do Ministério das Comunicações em consonância com a Lei 9612. Nada mais havendo a ser tratado, eu Jose Benicio Figueiredo de Brito, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim, e demais conselheiros presentes nesta reunião.

Jaboatão dos Guararapes 17 de abril de 2018.

Pedro Martins dos Santos Junior Rb 8.421.199 SDS PE
Oscar de F. B. B. Junior
Nair Regina de Melo Barbosa
José Francisco de Melo
Ana das Loas Soares de Oliveira



1º OFÍCIO DE JABOTÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tenaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fones: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9102

Protocolado sob o nº 49301, em 08/05/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 5839, em 08/05/2018 09:41:41
Emolumentos R\$ 46,13 TSMR R\$ 10,25 FERC R\$ 5,16
ALMIR DA SILVA - Oficial Registrador de Selo
0074849.FPG09201701.02631 Consulte a autenticidade do selo
em www.tjpe.jus.br/selodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 49.301 = 5839

REGISTRO
GERAL

1.457.714

DATA DE
EXPEDIÇÃO

19/09/2015

NOME

<< PEDRO MARTINS DOS SANTOS >>

FILIAÇÃO

<< JORGE MARTINS DOS SANTOS >>

<< NOEMIA SEVERINA DOS SANTOS >>

NATURALIDADE

JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

DATA DE NASCIMENTO

29/06/1959

DOC ORIGEM

<< CC.21767 L.378 F.221V CART.

PRAZERES-JABOATÃO-PE-21.07.2006 >>

CPF

371.096.344-34

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

415224490810120834.6538135

F-68 78.754 - 4433

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E LAZERES

E09M01



CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

371.096.344-34

Nome

PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Nascimento

29/06/1959

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

4661.EE7C.8E10.FF2F

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 08:36:43 do dia 13/06/2011 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2.697.547

DATA DE
EXPIRAÇÃO

05/06/2009

NOME

<< CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA >>

FILIAÇÃO

<< COSMO JOSÉ DA SILVA >>

<< CLOTILDES RODRIGUES DA SILVA >>

NATURALIDADE

JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

DATA DE NASCIMENTO

11/03/1965

DEC. ORDEM

<< CH.22620-L.22-F.295-CART.5ºDIST

JABOATÃO.PE.10.01.1973 >>

CPF

440.373.924-53

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/03/83

F-35 71 317 - 0000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

CAC-02

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
COORDENADORIA DE DEFESA SOCIAL - CAC-02



Cláudio José da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO
GERAL

3.063.220

DATA DE
EXPEDIÇÃO

25/11/2002

NOME

REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

FILIAÇÃO

MARTINHO FRANCISCO DOS SANTOS

RITA DA CONCEIÇÃO SANTOS

NATURALIDADE

CABACEIRAS

PB

DATA DE NASCIMENTO

18/06/1968

DOC. ORIGEM

CN. 375 - L. 1 A - F. 144 - CART. CABACEIRAS-PB-07/12/1976

CPF

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.112/03

F-05 58083

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TAVARES BURIL

CAC-02



Rejane da Conceição Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.205.521 DATA DE EXPEDIC 18/10/2007

NOME
 << GILDO ALVES DE OLIVEIRA >>

FILIAÇÃO
 << ADALBERTO CABRAL DE OLIVEIRA >>
 << FELICIDADE ALVES DE OLIVEIRA >>

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
 RECIFE - PE 14/09/1956

DOC ORIGEM << CC.519-L.01B AUX.-F.261V-CART.
 SEDE JABOATÃO-PE-14.12.1979 >>

CPF
 186.979.414-15

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/06/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Gildo Alves de Oliveira





ESTADO DE PERNAMBUCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL
4.354.500
DATA DE EXPEDIÇÃO 03/07/2010
NOME << JEANE VIEIRA DOS SANTOS >>
NOME << PEDRO MARTINS DOS SANTOS >>
NOME << JACIRA MARIA VIEIRA >>
NACIONALIDADE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE DATA DE NASCIMENTO 05/06/1981
DOC. ORIGIN << CN.20610 L.50A F.50V CART. CAVALHEIRO JABOATÃO-PE.30.09.1999. >>
CPF 045.261.834-09
LEI Nº 1.100/2003
F-40 1.443 - 4421

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUIRIL
E09 M04
FOTO
FOTO
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

2.922.999 31/05/2014

<< MARIA ASSISNEIDE DA SILVA >>

<< JOSE GOMES DA SILVA >>

<< MARIA DE LOURDES DA SILVA >>

SANTA MARIA DO CAMBUCA - PE 08/05/1965

<< 0771800135 2011 3 00021 297 >>

0771893 70 JABOATÃO-PE >>

088.333.634-49

Tramite de nomeação de Silva



023



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **488.333.634-49**

Nome: **MARIA JUSSINEIDE DA SILVA**

Data de Nascimento: **08/05/1965**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:32:40** do dia **27/04/2018** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **E385.FB54.504C.070E**

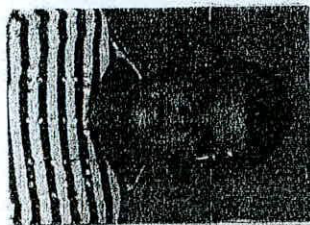


Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

04



Gerson de Almeida

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO
GERAL

2.392.641

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
DATA DE
EXPEDIÇÃO 21.05.1997

NOME

GERSON DE ALMEIDA

FILIAÇÃO

Giovani Cavalcanti de Almeida
Cenira Castanha de Almeida

NATURALIDADE

Recife-PE

DATA DE NASCIMENTO

27.05.1966

DOC. ORIGINAL

C.N. 70.009 Lv B1 Fls 217-V Cart.
Varzea-Recife-PE.

CPF

507.995.504-00

Assinatura
Assinatura do Diretor

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS

CARTAO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATORIO DE INSCRICAO NO
CABASTO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Maria Jussineide da Silva

C/C

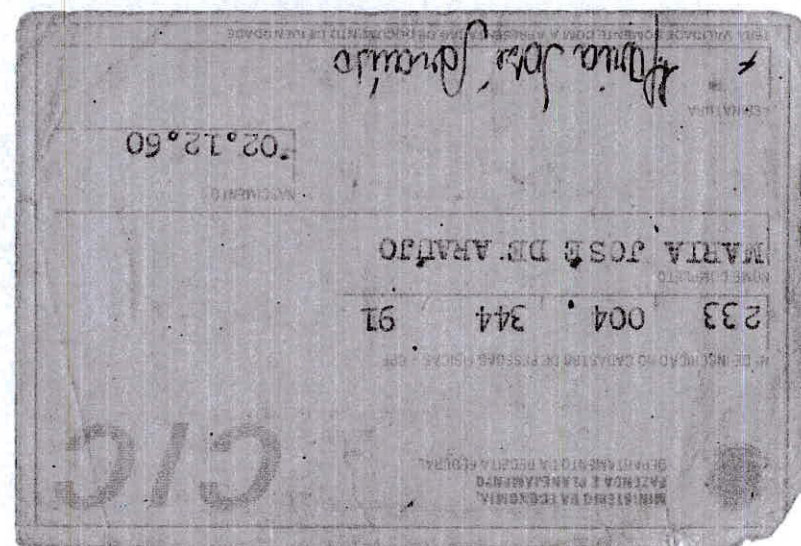
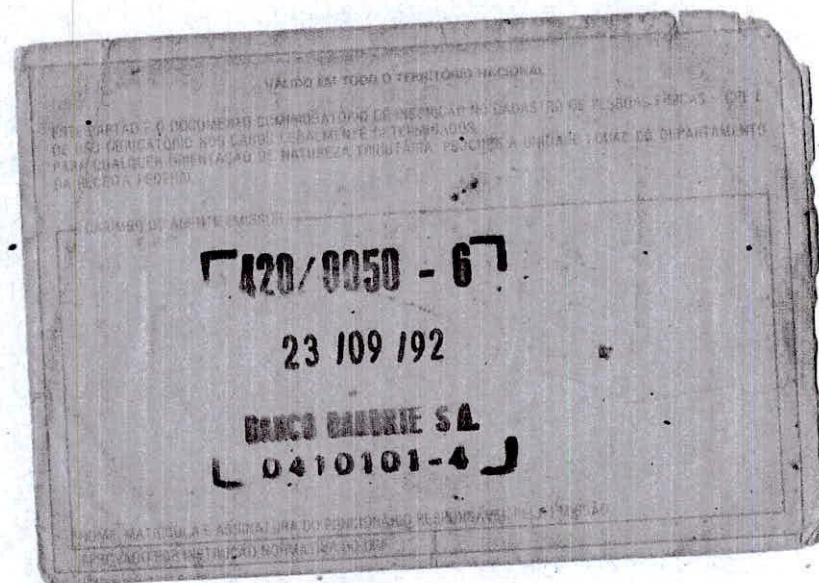
NASCIMENTO 08.05.65

INSCRICAO NO CPF 488 333 634 49

CONTRIBUINTE

MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS


Nº 19406932018 - SR/DPF/PE

A POLÍCIA FEDERAL atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/PF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CLAUDEMIR JOSE DA SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de COSMO JOSE DA SILVA e CLOTILDES RODRIGUES DA SILVA, nascido(a) aos 11/03/1965, natural de JABOATAO DOS GUARARAPES/PE, Documento de Identificação 2697547 SDS/PE, CPF 440.373.924-53.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>);
- 4) Esta certidão é válida por 90 dias.

RECIFE-PE, 12:08 de 09/04/2018


JOSE NERY DE ARRUDA JUNIOR
ESCRIVÃO (A) DE POLÍCIA FEDERAL
CLASSE ESPECIAL - Mat. nº 0016329
DRCOR/SR/PE



19406932018



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data.

COSMO JOSE DA SILVA

Certidão emitida às 14:20 de 23/04/2018

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RMFP.5CDV.SW+Z.OZUA**



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Grade de Programação

Horário	Programação
05:h00h	<ul style="list-style-type: none">• Abertura- Correios das Comunidades musicas e hora certa
05:30h	<ul style="list-style-type: none">• Um novo Amanhecer
06:30h	<ul style="list-style-type: none">• Manhã Nordestina
07:00h	<ul style="list-style-type: none">• Manhã da Comunidade
08:00h	<ul style="list-style-type: none">• Vinde Adorai
11:00h	<ul style="list-style-type: none">• Mix Musical
12:00h	<ul style="list-style-type: none">• Jornal Virou Noticias
12:30h	<ul style="list-style-type: none">• Almoço com Musica
14:00h	<ul style="list-style-type: none">• Tarde Mix
16:00h	<ul style="list-style-type: none">• Momento Gospel
17:00h	<ul style="list-style-type: none">• Top 10 da Liberdade
19:00h	<ul style="list-style-type: none">• A Voz do Brasil
20:00h	<ul style="list-style-type: none">• Voz no Ouvido <p>Músicas, correio do coração, notícias, a mais pedida, você fala e eu respondo participação dos ouvintes.</p>
21:00h	A Voz da MPB
22:00H	Encerramento
Sábado	<ul style="list-style-type: none">• Programa: Sabadão de Sucesso das 09:00 as 12:hs c/ Hasem Silva
Domingo	<ul style="list-style-type: none">• Programa: Domingão Especial das 09:00 as 12:00hs c/ Paulino Andrade

A Rádio FM A Voz Da Liberdade 98,5, promove diversas campanhas durante sua programação, abordando temas como saúde, educação, segurança, preservação do meio ambiente, esporte e lazer, debates, além do incentivo a valorização do comercio das comunidades. A luta de nossa rádio é proporcionar aos seus ouvintes a oportunidade de livremente imaginar e processar as informações por nós transmitidas, na construção de uma consciência de cidadão responsável por si e pela comunidade onde vive.

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com




RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
MARCOS FREIRE - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CGC: 03.256.169/0001-03

DECLARAÇÃO

DECLARO que, de acordo com o Relatório de Conformidade resultante, a avaliação feita em 20 de maio de 2013, na estação transmissora da **RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE** do serviço de Radiodifusão Comunitária, localizada na Rua Barreto de Menezes, nº 567 – Marcos Freire – Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco, atende ao **Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz**, aprovado pela Resolução Anatel nº 303, de 10/07/2002, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

DECLARO, ainda, que o Relatório de Conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o mencionado Regulamento.

Jaboatão dos Guararapes (PE), 20 de maio de 2013.



Pedro Martins dos Santos
Presidente

RELATÓRIO DE CONFORMIDADES

RESOLUÇÃO 303 - ANATEL

Serviço	Nome
RadCom	RADIOCOMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Engenheiro: Eudes Martins de Oliveira
CREA: 15111-D-PE
Fone: (81) 34553340 / 99675736

MAIO DE 2013



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

1 – SERVIÇO

Rádiodifusão Comunitária - RadCom

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

03.256.169/0001-03

3 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR, SISTEMA IRRADIANTE E ESTÚDIO

LOGRADOURO

AV. BARRETO DE MENEZES, Nº 567

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

CIDADE

JABOATÃO DOS GUARAR

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

A P E S P E 08° 08' 12" S 34° 58' 27" W

4 – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

253

CLASSE

COM

FREQÜÊNCIA PORTADORA

98,5 MHz

5 – TRANSMISSOR

FABRICANTE

AUAD CORREIA EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA

MODELO

SP5025

POTÊNCIA DE SAÍDA (P_T)

25,00 Watts

CERTIFICAÇÃO

068003528

6 – ANTENA / TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

IDEAL IND. E COM. DE ANTENA

MODELO

FM ESPIRAL 2

GANHO_{MAX} (G_T)

0,0 dB

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

22,0 (m)

ALTURA DA TORRE

22,0 (m)

TIPO DA ANTENA

ONIDIRECIONAL

7 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

KMP CABOS RADIOFLEX

MODELO

RGC-213

COMPRIMENTO (L)

26,0 metros

ATENUAÇÃO EM 100m(A_L)

03,9 dB

PERDAS NA LINHA (P_L)

1,01 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (E_F)

0,79

$$\text{Perdas na linha (P}_L\text{)} = \frac{L \cdot A_L}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha (E}_F\text{)} = 10^{\frac{-(P_L)}{10}}$$

IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENA LTDA FM ESPIRAL 2

RELATÓRIO DE CONFORMIDADES

RESOLUÇÃO Nº 303

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

03.256.169/0001-03

2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCALIDADE

J A B O A T A O D O S G U A R A R A P E S

UF

P E

3 – CARACTERÍSTICAS DA LINHA DE TRANSMISSÃO

Comprimento da linha (L): 26 metros

Atenuação em 100 metros (A_L): 3,9 dB

Perdas na linha ($P_D = \frac{L \cdot A_L}{100}$): 1,01 dB

Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1 \times P_D)}$): 1,26 vezes

Eficiência da linha ($E_F = \frac{1}{P_V}$): 0,79

4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

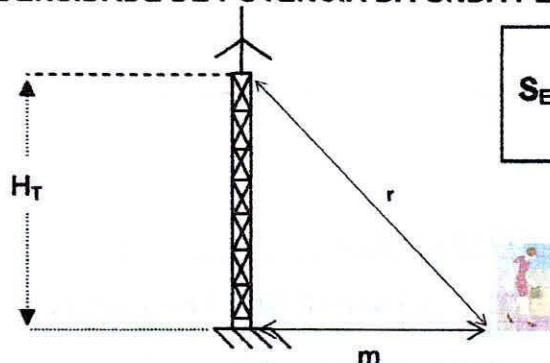
$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 25,00 \times 1,0 \times 0,79 = 19,75 \text{ W}$

P_T : Potência de saída do transmissor, em W.

$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)}(\text{vezes}) = 10^{(0,1 \times G_{T(max)}(\text{dB}))}$).

E_F : Eficiência da linha de transmissão.

5 – DENSIDADE DE POTÊNCIA DA ONDA PLANA EQUIVALENTE (S_{eq}) – ANTENA ONIDIRECIONAL



$$S_{EQ} = \frac{e_{irp} \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

$$r^2 = H_T^2 + m^2$$

- H_T : Altura do sistema irradiante em metros, em relação ao nível do terreno.
- m : Distância em metros da torre em relação ao local de trânsito da população.
- r : Distância em metros do sistema irradiante em relação ao local de trânsito da população.
- e_{irp} : Potência equivalente isotropicamente radiada, em Watt.

$$r^2 = H_T^2 + m^2 = (22)^2 + (2)^2 = 488 \text{ m}$$

$$S_{EQ} = \frac{19,75 \times 2,56}{4 \times \pi \times 488} = 0,032 \text{ W/m}^2$$

Relatório elaborado por Eudes Martins de Oliveira – (81) 99675736

6 – LIMITES PARA EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL A CEMRF

Faixa de Radiofrequências	Intensidade de Campo E (V/m)	Intensidade de Campo H (A/m)	Densidade de potência da onda plana equivalente S_{EQ} (W/m ²)
9 kHz a 150 kHz	87	5	-
0,15 MHz a 1 MHz	87	0,73 / f	-
1 MHz a 10 MHz	87 / f ^{1/2}	0,73 / f	-
10 MHz a 400 MHz	28	0,073	2
400 MHz a 2000 MHz	1,375 f ^{1/2}	0,0037 f ^{1/2}	f/200
2 GHz a 300 GHz	61	0,16	10

OBS. – Resolução nº 303, de 02 de julho de 2002.

7 – CONCLUSÃO

Para a frequência de operação da estação transmissora de **98,5 MHz, canal 253**, verifica-se que de acordo com a tabela, atende ao **Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz**, aprovado pela Resolução Anatel nº 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

8 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U D E S M A R T I N S D E O L I V E I R A

REG.CREA

1 5 1 1 1 D - P E

ENDEREÇO

R U A F A L C Ã O D E L A C E R D A , N º 2 3 3

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

C A S A 4 4

BAIRRO

T E J I P I Ó

CIDADE

R E C I F E

UF

P E

CEP

5 0 9 3 0 - 0 1 0

TELEFONE

0 8 1 - 3 4 5 5 3 3 4 0

FAX

E-MAIL

e u d e s m o @ y a h o o . c o m . b r

LOCAL

R E C I F E

DATA

2 0 / 0 5 / 2 0 1 3

ASSINATURA

Eudes Martins de Oliveira

Relatório elaborado por Eudes Martins de Oliveira – (81) 99675736

LINHA RADIOFLEX®



Cabo

MODELO
SÉRIE
Tipo de Cabo

RGC 213
401.041
COAXIAL

RGC 8
401.095
COAXIAL

Formação

Condutor interno/Material
Diâmetro do condutor interno - mm(in)
Dielétrico/Material
Diâmetro do dielétrico - mm(in)
Condutor externo/Material (Cobertura de blindagem(%))
Diâmetro do condutor externo - mm(in)
Capa/Material
Diâmetro da capa - mm(in)

FNu
2,61(0,10)
PE expanso
7,25(0,28)
FTSn (75%)
8,14(0,32)
PE
10,34(0,40)

FNu
2,74(0,11)
PE expanso
7,37(0,29)
FATSn(88%)
8,13(0,32)
PE
10,24(0,40)

Especificações Mecânicas

Peso do cabo - kg/m(lb/ft)
Raio mínimo de curvatura/repetidas - mm(in)
Temperatura de operação °C(°F)

0,13(0,08)
50/205(1,97/8,07)
80 máx.(176)

0,14(0,09)
60/210(2,36/8,27)
80 máx.(176)

Especificações Elétricas

Impedância nominal (ohms)
Velocidade de propagação (%)
Capacitância - pF/m(pF/ft)
Máxima Frequência de operação (GHz)
RF- Tensão de Pico(kV r.m.s)
Resistência do condutor interno - ohm/km(ohm/M')
Resistência da blindagem - ohm/km(ohm/M')

50
82
82(25,0)
3,00
0,5
3,5(1,10)
8(2,40)

50
87
78(23,80)
3,00
0,5
3(0,90)
5,3(1,60)

Frequência (MHz) à 20°C

Atenuação (dB/100m)

0,5
1
5
10
20
30
50
88
100
108
150
174
200
300
400
450
500
512
600
700
800
824
894
900
925
960
1000
1250
1500
1700
1800
2000
2400

0,5
0,7
1,5
1,6
2,0
2,3
2,9
3,8
4,1
4,3
5,2
5,6
6,1
7,6
8,9
9,5
10,0
10,2
11,2
12,2
13,2
13,4
13,9
14,0
14,3
14,6
14,9
16,9
18,8
20,2
20,9
22,3
25,2

0,4
0,4
1,2
1,5
2,1
2,4
3,1
3,8
4,0
4,2
4,8
5,2
5,6
6,9
8,0
8,6
9,1
9,2
10,1
10,9
11,8
12,0
12,5
12,6
12,8
13,0
13,2
14,9
16,5
17,7
18,2
19,4
22,3

obs1.: FNu = Fio de cobre nu

obs2.: FATSn = Fita metalizada aderida ao dielétrico + trança de cobre estanhado

obs3.: FTSn = Fita metalizada + trança de cobre estanhado

Ilma. Sr^a. Coordenadora Geral de Radiodifusão
Comunitária
Dra. Inalda Celina Madio
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307,
Anexo Oeste.
CEP: 70044-900/ Brasília – Distrito Federal



RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

**Av. Barreto de Menezes, nº 567, Marcos Freire –
Jaboatão dos Guararapes/PE.**

CEP 54.360-160.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.256.169/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/07/1999
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO A VOZ DA LIBERDADE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV BARRETO DE MENEZES		NÚMERO 567	COMPLEMENTO
CEP 54.360-160	BAIRRO/DISTRITO MARCOS FREIRE	MUNICÍPIO JABOATAO DOS GUARARAPES	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (81) 3476-1796	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **04/06/2018** às **15:30:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 04/06/2018



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:40:20 do dia 04/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03256169/0001-03
Razão Social: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
Nome Fantasia: RADIO A VOZ DA LIBERDADE
Endereço: R HENRIQUE DIAS 567 / JARDIM JORDAO / JABOATAO DOS GUARARAPES / PE / 54315-340

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/05/2018 a 16/06/2018

Certificação Número: 2018051804574129221149

Informação obtida em 04/06/2018, às 15:31:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.256.169/0001-03

Certidão nº: 151218440/2018

Expedição: 04/06/2018, às 15:39:14

Validade: 30/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.256.169/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Ministério das Comunicações**Identificação do Processo**

Númer 01250.001651 Localidade / JABOATÃO DOS
Entid RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
Aviso 8 Publicaç 23/06/2000 Prazo: 30 Can 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associaç

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Gildo Alves de Oliveira	186.979.414-15	Tesoureiro	25/04/2015 25/04/2019	
Maria José de Araújo	233.004.344-91	Diretor de Patrimônio	25/04/2015 25/04/2019	
Gerson de Almeida	507.995.504-00	Diretor de Cultura e Comunicação Social	25/04/2015 25/04/2019	
Maria Jussineide da Silva	488.333.634-49	Diretor de Operações	25/04/2015 25/04/2019	
Rejane da Conceição Santos	782.603.614-34	Vice-Presidente	25/04/2015 25/04/2019	
Jeane Vieira dos Santos	046.261.834-09	Diretor de Projetos / Planejamento	25/04/2015 25/04/2019	
Claudemir José da Silva	440.373.924-53	Secretário Geral	25/04/2015 25/04/2019	
Pedro Martins dos Santos	371.096.344-34	Presidente	25/04/2015 25/04/2019	(81) 999617171 (81) 34761547

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 01250.001651/2016-11
Localidade: JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
CNPJ 03.256.169/0001-03

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (1646719)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 20/01/2017

1.2) Tempestividade: (x) Sim () Não Lei

2) Estatuto Social: fl. 5/14 (1646719) FL. 2/14 (2978173)

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, d e § único

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art.4º, §2º

- 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6º, a
2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6º, b
2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 14 ? excluir 16 e corrigir 17
2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17/24
2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 30, §5º - mandato de 4 anos, uma reeleição ? corrigir para §6º
2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 31/33
2.9) Código Civil: exclusão de associados, AG convocada por 1/5, regras para alteração do estatuto e eleição

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls.4 em 25/04/2015 (1646719)

Presidente: PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Vice-Presidente: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário Geral: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA

Tesoureiro: GILDO ALVES DE OLIVEIRA

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: JEANE VIEIRA DOS SANTOS

Dir.Adj. Operações e Jornalismo: MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

Dir. Adj. De Patrimônio: MARIA JOSÉ DE ARAÚJO

Dir. Cult. Com. Social: GERSON DE ALMEIDA

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: FL. 19/29 (2978173)

5) CNPJ: fl. 2 (1646719) (2718594)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2718588)

7) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 17/18 e 35 (2978173) ok

*****PENDÊNCIAS:**

NT 5088/2018 recebida em 26/03/2018, pedido prazo em 26/04/2018, não apreciado, protocolo em 14/05/2018.

Estatuto alterar. Conselho Comunitário: CNPJ de Centro Social Marcos Freire está incorreto.

Apresentar certidões: PGFN. REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS, CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA, MARIA JUSSINEIDE DA SILVA e MARIA JOSÉ DA SILVA ? apresentar certidão negativa criminal e eleitoral expedida pela Subseção de Jaboatão dos Guararapes, endereço: Av. Ayrton Senna, 3835, Piedade. CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA deve apresentar as certidões negativas, criminal e eleitoral, expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife/PE, com sede na Av. Recife, n 6250, Jiquiá, Fórum Ministro Artur Marinho.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Alice Lorena de Barros Santos

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 12829/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **RADIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, apresentou à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 5088/2018/SEI-MCTIC (2719046).

ANÁLISE

2. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, de acordo com a nova redação do art. 130, §6º, é necessária a complementação dos documentos.

3. Após reexame do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes, conforme modelo anexo 3028300. Devem assinar todos os dirigentes, inclusive da diretoria adjunta.
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a. O art. 16 do estatuto está em desacordo com o art. 40, da Portaria, uma vez que atribui à “presidência” o poder máximo de decisão, o que afronta diretamente o caráter comunitário exigido para a prestação do serviço, o que já foi informado na Nota Técnica nº 5088/2018.</p> <p>b. . O art. 17 do estatuto está em desacordo com o art. 40, da Portaria, uma vez que prevê a existência de cargos, “Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social e Assessoria de Planejamento e Organização e Métodos” para os quais não consta que seus integrantes devem ser eleitos pela Assembleia Geral, o que também</p>

	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>que já foi informado na Nota Técnica nº 5088/2018.</p> <p>O estatuto social deve, obrigatoriamente, refletir o caráter comunitário, exigido pela legislação aplicável. Assim, o órgão máximo de decisão deve ser a assembleia geral, e todos os cargos integrantes da diretoria, seja a que título for, devem ser eleitos por todos, bem como que seja dado a todos os associados o direito de a eles concorrer.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada</p>			<p>Devem constar todas as disposições do Código Civil:</p> <p>Art. 54 do CC:</p> <p>- a denominação, os fins e a</p>

alterada
pela
Portaria nº
1909,
publicada
no DOU de
9/4/2018.

Art. 130, §
1º, inciso II
c/c art. 40

Estatuto social adequado
ao

sede da associação;

- os requisitos para a admissão,
demissão e exclusão dos
associados;

- os direitos e deveres dos
associados;

- as fontes de recursos para sua
manutenção;

- o modo de constituição e
funcionamento dos órgãos
deliberativos e administrativos;

- as condições para a alteração
das disposições estatutárias e
para a dissolução;

- a forma de gestão
administrativa e de aprovação
das respectivas contas.

Art. 57 do CC: Não consta
cláusula prevendo que a
exclusão do associado só é
admissível havendo justa
causa, assim reconhecida
em procedimento que
assegure direito de defesa
e de recurso, nos termos
previstos no estatuto.

Arts. 59 e 60 do CC: Não
estão previstas as
competências privativas da
Assembleia Geral, a saber,
destituição dos
administradores e alteração
do estatuto; o quórum para
as deliberações relativas a
esses assuntos; os critérios
de eleição dos
administradores; e a
garantia de convocação dos
órgãos deliberativos por,
pelo menos, 1/5 (um
quinto) dos associados.

Art. 61: as condições de
extinção da entidade e a
previsão da destinação do seu
patrimônio.

Assim, para prosseguimento, a
Associação deve regularizar o
estatuto social de forma a
adequá-lo às disposições do
Código Civil.

		<p>Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioridade e a nacionalidade do(s) seguinte(s) diretor(es):</p> <p>1 - MARIA JOSÉ DE ARAÚJO - documento de identidade ilegível. Apresentar certidão de nascimento ou casamento, e título de eleitor.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>É preciso informar o CNPJ correto de Centro Social M. Marcos Freire, integrante do Conselho Comunitário.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>

			Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.
	Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

4. Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos **dirigentes: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS, CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA, MARIA JUSSINEIDE DA SILVA e MARIA JOSÉ DA SILVA - apresentar certidão negativa criminal e eleitoral expedida pela Subseção de Jaboatão dos Guararapes, endereço: Av. Ayrton Senna, 3835, Piedade.**

5. CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA deve apresentar as certidões negativas, criminal e eleitoral, expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife/PE, com sede na Av. Recife, n 6250, Jiquiá, Fórum Ministro Artur Marinho. Esclareça-se que não se trata de certidão expedida pela Polícia Federal ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sim da Justiça Federal no município de Jaboatão dos Guararapes.

6. Dessa forma, caso tais certidões não sejam negativas, e a Entidade opte em manter tais diretores, deve comprovar adequadamente o cumprimento da pena e extinção da punibilidade, o que somente poderá ser feito por documento oficial emitido pelo Poder Judiciário.

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 04/06/2018, às 16:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/06/2018, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3028726** e o código CRC **B482A81A**.

Minutas e Anexos

Anexo 5 3028300

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 3028726



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 22045/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

PEDRO MARTINS DOS SANTOS

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Bairro: Marcos Freire - Prazeres (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)

54315-340 - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 12829/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/06/2018, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3028957** e o código CRC **34442CE9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22045/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 3028957

Data de Envio:

13/06/2018 11:34:14

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiofmvozdaliberdade@gmail.com

pedromartins29@yahoo.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.001651/2016-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_3028726.html

Oficio_3028957.html

Anexo_3028300_ANEXO_5_RENOVACAO.pdf



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:04:16 do dia 16/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Processo nº **01250.001651/2016-11**.

Entidade: **Rádio Comunitária a Voz da Liberdade**.

Localidade: Jaboatão dos Guararapes / PE.

CNPJ 03.256.169/0001-03.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (1646719) – **solicitar novo**.

1.1) Data de postagem / do recebimento / Protocolo no SEI: 20/01/2017.

1.2) Tempestividade: (x) Sim - art. 36 do Decreto nº 2615, de 3 de junho de 1998.

2) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719).

3) Estatuto Social: fls. 02 a 14 (2978173) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I, f;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4, §2º; **irregular – pessoas jurídicas**.

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 5, a; 6, a;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6, b;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 14 excluir 16 e corrigir 17;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 24;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 30, §5º (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 31 a 33.

3.2) Adequação ao Código Civil:

ASSOCIAÇÃO

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 1;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4; 5, b; 7;

e) Direitos dos associados: art. 5;

f) Deveres dos associados: art. 6;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 8;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 12;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 28; 35;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 12; 27;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: **ausente**.

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: **ausente**.

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 30;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: **ausente**.

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 35, §2º;

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 04 (1646719) – registrada.

Mandato de 25/4/2015 a 25/4/2019.

Presidente: PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Vice-Presidente: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário Geral: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA

Tesoureiro: GILDO ALVES DE OLIVEIRA

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: JEANE VIEIRA DOS SANTOS

Dir.Adj. Operações e Jornalismo: MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

Dir. Adj. De Patrimônio: MARIA JOSÉ DE ARAÚJO – **ilegível**.

Dir. Cult. Com. Social: GERSON DE ALMEIDA

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 19 a 29 (2978173).

6) CNPJ: Evento 3028306 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento 3271338 – Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 17/18 e 35 (2978173).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3028321 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB – **Positiva**.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3028331 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal: **Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos, Claudemir José da Silva, Maria Jussineide da Silva e Maria José da Silva.**

***PENDÊNCIAS:

16/08/2018 – Após análise dos autos a entidade foi notificada, pela segunda vez, a cumprir pendências, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 12829/2018/SEI-MCTIC. A referida nota foi recebida em 28/6/2018, conforme contagem de prazo prevista no art. 18, § 1º, II da Portaria nº 546, de **25 de julho** de 2016, publicada no Diário Oficial da União de **29/7/2016**, uma vez que fora encaminhada em 13/6/2018, *vide* correspondência eletrônica 3060310. No entanto, até o presente momento, a radiodifusora não se manifestou.

Assim, tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º, e considerando que a interessada já foi notificada duas vezes, será concedida a terceira e última oportunidade para o cumprimento das pendências a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação à Portaria – Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa jurídica; Os arts. 16 e 17 estão em desacordo com o art. 40; Adequação ao Código Civil – Não consta Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; Não consta Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados.
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar comprovante de nacionalidade de Maria José de Araújo.
- d) Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

- e) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos, Claudemir José da Silva, Maria Jussineide da Silva e Maria José da Silva.

Obs: Após nova consulta, verificou-se que o resultado das certidões previstas no art. 130, §6º, IV, V, VI, permanece inalterado.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica, pela última vez, para solução das pendências indicadas.

MEMBRO	CPF	ELEITOR	NASCIMENTO

MEMBRO	FILIADO PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULOS	POSSUI PARENTES DIRETORIA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18519/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS) E ÚLTIMA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Radio Comunitária A Voz da Liberdade**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, apresentou requerimento de renovação da autorização (evento SEI 1646719), em 20/01/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 01/09/2017, conforme informado na Nota Técnica 31286/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1513652) e com fundamento no art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, será concedido à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o previsto no art. 130, §3º e §4º.

3. Diante do exposto, considerando que a radiodifusora já foi notificada por duas vezes, esta será a última oportunidade para o cumprimento das pendências dispostas a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
			O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações. Observação 1: o estatuto

Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	<p>social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, a saber:</p> <p>a. Não está expressamente previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, inciso II da Portaria.</p> <p>b. O art. 16 do estatuto está em desacordo com o art. 40 da Portaria, uma vez que atribui à "Presidência" o poder máximo de decisão, o que afronta diretamente o caráter comunitário exigido para a prestação do serviço.</p> <p>c. O art. 17 do estatuto está em desacordo com o art. 40 da Portaria, uma vez que prevê a existência de cargos, "Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social e Assessoria de Planejamento e Organização e Métodos" para os quais não consta que seus integrantes devem ser eleitos pela Assembleia Geral.</p> <p>O estatuto social deve, obrigatoriamente, refletir o caráter comunitário, exigido pela legislação aplicável. Assim, o órgão máximo de decisão deve ser a assembleia geral, e todos os cargos integrantes da diretoria, seja a que título for, devem ser eleitos por todos, bem como que seja</p>

			<p>dado a todos os associados o direito de a eles concorrer.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado ao Código Civil.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância às disposições do Código Civil, a saber:</p> <p>Art. 57 do CC: Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.</p> <p>Art. 59 do CC: Não estão previstas as competências privativas da Assembleia Geral, a saber, destituição dos administradores e alteração do estatuto; o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos.</p> <p>Art. 60 do CC: Não está prevista a garantia de convocação dos órgãos deliberativos por, pelo menos, 1/5 (um quinto) dos associados.</p>

		<p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p>Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioridade e a nacionalidade da Diretora Adjunta de Patrimônio, Sra. MARIA JOSÉ DE ARAÚJO, vez que o documento apresentado está ilegível</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioridade e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioridade/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>É preciso informar o CNPJ correto do Centro Social M. Marcos Freire, integrante do Conselho Comunitário.</p> <p>Observação 1: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p>

			<p>Observação 2: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 130, § 6º, inciso VI	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.</p>	<p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

4. Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos **dirigentes: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS, CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA, MARIA JUSSINEIDE DA SILVA e MARIA JOSÉ DA SILVA - apresentar certidão negativa criminal e eleitoral expedida pela Subseção de Jaboatão dos Guararapes, endereço: Av. Ayrton Senna, 3835, Piedade.**

5. **CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA deve apresentar as certidões negativas, criminal e eleitoral, expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife/PE, com sede na Av. Recife, n 6250, Jiquiá, Fórum Ministro Artur Marinho.** Esclareça-se que não se trata de certidão expedida pela Polícia Federal ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sim da Justiça Federal no município de Jaboatão dos Guararapes.

6. Dessa forma, caso tais certidões não sejam negativas, e a Entidade opte em manter tais diretores, deve comprovar adequadamente o cumprimento da pena e extinção da punibilidade, o que somente poderá ser feito por documento oficial emitido pelo Poder Judiciário.

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

8. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

9. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

10. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

11. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

12. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 16/08/2018, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/08/2018, às 10:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3271928** e o código CRC **8233780C**.

Minutas e Anexos

Anexo 3271938.

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (<i>e-mail</i>):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32758/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

PEDRO MARTINS DOS SANTOS

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Bairro: Marcos Freire - Prazeres (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)

54315-340 - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18519/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita

encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 28/08/2018, às 10:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3271943** e o código CRC **ADA12727**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32758/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.001651/2016-11 - Nº SEI: 3271943

Data de Envio:

03/09/2018 10:30:34

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiofmvozdaliberdade@gmail.com

pedromartins29@yahoo.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.001651/2016-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3271943.html

Anexo_3271938_Anexo_5_NOVO.pdf

Nota_Tecnica_3271928.html

**RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE****Plantando o futuro com você!****WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br**

Jaboatão dos Guararapes, 13 de Setembro de 2018.

Ofício Nº 07/2018

Ilma. Sr^a. Coordenadora - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra. Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Ref. Processo nº 01250.001651/2016-11.

DD. Coordenadora.

Em resposta ao ofício nº **32758/2018/SEI-MCTIC**, estamos encaminhando a V.Sa. toda documentação, que estava pendente desta entidade, Radio Comunitária A Voz da Liberdade conforme solicitada.

Sr^a. Coordenadora, vale salientar que: **MARIA JOSÉ DA SILVA**, não é dirigente dessa conceituada entidade, inclusive não é nossa conhecida, razão pela qual deixamos de encaminhar certidão negativa criminal e eleitoral da referida senhora, conforme fora solicitada.

Certos de sermos atendidos, agradecemos-lhes os seus préstimos.

Atenciosamente,

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 25/09/18 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição

Pedro Martins dos Santos
Presidente

**Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com**



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Anexos os documentos abaixo:

- Requerimento de renovação
- Cópia do Estatuto Social e ata de alteração
- Certidão do Cartório de Pessoas Jurídicas com registro no Livro A
- Comprovante de maioridade/nacionalidade como RG e Certidão de Casamento da Diretora Adjunta de Patrimônio, Sra. Maria José de Araujo.
- Declaração informando o CNPJ correto do Centro Social M. Marcos Freire, integrante do Conselho Comunitário.
- Substituição dos membros do Conselho Comunitário, e ratificação do seu ultimo relatório.
- Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela receita federal.
- Certidões negativa criminal e eleitoral da dirigente: Rejane da Conceição Santos
- Certidões negativa criminal e eleitoral do dirigente: Claudemir Jose da Silva
- Certidões negativa criminal e eleitoral da dirigente: Maria Jussineide da Silva

**Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com**

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão social:		Rádio Comunitária A Voz da Liberdade			
Nome Fantasia:		Rádio A Voz da Liberdade	CNPJ: 03.256.169/0001-03		
Endereço de Sede:		Avenida Barreto de Menezes, Nº567- Marcos Freire			
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Nome do representante legal:		Pedro Martins dos Santos			
Endereço eletrônico (e-mail):		radiofmvozdaliberdade@gmail.com			

Endereço de correspondência:	Avenida Barreto de Menezes, nº 567 - Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Avenida Barreto de Menezes, Nº567- Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude:	º (N/S) 08S'081200"			
	Longitude:	º W 34 W'582700"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município do Jaboatão dos Guararapes/PE, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I – a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II- a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III – a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da constituição;

IV – a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V – a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que subordinem ou sujeitem à gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VI – a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII – todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

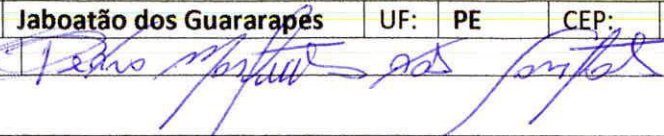
IX – todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

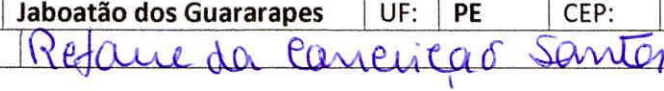
X – todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art.1º, **caput**, inciso I, alíneas

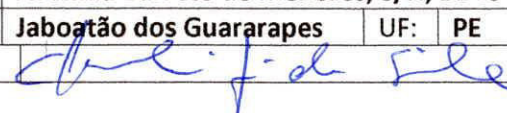
b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

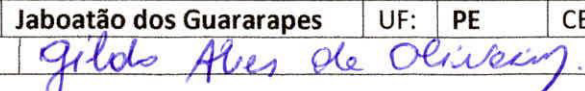
XI – a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configura infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo – assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Pedro Martins dos Santos				
Cargo:	Presidente	Título Eleitor:	Nº 029655400841		
RG:	1.457.714	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	371.096.344-34
Endereço:	Rua: Palmeirina, Nº 123, Loteamento Engenho Guararapes, Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.368-230
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Rejane da Conceição Santos				
Cargo:	Vice-Presidente	Título Eleitor:	Nº 064449970817		
RG:	3.063.220	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	782.603.614-34
Endereço:	Avenida Barreto de Menezes, 43 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Claudemir José da Silva				
Cargo:	Secretário Geral	Título Eleitor:	Nº 029492330850		
RG:	2.697.547	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	440.373.924-53
Endereço:	Avenida Barreto de Menezes, S/N, BL 43 Aptº 202 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Gildo Alves de Oliveira				
Cargo:	Tesoureiro	Título Eleitor:	Nº 026137950809		
RG:	1.205.521	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	186.979.414-15
Endereço:	Rua: Henrique Dias, Nº 33 – A, Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-130
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Jeane Vieira dos Santos				
Cargo:	Diretora Adjunta de Planejamento Administrativo	Tít. Eleitor:	Nº 61835500817		
RG:	6.356.500	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	046.261.834-09
Endereço:	Rua: Frei Gaspar da Madri de Deus, 238 UR 06				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.230-181
Assinatura:					

Nome do dirigente:	Maria Jussineide da Silva				
Cargo:	Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo		Título Eleitor:	Nº 015527730850	
RG:	2.922.998	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	488.333.634-49
Endereço:	Rua: Domingos Fernandes, S/N, BL 119 Aptº 301 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-010
Assinatura:	<i>Maria Jussineide da Silva</i>				

Nome do dirigente:	Gerson de Almeida				
Cargo:	Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social		Título Eleitor:	Nº 026801220817	
RG:	2.392.641	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	507.995.504-00
Endereço:	Rua Forte das Cinco Pontas, Bl.32, Aptº 207 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.315-010
Assinatura:	<i>Gerson de Almeida</i>				

Nome do dirigente:	Maria Jose de Araújo				
Cargo:	Diretora Adjunta de Patrimônio		Título Eleitor:	Nº 010345770892	
RG:	2.256.484	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	233.004.344-91
Endereço:	Rua: Henrique Dias, S/N, BL 70 Aptº. 104, Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-130
Assinatura:	<i>Maria Jose de Araújo</i>				

1º SERVIÇO NOTARIAL - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

Cartório Eduardo Malta

Bel. José Eduardo Loyo Malta - Titular

Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva

- Substitutos -

Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes-PE

Fones: (81) 3035-9300 / 3341-6941 - Fax: (81) 3035-9302

= CERTIDÃO =

Certifico por me haver sido verbalmente pedido, que revendo o arquivo deste Cartório, a meu cargo na busca que procedi, constatei que do Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº 826, as fls. 92, do Livro A/nº 12, em data de 19 de julho de 2000, consta a ata da Assembleia Geral extraordinária da RADIO COMUNITÁRIO A VOZ DA LIBERDADE, do Conjunto Residencial Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, COM SUA SEDE A Avenida Barreto de Menezes nº 567, no Conjunto Residencial Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes-PE., e certifico finalmente que consta também o registro no sistema de digitalização a Ata e Alteração Estatutária em caráter Extraordinária, realizada no dia 13/09/2018, Protocolada sob o nº 50.487 e Registro nº 6059 em data de 20/09/2018, representada por seu Presidente: Pedro Martins dos Santos, portador do CPF/MF sob o nº 371.096.344/34 e seu Secretário: Claudemir José da Silva, portador do CPF/MF sob o nº 440.373.924/53. O referido é verdade; dou fé. O Oficial. Emolumentos R\$ 9,34 (10% para o FERC - Lei nº 12.978/05) e a TSNR R\$ 1,87 (Lei nº 11.404/96 e Ato 894/2010 - SEJU). Selo: 0074849.WGI06201802.06107. Consulte a autenticidade do selo em <www.tjpe.jus.br/selodigital>.

Jaboatão dos Guararapes, 21 de setembro de 2018


BEL. JOSÉ ALMIRO DA SILVA
OFICIAL SUBSTITUTO

CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta

TITULAR

Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho

Ricardo Tomaz da Silva

SUBSTITUTOS

Maria de Fátima Silva Santana - Escrevente Autorizada

Fax: 3035-9302/F: 3035-9323/3035-9319/3035-9301

Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade

JABOATÃO DOS GUARARAPES - PERNAMBUCO

RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

Estatuto Social

Assembleia Geral Extraordinária,

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária, de 03 de julho de 2000.

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de julho de 2003.

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 05 de janeiro de 2004.

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 06 de junho de 2006.

Com alterações Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2018.

Com alteração Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2018.



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 50.487-6059

Marcos Freire – Jaboatão dos Guararapes/PE


Marcos Freire de Lima
08/08/2018







ESTATUTO DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

CAPÍTULO I

DA ENTIDADE, FORO, OBJETIVOS E PRAZO DE DURAÇÃO.

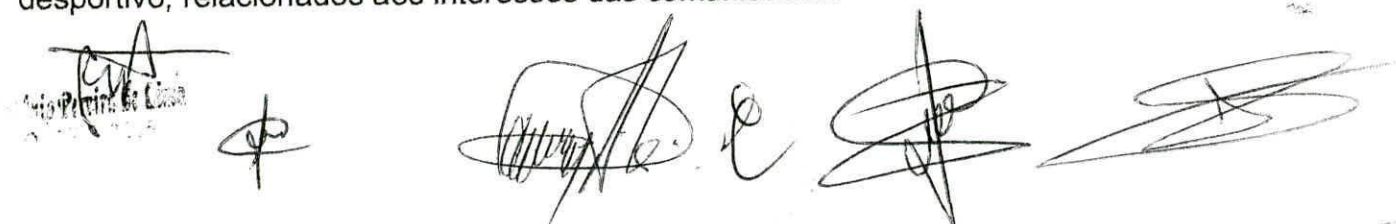
Art. 1º - A Rádio Comunitária A VOZ DA LIBERDADE – CNPJ: 03.256.169/0001-03, é uma associação de direito privado, sem finalidade lucrativa, instituída pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, fundada em 20 de dezembro de 1998, com objetivos culturais, sociais e democráticos, com sede e torre de transmissão na Av. Barreto de Menezes, n.º 567, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes, tendo como foro a cidade do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Parágrafo Primeiro – A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade foi autorizada pelo Ministério das Comunicações para executar os serviços de rádio difusão comunitária FM, através da portaria 201, de 11 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2005, edição número 52, conforme despacho do Presidente da República, mensagem número 93, de 15 de fevereiro de 2006, para funcionar no município do Jaboatão dos Guararapes/PE.

Art. 2º - São objetivos da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade:

I- beneficiar a comunidade com vista a:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação, pela democratização da informação e pela institucionalização do direito de comunicar.
- b) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade.
- c) Contribuir para o conhecimento e propagação dos elementos culturais das comunidades, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.
- d) Obter, junto ao poder público, autorização para execução de serviços de radiodifusão de caráter local.
- e) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário.
- f) Executar serviços de radiodifusão de acordo com o disposto neste Estatuto e a luz da legislação pertinente, quando aplicável.
- g) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicações locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico-cultural e desportivo, relacionados aos interesses das comunidades.



- h) Promover cursos de capacitação profissional na área de radiodifusão, observando a legislação vigente.
- i) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica, as entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais, Conselhos Municipais e outras sem fins lucrativos.
- j) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social.
- k) Promover de forma contínua o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

II- respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalistas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida.
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida.
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Art. 3º. – O prazo de duração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E EXCLUSÕES.

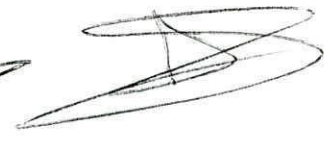
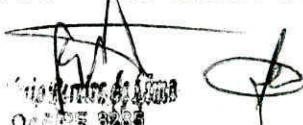
Art. 4º - O Quadro Social da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade é constituído por pessoas físicas e jurídicas, independentes de cor, raça, sexo, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição, desde que concorde com o disposto neste Estatuto, e seja residente no município do Jaboatão dos Guararapes, ou tenha domicílio nas áreas atingidas pela transmissão da Rádio.

Parágrafo Primeiro – É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica.

Parágrafo Segundo – Fica garantido às pessoas físicas o direito de votar e ser votados para os cargos de direção, e as pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos Diretivos.

Parágrafo terceiro – O tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria fica limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

Art. 5º - São direitos dos associados:



- a) Participar das assembleias gerais, votando na forma estabelecida neste Estatuto.
- b) Solicitar, a qualquer tempo, e sem ônus de qualquer ordem, seu desligamento do quadro social da Rádio, mediante solicitação por escrito.

Art. 6º. São deveres dos Associados:

- a) Comparecer às Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, convocadas na forma estabelecida neste Estatuto, com direito a voz e voto.
- b) Votar e, ser votado nas eleições da Radio Comunitária A Voz da Liberdade.
- c) Acatar, fielmente todas as disposições do presente Estatuto, às deliberações das Assembleias Gerais e as decisões da Diretoria Executiva.
- d) Comunicar à Diretoria Executiva qualquer ocorrência contrária às disposições deste Estatuto, às determinações das Assembleias Gerais e da própria Diretoria, que desabone a imagem da Rádio.
- e) Atender às recomendações e às decisões aprovadas nas Assembleias.

Art. 7º. As exclusões e punições dos Associados ocorrerão nas seguintes hipóteses:

- a) – A pessoa ou entidade que faltar a 03 (três) assembleias gerais ordinárias, consecutivas, sem justificativa ou não se fizerem presente nas assembleias gerais, ocorridas neste período, serão convocadas pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá a assembleia geral, por maioria absoluta, decidir ou não a continuidade dos faltosos no seu Quadro Social, assegurando o direito de ampla defesa e de recursos do associado, nos termos previsto neste Estatuto.

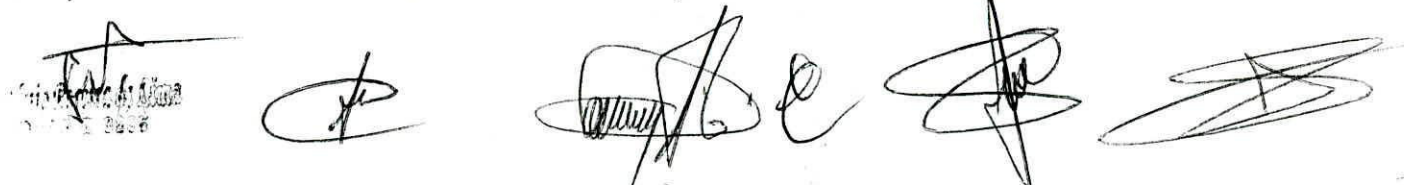
CAPITULO III

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DESPESA.

Art. 8º - Constituem o Patrimônio e a Receita da Rádio:

- a) A contribuição de qualquer pessoa à título de doação, que ficará registrada em livro caixa com valor, data e identificação do doador;
- b) As verbas provenientes de subsídio oficial;
- c) O patrocínio do comércio local, destinado a apoio cultural.
- d) Arrecadação de valores e objetos oriundos de campanhas e outras atividades desenvolvidas, com objetivos sociais, esportivas etc.

Parágrafo 1º - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da Entidade.



Parágrafo 2º - Todas as doações serão analisadas pela diretoria executiva que poderá aceitá-la ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - Serão garantidos aos doadores que assim o desejarem o sigilo de identificação que somente poderá ser quebrado por decisão da Diretoria Executiva, ou por decisão judicial.

Art. 9º - As despesas da Entidade podem ser:

a) Despesas operacionais, tais como aluguel de bens móveis e imóveis, compra de equipamentos, discos, fitas, CD e outros.

b) Pagamento de mão-de-obra para assessoria técnica, manutenção e operação dos equipamentos e instalação.

c) Patrocínios, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

d) Patrocínio a projetos ou atividades com fins comunitários.

e) A Rádio visando uma melhor prestação de serviços à Comunidade das áreas atingidas pela Transmissão, poderá receber empréstimos de pessoas físicas, para investir em suas instalações físicas e/ou operacionais, desde que, autorizado pela Diretoria Executiva, que deverá assinar termo de compromisso, responsabilizando-se pelo investimento e pelo pagamento.

Art. 10º - Não será permitido aos membros das Diretorias, como também aos membros do Conselho Fiscal, qualquer tipo de remuneração. A participação dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal nas atividades da Rádio, e seus serviços prestados serão considerados como de interesse e relevância pública. Em casos especiais de representação da Instituição, em conferência, seminário, reunião, eventos, encontros, regularização de documentos, fora do município, que impliquem em despesas pessoais para os membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, os mesmos receberão ajuda financeira para passagens e diárias na qualidade de colaboradores eventuais.

Parágrafo 1º - A contratação de funcionários dependerá da aprovação do Presidente.

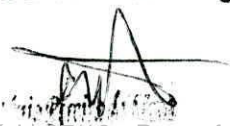
Parágrafo 2º - Não será permitido aos membros da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e aos membros do Conselho Fiscal manterem vínculo empregatício com a Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, portanto é vetado o ingresso dos ocupantes dos mencionados cargos, no quadro de funcionários da aludida Rádio.

Parágrafo 3º - Os sócios serão necessariamente contribuintes, sendo-lhes, contudo inimputáveis, sob quaisquer hipóteses, por responsabilidades advindas de obrigações assumidas pela Associação (Rádio).

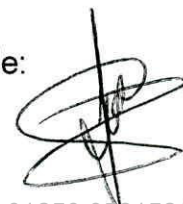
CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

Art. 11º - São órgãos da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade:








- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Diretoria Adjunta
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho Comunitário

Art. 12º - A Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, será convocada ordinariamente uma vez ao ano, sempre no último trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas da Diretoria Executiva e discussão de assuntos gerais de interesse das comunidades envolvidas e da própria associação.

Parágrafo I – A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados, através de abaixo assinado, a convocação deverá ser feita com antecedência de no mínimo oito dias, através de edital afixado na sede e estúdio da entidade, com divulgação pelo menos de quatro chamadas diárias durante a programação da emissora.

Parágrafo II – A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com 51% dos seus sócios e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo III – Compete privativamente à assembleia geral eleger os administradores ou destituir os administradores.

Parágrafo IV – A Assembleia Geral deverá ser convocada para os casos destituição dos administradores ou modificação do Estatuto com coro mínimo de 2/3 (dois terço) dos associados.

Art. 13º - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, em data, hora e local determinados pela mesma e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

CAPÍTULO V

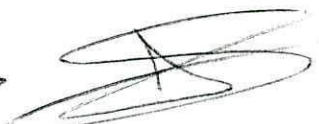
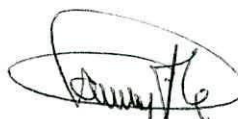
DA ADMINISTRAÇÃO

A Rádio Comunitária a Voz da Liberdade será administrada conforme assim estabelecido

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14º. - A Diretoria Executiva é constituída de 4 (quatro) Membros da seguinte forma:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário Geral
- d) Tesoureiro



Art. 15º - A Diretoria Executiva é o Órgão da Administração da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade exercerão todas as atribuições de suas competências, estabelecidas neste Estatuto e serão formados pelo Presidente, Vice Presidente, Secretário Geral, e o Tesoureiro.

Art. 16º - A Presidência é responsável pela administração da Rádio A Voz da Liberdade, pelas suas atividades, bem como, obriga-se a zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto, seu Regimento Interno, e demais legislação pertinentes.

Art. 17º - Compete ao Presidente da Diretoria Executiva:

I – Representar a Instituição, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído.

II – Convocar sessões, assembléias ordinárias e extraordinárias.

III – Autorizar as despesas ordinárias e extraordinárias.

IV – Presidir reuniões convocadas para deliberar sobre ações da Rádio A Voz da Liberdade.

V – Convocar eleições para preenchimentos de cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, inclusive nos caso de vacância.

VI – Indicar um dos seus membros ou associados para representar a entidade em atos públicos ou em outros eventos; se julgar conveniente a Instituição.

VII – Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como a definição de salários, gratificações ou outra forma de remuneração.

VIII – Autorizar a aquisição de equipamentos.

IX – Efetivar a realização de convênios que se enquadrem nos objetivos da instituição.

X – Assinar juntamente com o Tesoureiro balancetes, cheques para pagamentos das despesas em geral.

Art. 18º - Caberá ao Vice-Presidente:

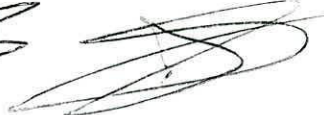
a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas.

b) Substituir o Presidente em caso de impedimento temporário ou definitivo.

Art. 19º - Caberá ao Secretário Geral:

a) Secretariar as reuniões da Diretoria e as sessões da Assembléia Geral, lavrar e assinar juntamente com o Presidente, as respectivas Atas;

b) Preparar editais, convocações, circulares, correspondências sociais diversas, assinando-as juntamente com o Presidente;



c) Manter o cadastro de associados atualizado;

d) Manter sob seu controle e guardar as documentações legalmente necessárias, relativas a Entidade e seus empregados.

Art. 20º - Caberá ao Tesoureiro:

a) Manter sob seu controle a Movimentação Financeira da Entidade;

b) Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade;

c) Apresentar os balancetes a Diretoria;

d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques para pagamento das contas da Entidade.

Art. 21º - A Diretoria Adjunta será composta de 4 (quatro) membros, será subordinada a Diretoria Executiva, e terá a função de auxiliar as atividades desenvolvidas pela administração da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade. E será eleita juntamente com a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 22º - Caberá ao Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo:

a) Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com as suas funções coletivas;

b) Implementar e supervisionar a programação da rádio, respondendo pela qualidade operacional das transmissões.

Art. 23º - Caberá ao Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo:

a) Auxiliar administrativamente a Diretoria Executiva;

b) Sugerir e propor medidas para o desenvolvimento da Rádio.

c) Coordenar e prestar assistências aos programas executados pela Rádio.

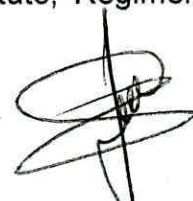
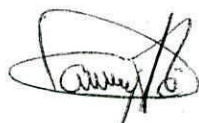
d) Substituir qualquer membro da Diretoria Executiva, na sua ausência ou impedimento de acordo com o art. 16º.

Art. 24º - Caberá ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;

b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetos e realizações da Entidade.

c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como, dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, Regimento Interno e outros.



Art. 25º - Caberá ao Diretor Adjunto de Patrimônio:

a) Manter sob seu controle todos os patrimônios da Entidade, que sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral.

b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 26º - O quórum mínimo para decisões nas reuniões da Diretoria Executiva é de 03 (três) membros (50% + 1). Em caso de empate nos processos de votação, o Presidente dará o voto de Minerva decidindo a votação.

Art. 27º - Havendo vacância em qualquer cargo da Diretoria Executiva assumirá a vaga automaticamente o Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo.

Parágrafo 1º - A vacância do cargo será caracterizada pela ausência do Diretor em 02(duas) reuniões ordinárias consecutivas ou em 03(três) alternadas sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Diretoria Executiva.

Art. 28º - O Conselho Fiscal será composto por 03(três) conselheiros efetivos e 02 (dois) Suplentes, que deverá ser eleito juntamente com a Diretoria Executiva, o qual terá como função a aprovação ou não das contas da Entidade.

Art. 29º - O presente Estatuto poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante convocação da Assembleia Geral Extraordinária, na forma estabelecida no **art. 12º**.

Art. 30º - A Rádio Comunitária A Voz da Liberdade com base na Lei 9.608/1998, de 18 de fevereiro de 1998(Trabalho Voluntário), poderá pedir ou receber ajuda de mão de obras voluntárias para auxiliar nas suas atividades.

a) Pessoas de ambos os sexos que, de acordo com a sua disponibilidade, possam contribuir nos trabalhos voluntários desta instituição.

b) O trabalho voluntário será coordenado pela Diretoria Executiva, e o horário de trabalho será de livre escolha da pessoa de acordo com a sua disponibilidade, desde que faça ciência à Diretoria da Rádio ou combine o horário de acordo com termo de adesão.

c) A pessoa voluntária assinará um termo de Adesão concordando com o que está estabelecido na Lei Federal Nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 e cumprir as normas e Diretrizes do Estatuto e Regimento Interno da Rádio.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 31º - A Diretoria será eleita pelo mandato de 4 (quatro) anos, em Assembleia Geral Ordinária, convocada para este fim, através de votação secreta nas chapas inscritas, sendo considerada eleita a que obtiver maior número de votos.

Parágrafo 1º. – O edital de convocação deverá informar: data, horário e local de votação, prazo para registro de chapas, os cargos concorrentes e os pré-requisitos exigidos dos candidatos para concorrerem aos cargos.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral Ordinária com fim eleitoral deverá ser convocada com pelo menos 10 dias de antecedência, utilizando-se do jornal de maior circulação no município – Diário Oficial do Município, além de fixação do edital na seda da entidade.

Parágrafo 3º - O registro das chapas deverá ser feito até 05 (cinco) dias antes da data marcada para realização das eleições, na sede da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.

Parágrafo 4º - Qualquer pedido de impugnação de chapas ou recursos serão julgados pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo 5º - Somente poderão votar e ser candidatos aos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal os associados que estejam filiados, há um ano, antes da data das eleições.

Parágrafo 5º – A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal eleitos somente terão direitos a uma recondução.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO COMUNITÁRIO E SEUS ATRIBUIÇÕES

Art.32º - O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios dos serviços de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art.33º - A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

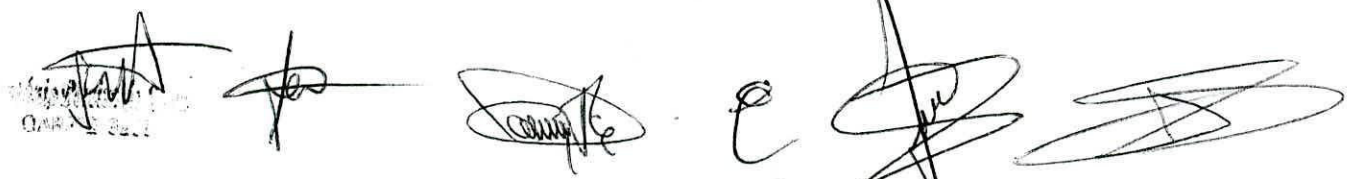
§1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais a comunidade.

§3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art.34º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;



II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes a gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios;

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

CAPÍTULO VIII

DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO

Art. 35º - A programação da Rádio deverá constar de:

a) Tempo garantido aos segmentos sociais para divulgação de seus trabalhos e reivindicações, independente de quaisquer condições, observado apenas a adequação de horário na programação.

b) Reserva de espaço semanal para programação rotativa de programas produzidos por pessoas da comunidade, dentro das especificações técnicas definidas pelo direito de programação. Esse espaço deverá funcionar como laboratório radiofônico;

c) Proibição de uso de qualquer horário com fins políticos – partidários, exceto os de participação igualitária dos vários partidos com representação nas comunidades atingidas pela transmissão, cujo convite deverá ser feito pela Rádio e por escrito a todos, devidamente protocolados. A exceção fica por conta do horário político obrigatório, na forma da lei.

d) Proibição de uso de qualquer horário com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas nas comunidades atingidas pela transmissão. A solicitação do espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria.

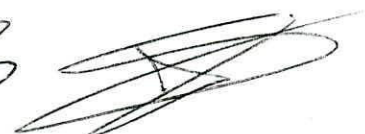
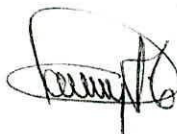
CAPÍTULO IX

DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 36º - A dissolução desta Associação ocorrerá apenas por decisão de Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, nos termos do **art. 12º**.

Parágrafo 1º - Deverá constar obrigatoriamente na pauta da Assembléia Geral Extraordinária convocada para a dissolução da Entidade, a prestação de contas verificada pelo Conselho Fiscal até a data da Assembléia.

Parágrafo 2º - O Patrimônio da Entidade deverá ser doado a outra entidade de atividades congêneres, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral.



Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data da dissolução, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado o saldo conforme previsto no **parágrafo 1º** deste artigo.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37º - Os problemas oriundos de omissões deste Estatuto serão sanados mediante deliberação pela Diretoria Executiva, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para essa finalidade.

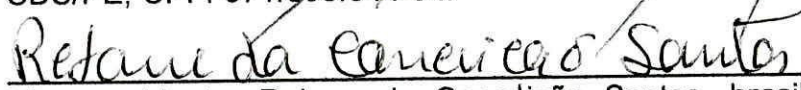
Estatuto aprovado em Assembleia Geral de 13 de setembro de 2018.

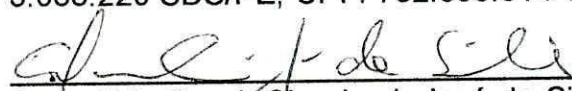
Subscrevem este Estatuto nesta data 13 de setembro de 2018.

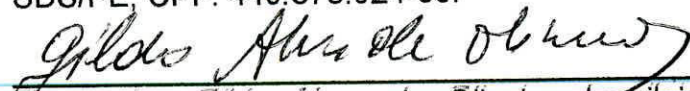
Os membros da Diretoria Executiva, o Presidente e o Secretário Geral.

Jaboatão dos Guararapes, 13 de setembro de 2018.

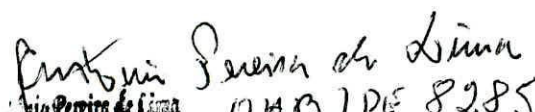

Presidente: Pedro Martins dos Santos, brasileiro, divorciado, portador do RG: 1.457.714 SDS/PE, CPF: 371.096.344-34.


Vice-presidente: Rejane da Conceição Santos, brasileira, solteira, portadora do RG: 3.063.220 SDS/PE, CPF: 782.603.614-34.


Secretário Geral: Claudemir José da Silva, brasileiro, casado, portador do RG: 2.697.547 SDS/PE, CPF: 440.373.924-53.


Tesoureiro: Gildo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, portador do RG: 1.205.521 SDS/PE, CPF: 186.979.414-15.


Diretora Adjunta de Planejamento Administrativa: Jeane Vieira dos Santos, brasileira, solteira, portadora do RG: 6.356.500 SDS/PE, CPF: 046.261.834-09.


Antonio Pereira de Lima
CPF: 3255 0437PE 8285

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lins de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Protocolado sob o nº 50487, em 20/09/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 6059, em 20/09/2018 13:13:36.
Averbado ao Registro nº 4029 Emolumentos R\$ 84,11 TSNR R\$
19,79 FERC R\$ 9,90 RICARDO TOMAZ DA SILVA - Oficial
Registrador selo0074849.SJP06201802.06100 Consulta a
autenticidade do selo em www.tipe.ius.br/selodigital



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 50.487 = 6059.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE.



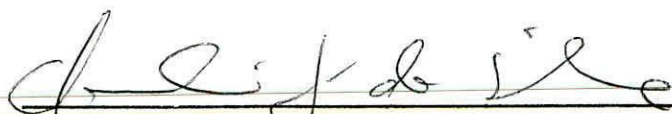
Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às 09:00 horas em segunda, e última convocação, na Av. Barreto de Menezes, Nº 567, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP nº 54.360-160, sede da Rádio A Voz da Liberdade, o Presidente Pedro Martins dos Santos, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade, Nº RG:1.457.714-SDS/PE, CPF: 371.096.344-34, declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária para alterar o Estatuto da referida entidade, a fim de a mesma se adequar a portaria Nº 1909/2018/SEI-MCTIC, como também, ao novo código civil – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme foi divulgado para todos os associados, através da própria difusora. Entre os associados presentes, foi eleito para presidir os trabalhos o Presidente da entidade de difusora, o Sr. Pedro Martins dos Santos e para funcionar como Secretário, o Sr. Claudemir José da Silva. O Presidente da Assembleia Geral Extraordinária, após proceder à leitura dos expedientes recebidos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, informou que as alterações são imprescindíveis diante da necessidade da adequação do Estatuto aos aludidos diplomas legais supramencionados. Em seguida, leu para todos os presentes a redação dos artigos alterados, inclusive os parágrafos que sofreram alterações. O Presidente da Assembleia concedeu a palavra aos presentes para se manifestarem. A maioria dos presentes afirmaram, face as justificativas apresentadas pelo Presidente, nada tinham a opor, portanto estavam de pleno acordo com alterações efetuadas. As alterações do referido estatuto foram aprovadas por aclamação de todos os presentes. Não havendo mais assuntos em pauta a ser discutidos, o Presidente, encerrou os trabalhos,

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

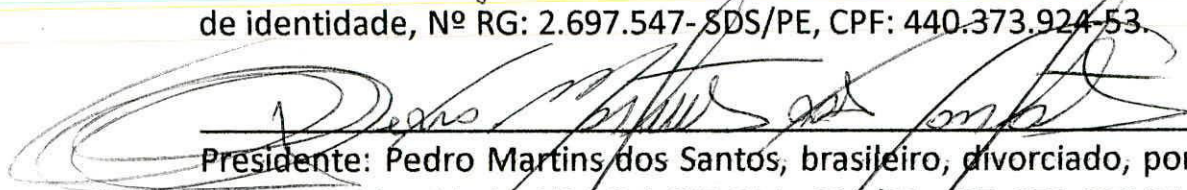
Nº 50.487 = 6059

às 10:30hs, e solicitou que a Ata fosse lida e transcrita para o livro próprio. A Ata foi lida por mim, secretário, Claudemir José da Silva, a qual vai assinada pelo secretário e pelo presidente.

Jaboatão dos Guararapes, 13 de setembro de 2018.



Secretário: Claudemir José da Silva, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade, Nº RG: 2.697.547-SDS/PE, CPF: 440.373.924-53.



Presidente: Pedro Martins dos Santos, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade, Nº RG: 1.457.714 - SDS/PE, CPF: 371.096.344-34.

Refane da Conceição Santos
Jeanne Vileira dos Santos
Gildo Alus de Oliveira
Kátia Paes Barreto



1º Ofício de JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Aluísio da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Araújo Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Protocolado sob o nº 50487, em 20/09/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 6059, em 20/09/2018 13:13:36.
Averbado ao Registro nº 4029 Emolumentos R\$ 84,11 TSHR R\$
19,79 FERC R\$ 9,90 RICARDO TOMAZ DA SILVA - Oficial
Registrador selo0074849.SJP06201802.06100 Consulte a
autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 50.487 = 6059



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomas da Silva - Sebastião
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9602

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico em 20/09/2018 11:10:51 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SANTANA Empl.2,90, TSNR 0,68, FERC 0,34 Total 4,02 Selo:0074849.XYM09201805.00906 Consulte autenticidade em <http://www.tipe.jus.br/selodigital>.

1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
GABINETE DO SECRETÁRIO
GABRIEL EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELIAO PUBLICO
Bel. José Almiro da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - Bel. Sérgio
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes, PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé 20/09/2018 11:10:51 ESCRIVENTE MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTANA Emol.2,90, TSMR 0,68, FERR 0,30 Total 4,09 Selo:0074849.KZB09201805.00905 Consulte a autenticidade em <http://www.tjpe.jus.br/selodigital>.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Registro Civil e Tabelião do
2º Distrito de Jaboatão
Município de Jaboatão

REGISTRO CIVIL ESTADO DE PERNAMBUCO

JABOATÃO DISTRITO DE MURIBECA DOS GUARARAPES

Certidão de Casamento

Angela da Cunha e Souza

Oficial do Registro Civil

Jozinar Oliveira de Souza

Substituta

CERTIFICO POR ME HAVER SIDO VERBALMENTE PEDIDO, QUE NO LIVRO Nº 72-B
ÀS FLS. 05, SOB O NÚMERO DE ORDEM 42.334, CONSTA O TERMO DE

CASAMENTO DE Imaldo Caires de Franca e
Maria Jorzi de Craiyo

REALIZADO NESTE DISTRITO NO DIA 10 de Agosto de 2006
O NUBENTE

ESTADO CIVIL Divorciado
NASCIDO EM Summaim - PE
NO DIA 18 DE Setembro DE 1936
PROFISSÃO Soldado (apo-
mentado)

DOMICILIADO E RESIDENTE EM Neste Distrito
FILHO DE João Caires de
Franca e de Amara
Alves de Franca

ESTADO CIVIL Soltura
NASCIDA EM Summaim - PE
NO DIA 02 DE Dezembro DE 1960
PROFISSÃO Proprietária

DOMICILIADA E RESIDENTE EM Neste Distrito
FILHA DE Vicente Ferreira
de Craiyo e de
Antonia Alexandru-
ma da Conceição

A CONTRAENTE ADOTOU O NOME DE Maria Jorzi de Craiyo
Franca

FORAM TESTEMUNHAS As constantes no termo

O CASAMENTO FOI REALIZADO PELO REGIME DA separação total
de bens

OBSERVAÇÕES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticação e Fiscalização

CERTIDÃO
ABZ 039220

Valido Somente Com Selo de
Autenticação e Fiscalização

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticação e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
AVN091445

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

PRAZERES, 10 DE Agosto DE 2006

Oficial do Registro Civil

Angela da Cunha e Souza
Oficial do Registro Civil e Tabelião do 2º Distrito
Prazeres - Estado da Pernambuco



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, junto ao Ministério das Comunicações que o numero correto do CNPJ 35.329.150/0001-28 DO CENTRO SOCIAL M. MARCOS DE BARROS FREIRE, integrante do Conselho Comunitário, conforme em anexo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Jaboatão dos Guararapes, 13 de setembro de 2018.

Atenciosamente,



Pedro Martins dos Santos
Presidente

**Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.329.150/0001-28 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 30/01/1991	
NOME EMPRESARIAL CENTRO SOCIAL MINISTRO MARCOS DE BARROS FREIRE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV BARRETO DE BENEZES		NÚMERO 43	COMPLEMENTO LOJA 02 CONJ MARCOS FREIRE
CEP 54.360-160	BAIRRO/DISTRITO MARCOS FREIRE	MUNICÍPIO JABOATÃO DOS GUARARAPES	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (81) 8819-7799	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/07/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/09/2018** às **10:26:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DELIBERATIVA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito as 10 horas da manhã, ocorreu no auditório da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade situada na Av. Barreto de Menezes, Nº 567 Marcos Freire - Jaboaão dos Guararapes/PE, a reunião do Conselho Comunitário para deliberar a seguinte pauta:

01-Substituição de 3 membros do Conselho Comunitário.

02-Ratificação do relatório de programação aprovado em 17/04/2018 pelo Conselho Comunitário.

As 10 horas da manhã o Sr. Eduardo da Silva Barbosa Junior representante do Centro de Desenvolvimento Integrado Vida Plena deu por aberta a reunião em nome de Deus, agradeceu a presença de todos os membros do Conselho Comunitário, e falou que a reunião tem como finalidade cumprir as exigências do Ministério das Comunicações, referente as substituições de três (03) membros do Conselho Comunitário, que são funcionários público municipal, portanto, não podem assinar relatório do Conselho Comunitário, nem participar do Conselho. A Srª. Maria das Dores Tavares de Oliveira, representante do Grupo Vivendo a Vida, sugeriu no momento que fosse realizado uma votação onde as entidades apresentassem os nomes das pessoas que serão substituídas por cada entidade, para apreciação e aprovação de todos. O Sr. Eduardo Presidente da sessão esclareceu que recebeu das entidades ofícios pedindo as substituições dos referidos funcionários públicos. Em seguida foram apresentados os ofícios com as seguintes substituições:

A Comissão de Defesa e Direitos dos Moradores de Marcos Freire, inscrita no CNPJ- 35.328.186/0001-97, situada na Rua Henrique Dias, 51 Marcos Freire – Jaboaão dos Guararapes/PE, apresentou o Sr. Armando de Oliveira Rodrigues, RG: 9.680.630 SDS/PE, CPF: 704.740.764-23, nascido em 10/11/1998, solteiro, residente e domiciliado na Av. Barreto de Menezes, Nº 110 Marcos Freire – Jaboaão dos Guararapes/PE, em substituição a Srª. Rosalva Ferreira de Brito.

O Centro Social Ministro Marcos de Barros Freire, inscrito no CNPJ- 35.329.150/0001-28, situado na Av. Barreto de Menezes, Nº 42 loja 02, Marcos Freire - Jaboaão dos Guararapes/PE, apresentou a Srª Vera Lucia Moraes de Souza, RG: 3.264.129 SDS/PE, CPF: 010.950.757-64, nascida em 23/01/1967, solteira, do lar, residente e domiciliada na Rua 08, Nº 26 Marcos Freire - Jaboaão dos Guararapes/PE, em substituição ao Sr. Rogerio Francisco de Melo.

O Instituto Educacional Renascer inscrito no CNPJ- 06.077.423/0001-96, situado na Rua Henrique Dias de França, Nº 51B Marcos Freire - Jaboaão dos Guararapes/PE, apresentou a Srª. Adriana Maria dos Santos, RG: 5.566.067 SDS/PE, CPF: 009.820.694-05, solteira, do lar, residente e domiciliada na Rua Henrique Dias, Bl 70 Aptº 105, Marcos Freire – Jaboaão dos Guararapes/PE, em substituição a conselheira Nair Regina de Melo Barbosa. Após a leitura e apresentação das indicações dos representantes de cada entidade foi colocado em votação e foram eleitos por todos os presentes. Em seguida o Presidente da sessão empossou os conselheiros eleitos. Ficando assim a nova composição do Conselho Comunitário da Rádio: Eduardo da Silva Barbosa Junior, Maria das Dores Tavares de Oliveira, Armando de Oliveira Rodrigues, Vera Lucia Moraes de Souza e Adriana Maria dos Santos. Em seguida, foi apreciado o 2º ponto de pauta que trata-se do relatório de programação da Rádio, o Sr. Eduardo prestou esclarecimentos sobre o trabalho do Conselho Comunitário, que vem cumprindo o seu papel, acompanhando, monitorando e fiscalizando toda programação da Rádio, como também colaborando com sugestões inovadoras para o crescimento da Rádio. Na oportunidade fez uma leitura do relatório da programação da Rádio, que foi aprovado em reunião anteriormente. Logo, em seguida, foi posta em votação a ratificação do aludido relatório, que foi aprovado por todos presentes. Não havendo nada mais a tratar, às 12:00hs, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. Eu Maria das Dores Tavares de Oliveira lavrei a presente Ata que depois de lida

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

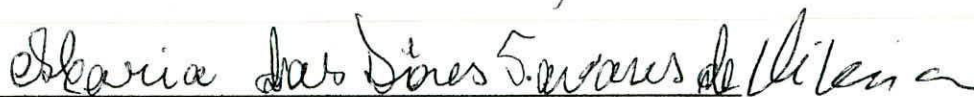
Nº 50.486 = 6058

e aprovada será assinada por mim, pelo Presidente da sessão e demais membros do Conselho Comunitário.

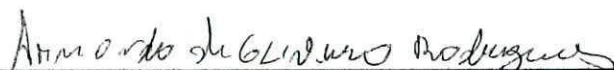
Jaboatão dos Guararapes, 10 de setembro de 2018.



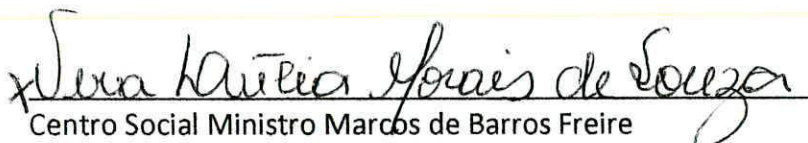
Centro de Desenvolvimento Integrado Vida Plena
Representante: Eduardo da Silva Barbosa Junior



Grupo Vivendo a Vida
Representante: Maria das Dores Tavares de Oliveira



Comissão de Defesa e Direitos dos Moradores de Marcos
Representante: Armando de Oliveira Rodrigues



Centro Social Ministro Marcos de Barros Freire
Representante: Vera Lucia Moraes de Souza



Instituto Educacional Renascer
Representante: Adriana Maria dos Santos



1º OFÍCIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
CARTÓRIO EDUARDO MALTA

Bel. José Eduardo Loyo Malta - TABELÃO PÚBLICO
Bel. José Almir da Silva - Bel. Pedro Malta Filho - Ricardo Tomaz da Silva - SUBSTITUTOS
Rua Aarão Lima de Andrade, 513 - Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE
Fone: (81) 3035-9300 - Fax: (81) 3035-9302

Protocolado sob o nº 50486, em 20/09/2018 e registrado em
Pessoa Jurídica sob o nº 6058, em 20/09/2018 13:12:48.
Averbado ao Registro nº 5828 Emolumentos R\$ 84,11 TSNR R\$
19,79 FERC R\$ 9,90 RICARDO TOMAZ DA SILVA - Oficial
Registrador selo0074849.GYH06201802.06099 Consulta
autenticidade do selo em www.tipe.jus.br/selodigital



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 50.486 = 6058.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
CNPJ: 03.256.169/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

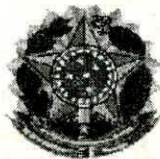
1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:31:25 do dia 17/09/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/03/2019.
Código de controle da certidão: **039A.B75C.A86F.A278**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.




JUSTIÇA ELEITORAL
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
AV. BARRETO DE MENEZES, S/N - GUARARAPES - JABOATÃO DOS GUARARAPES Telefone 31949155

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitora: REJANE DA CONCEICAO SANTOS
Inscrição: 064449970817 Zona: 101 Seção: 716
Município: 24570 - JABOATÃO DOS GUARARAPES UF: PE
Data de nascimento: 18/06/1968 Domiciliada desde: 25/04/2001
Filiação: RITA DA CONCEICAO SANTOS
 MARTINHO FRANCISCO DOS SANTOS

Em 12 de setembro de 2018


EDIVALDO BARROS PESSOA
TÉCNICO JUDICIÁRIO





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800685042
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE
CONTRA

REJANE DA CONCEICAO SANTOS
CPF: 782.603.614-34

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

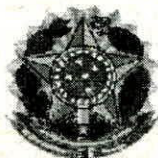
Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

Recife, 10/09/2018 15:03:49

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



JUSTIÇA ELEITORAL
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE
AV. BARRETO DE MENEZES, S/N - GUARARAPES - JABOATÃO DOS GUARARAPES Telefone 31949155

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor: CLAUDEMIR JOSE DA SILVA
Inscrição: 029492330850 Zona: 11 Seção: 286
Município: 24570 - JABOATÃO DOS GUARARAPES UF: PE
Data de nascimento: 11/03/1965 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: CLOTILDES RODRIGUES SILVA
 COSMO JOSE DA SILVA

Em 12 de setembro de 2018.


ERICKA MARTORELLI DE MELO ALBUQUERQUE
TÉCNICA JUDICIÁRIA - MAT. 309.16.903



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800680945
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CLAUDEMIR JOSE DA SILVA
CPF: 440.373.924-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

Recife, 06/09/2018 13:20:29

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800690719
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

CLAUDEMIR JOSE DA SILVA

CPF: 440.373.924-53

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

Recife, 12/09/2018 10:21:32

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201800700306

A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

CLAUDEMIR JOSE DA SILVA

CPF: 440.373.924-53

Recife, segunda-feira, 17 de setembro de 2018 às 10:32:53

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, endereço www.jfpe.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201800700306

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Nº 201800680958
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

MARIA JUSSINEIDE DA SILVA
CPF: 488.333.634-49

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

Recife, 06/09/2018 13:23:40

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Nome Civil: **MARIA JUSSINEIDE DA SILVA**

Inscrição: **015527730850**

Zona: 013

Seção: 0103

Município: 25739 - SAO LOURENCO DA MATA

UF: PE

Data de Nascimento: 08/05/1965

Domicílio desde: 15/12/2017

Filiação: MARIA DE LOURDES DA SILVA
JOSE GOMES DA SILVA

Certidão emitida às 09:07 de 11/09/2018



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

ZB1X.JRYØ.E+YI.DQHP

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações.**

Secretaria de Radiodifusão

**Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e
de Fiscalização.**

Coordenação – Geral de Radiodifusão Comunitária.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900 / Brasília - DF



ENTIDADE: RÁDIO COMUNITÁRIO VOZ DA LIBERDADE

PROCESSO Nº: 01250.001651/2016-11.

**AV: Barreto de Menezes, nº 567 Marcos Freire.
Jaboatão dos Guararapes/PE
CEP: 54.360-160**

BOA TARDE
LUIS FELIPE SOUZA DA SILVASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» RADCOM »» Consultas »» Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Jaboatão dos Guararapes
Canal: 253
Fase: 3

Distrito: Jaboatão dos Guararapes
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES,567
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.256.169/0001-03
Bairro: MARCOS FREIRE
Número: .
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 03256169000103 ◀

Pesquisar

Razão Social: RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 54360160
Número: .
Município: Jaboatão dos Guararapes
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES,567
Complemento:
Distrito: Jaboatão dos Guararapes
SubDistrito:

Bairro: MARCOS FREIRE
Estado: PE
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 54000000
Número: 567
Município: Jaboatão dos Guararapes
Telefone:

Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Bairro: MARCOS FREIRE - PRAZERES
Estado: PE
Fax:

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 01/10/2007
Número do Processo: 531030002932000 ◀
Caixa:

Data Limite Instalação:
Fistel: 50402045319
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	201	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text"/>	<input type="text" value="11/03/2005"/>	<input type="text" value="17/03/2005"/> Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/> ▼
<input type="text"/>	59282	◀	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	▼	<input type="text" value="28/06/2006 1"/>	<input type="text" value="30/06/2006"/> Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▼
<input type="text"/>	263	◀	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	▼	<input type="text" value="28/09/2007"/>	<input type="text" value="01/10/2007"/> Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/> ▼
<input type="text"/>	68160	◀	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	▼	<input type="text" value="25/10/2007 1"/>	<input type="text" value="26/10/2007"/> Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▼

☐ Característica da Estação Instalada[» Endereços](#)☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil

Cep: 54360160

Número: 567

Município: Jaboatão dos Guararapes

Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES

Complemento:

Distrito: Jaboatão

Bairro: MARCOS FREIRE

SubDistrito:

UF: PE

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 8S064672

Longitude: 35W005400

Raio: 17

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 08S081200

Longitude: 34W582700

Distância ao Centro
do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de
Serviço: 1 km☐ Estúdio Principal

País: Brasil

Cep: 54360160

Número: 567

Município: Jaboatão dos Guararapes

Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES

Complemento:

Distrito:

Bairro: MARCOS FREIRE

SubDistrito:

UF: PE

[» Estação Principal](#)☐ Antena Principal

Fabricante: IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENA LTDA

Modelo: FM ESPIRAL 2

Ganho: 0 dBd

Polarização: Circular

Orient. NV: graus

Beam-Tilt: graus

Preenchimento de
nulos: (%)

HCI: 22 metros

Descrição:

DIPOLO

Máximo: 200 Digitados: 6

☐ Transmissor PrincipalCódigo
Equipamento: 006800300528 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência: 25 W

Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo: SP5025

Validade:

Potência
Equipamento: WOBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui.](#)☐ Linha Transmissão

Fabricante: CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA

Modelo:

Impedância: ohms

Comprimento: m

Atenuação: dB/100m

[» Potência Efetiva Irradiada](#)

☐ Potência Irradiada

$ERP_{MAX}(P_T \times G \times E_F)$: W Ex.: 1234,5678

[» Número do Processo e Observações Gerais](#)☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: 53103 . 000293 / 2000 Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF: 53500 . 016045 / 2006 Ex.:

Observação:

Máximo: 200 Digitados: 0



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

☐ Dados do Licenciamento**Dados da Estação**

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE - CNPJ/CPF(03.256.169/0001-03)

Município/UF: JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

Indicativo: ZYX812

Situação: [Entidade não possui débitos](#)

Canal: 253

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

05:00 ▼

22:00 ▼

☒



Tela Inicial



Imprimir

DESPACHO

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.001651/2016-11, de interesse da **Rádio Comunitária A Voz da Liberdade**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes/PE**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (3724674).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 26/12/2018, às 15:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3724681** e o código CRC **33DD80FB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 3724681



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERIDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:57:43 do dia 13/02/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/03/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03256169/0001-03
Razão Social: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
Nome Fantasia: RADIO A VOZ DA LIBERDADE
Endereço: R HENRIQUE DIAS 567 / JARDIM JORDAO / JABOATAO DOS
GUARARAPES / PE / 54315-340

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/02/2019 a 09/03/2019

Certificação Número: 2019020803420671593447

Informação obtida em 13/02/2019, às 14:00:07.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.256.169/0001-03

Certidão nº: 167719902/2019

Expedição: 13/02/2019, às 14:01:19

Validade: 11/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.256.169/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº **01250.001651/2016-11**.

Entidade: **Rádio Comunitária a Voz da Liberdade.**

Localidade: Jaboatão dos Guararapes / PE.

CNPJ 03.256.169/0001-03.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (1646719).

1.1) Data de postagem / do recebimento / Protocolo no SEI: 20/01/2017.

1.2) Tempestividade: (x) Sim - art. 36 do Decreto nº 2615, de 3 de junho de 1998.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 03 (Evento SEI 3403356).

2) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719).

3) Estatuto Social: fls. 06 a 19 (Evento SEI 3403356 – Processo 01250.058153/2018-02) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I, f;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4, §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 5, a; 6, a;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4, §2º; 6, b;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 14;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 4, §3º (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 32.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 1;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4; 5, b; 7;

e) Direitos dos associados: art. 5;

f) Deveres dos associados: art. 6;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 8;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 12;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 29; 36;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 12;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 7, a;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, §§ 3º e 4º; 29;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 31;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 12, §1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 36, §2º;

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 04 (1646719) – registrada.

Mandato de 25/4/2015 a 25/4/2019.

Presidente: PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Vice-Presidente: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário Geral: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA

Tesoureiro: GILDO ALVES DE OLIVEIRA

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: JEANE VIEIRA DOS SANTOS

Dir.Adj. Operações e Jornalismo: MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

Dir. Adj. De Patrimônio: MARIA JOSÉ DE ARAÚJO

- 5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 19 a 29 (2978173); fl. 24 (Evento SEI 3403356).
- 6) CNPJ: Evento SEI 3028306 – Ativa.
- 7) Certidão Negativa da Anatel: Evento SEI 3847659 – Negativa.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 17/18 e 35 (2978173); fl. 26/27 (Evento SEI 3403356).
- 9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3847665 – Regular.
- 10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB: fl. 29 (Evento SEI 3403356) – Positiva c/ Efeitos de Negativa.
- 11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3847673 – Negativa.
- 12) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva.
- 12) Certidões Justiça Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, não foram encontradas irregularidades.

*****PENDÊNCIAS:**

16/08/2018 – Após análise dos autos a entidade foi notificada, pela segunda vez, a cumprir pendências, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 12829/2018/SEI-MCTIC. A referida nota foi recebida em 28/6/2018, conforme contagem de prazo prevista no art. 18, § 1º, II da Portaria nº 546, de 25 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 29/7/2016, uma vez que fora encaminhada em 13/6/2018, vide correspondência eletrônica 3060310. No entanto, até o presente momento, a radiodifusora não se manifestou.

Assim, tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º, e considerando que a interessada já foi notificada duas vezes, será concedida a terceira e última oportunidade para o cumprimento das pendências a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação à Portaria – Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa jurídica; Os arts. 16 e 17 estão em desacordo com o art. 40; Adequação ao Código Civil – Não consta Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; Não consta Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados.
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar comprovante de nacionalidade de Maria José de Araújo.
- d) Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

- e) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos, Claudemir José da Silva, Maria Jussineide da Silva e Maria José da Silva.

Obs: Após nova consulta, verificou-se que o resultado das certidões previstas no art. 130, §6º, IV, V, VI, permanece inalterado.

Vínculo: Após pesquisa não foram encontradas irregularidades.

13/02/2019 – Após análise dos autos a entidade foi notificada a cumprir pendências, pela terceira vez, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 18519/2018/SEI-MCTIC (3271928). Ressalta-se que na referida Nota foi informado que seria a última notificação que este Ministério faria à entidade.

Em resposta, a Radiodifusora apresentou parte dos documentos solicitados, no entanto, deixou de atender a solicitação referente às certidões da Justiça Federal.

Assim, considerando o art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, segundo o qual “A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: [...] II – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, será sugerido o indeferimento da renovação da outorga da entidade.

*****CONCLUSÃO:**

Será elaborada Nota Técnica sugerindo o Indeferimento da renovação da outorga da entidade.

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Pedro Martins dos Santos	29/6/1959	371.096.344-34	1457714	Jorge Martins dos Santos e Noêmia Severina dos Santos	0296.5540.0841	PHS	
Vice-Presidente	Rejane da Conceição Santos	18/6/1968	782.603.614-34	3063220	Martinho Francisco dos Santos e Rita da Conceição Santos	0644.4997.0817	PSC	
Secretário(a) Geral	Claudemir José da Silva	11/3/1965	440.373.924-53	2697547	Cosmo José da Silva e Clotildes Rodrigues da Silva	0294.9233.0850	Não	
Tesoureiro(a)	Gildo Alves de Oliveira	14/9/1956	186.979.414-15	1205521	Adalberto Cabral de Oliveira e Felicidade Alves de Oliveira	0261.3795.0809	Não	
Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo	Jeane Vieira dos Santos	05/6/1981	046.261.834-09	4356560	Pedro Martins dos Santos e Jacira Maria Vieira	0618.3550.0817	Não	
Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo	Maria Jussineide da Silva	08/5/1965	488.333.634-49	2922998	José Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva	0155.2773.0850	Não	
Diretor Adjunto de Patrimônio	Maria José de Araújo	02/12/1960	233.004.344-91		Vicente Ferreira de Araújo e Antônia Alexandrina da Conceição	0103.4577.0892	Não	
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social	Gerson de Almeida	27/5/1966	507.995.504-00	2392641	Giovani Cavalcanti de Almeida e Cenira Castanha de Almeida	0268.0122.0817	Não	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2193/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA. ABERTURA DE PRAZO RECURSAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Radio Comunitária A Voz da Liberdade**, na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, por meio da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/03/2005, e do Decreto Legislativo nº 263, publicado no DOU de 01/10/2007.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 20/01/2017, à fl. 01 (evento SEI 1646719), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava em 01/09/2017. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. Após a análise dos autos, foram encontradas pendências na documentação encaminhada, as quais foram elencadas na Nota Técnica nº 5088/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 2719046, recebida em 26/03/2018, conforme Aviso de Recebimento (AR) evento SEI 2956596, na Nota Técnica nº 12829/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 3028726, enviada eletronicamente em 13/06/2018 (3060310), para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI, e na Nota Técnica nº 18519/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 3271928, enviada eletronicamente em 03/09/2018, para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI (3324691).

4. Na última Nota foi informado o seguinte:

Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. A Nota foi enviada eletronicamente em 03/09/2018, para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI, evento SEI 3324691.

6. Em resposta, a Entidade encaminhou o documento evento SEI 3403356, no qual apresentou documentos desconformes com o que foi solicitado, a saber, certidões negativas eleitorais da Justiça Federal referentes à Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva, tendo em vista que a certidão expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral não cumpre exigência.

7. Assim, como se pode observar, a Radiodifusora não cumpriu integralmente às exigências realizadas por este Órgão.

8. Portanto, com base no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018, segundo o qual "A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

9. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sugere o **indeferimento** da renovação da outorga da Entidade.

10. Por fim, em atenção ao § 5º do art. 130 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações, sugere-se que a Radiodifusora seja notificada acerca da decisão e, se desejar, apresente um único **recurso administrativo**, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação, o pleito de renovação de outorga será **indeferido**.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 13/02/2019, às 15:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em



07/03/2019, às 12:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3848216** e o código CRC **670C26AE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 3848216

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

O **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 2193/2019/SEI-MCTIC, constante no processo nº 01250.001651/2016-11, de sorte a **indeferir** o pedido de renovação da outorga da Radio Comunitária A Voz da Liberdade, autorizada por meio da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2005, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, em razão do não cumprimento de exigência no processo de renovação da referida outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 13/03/2019, às 13:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3848244** e o código CRC **AA4A8EE4**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 3848244



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4606/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor

PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Representante Legal da **Radio Comunitária A Voz da Liberdade** (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)

Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Bairro: Marcos Freire - Prazeres

54.315-340 / Jaboatão dos Guararapes - PE

Assunto: **Indeferimento do pedido de renovação da outorga. Abertura de prazo recursal. Processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Informo que o pedido de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária foi indeferido, conforme **NOTA TÉCNICA Nº 2193/2019/SEI-MCTIC**, em anexo.

2. A esse respeito, fica estabelecido o **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que a Entidade, se desejar, apresente recurso administrativo, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

3. Na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

4. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

5. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/03/2019, às 12:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3848265** e o código CRC **1FA0B378**.

Data de Envio:

19/03/2019 10:41:58

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiofmvozdaliberdade@gmail.com

pedromartins29@yahoo.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.001651/2016-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3848265.html

Nota_Tecnica_3848216.html



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Jaboatão dos Guararapes, 28 de Março de 2019.

Ofício Nº 03 /2019

Ilma. Sr^a. Coordenadora - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra. Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Ref. Processo nº 01250.001651/2016-11- Nº SEI: 3848265

DD. Coordenadora.

Em resposta ao ofício nº **4606/2019/SEI-MCTIC**, estamos encaminhando a V.Sa. as certidões eleitorais, relativas as dirigentes da Rádio Comunitária a Voz da Liberdade, Rejane da Conceição Silva e Maria Jussineide da Silva, conforme foram solicitadas.

Certos de termos sanados as pendências, ficamos a vossa disposição para cumprimos tudo que for necessário para conclusão do processo em epígrafe.

Atenciosamente,

Pedro Martins dos Santos
Presidente

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 02/04/19 às 14:00 horas

Assinatura: Antônio Silva

**Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com**



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201900232870

A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

REJANE DA CONCEICAO SANTOS

CPF: 782.603.614-34

Recife, quarta-feira, 27 de março de 2019 às 10:19:44

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, endereço www.jfpe.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201900232870

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS Nº 201900232906

A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, na forma da lei, CERTIFICA que, consultando os sistemas processuais PJe e TEBAS,

NÃO CONSTA

nenhuma AÇÃO de natureza CRIMINAL ou CÍVEL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra

MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

CPF: 488.333.634-49

Recife, quarta-feira, 27 de março de 2019 às 10:21:44

Observações:

- a) O critério da pesquisa foi nome fonetizado ou por CPF/CNPJ. A informação do nome e do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário.
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site da SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, endereço www.jfpe.jus.br, por meio do código de validação abaixo.
- c) Para a emissão desta certidão, não foram pesquisados processos arquivados definitivamente há mais de 8 (oito) anos.
- d) Esta certidão não foi emitida para fins penais ou cíveis, nem mediante determinação judicial.
- e) Certidão emitida nos termos da Resolução nº 121/10 do CNJ e suas alterações posteriores, combinada com a Resolução n. 09/2018 do TRF da 5ª Região.

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 201900232906

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3213-6000

**Ilma. Sr^a. Coordenadora Geral de Radiodifusão
Comunitária**

Dra. Vilma de Fátima Alvarenga Fanis

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.

CEP: 70044-900/ Brasília – Distrito Federal



RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE

**Av. Barreto de Menezes, nº 567, Marcos Freire –
Jaboatão dos Guararapes/PE.**

CEP 54.360-160.

JU248390521BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

Objeto entregue ao destinatário

Objeto entregue ao destinatário
02/04/2019 13:28 BRASILIA / DF

02/04/2019 13:28 BRASILIA / DF	Objeto entregue ao destinatário
02/04/2019 11:29 BRASILIA / DF	Objeto saiu para entrega ao destinatário
28/03/2019 13:31 JABOATAO DOS GUARARAPES / PE	Objeto postado

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 6394/2019/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **ANÁLISE RECURSAL. CONHECIMENTO DO RECURSO E RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata da renovação de outorga da **RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, por meio da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/3/2005, e do Decreto Legislativo nº 263, publicado no DOU de 1º/10/2007.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 2193/2019/SEI-MCTIC (3848216) e do Despacho SEARC 3848244, sugeriu-se o indeferimento da renovação da outorga em razão do(s) seguinte(s) fato(s) e fundamentos(s):

3. Após a análise dos autos, foram encontradas pendências na documentação encaminhada, as quais foram elencadas na Nota Técnica nº 5088/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 2719046, recebida em 26/03/2018, conforme Aviso de Recebimento (AR) evento SEI 2956596, na Nota Técnica nº 12829/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 3028726, enviada eletronicamente em 13/06/2018 (3060310), para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI, e na Nota Técnica nº 18519/2018/SEI-MCTIC, evento SEI 3271928, enviada eletronicamente em 03/09/2018, para o endereço eletrônico cadastrado pela entidade no Sistema CADSEI (3324691).

4. Na última Nota foi informado o seguinte:

‘Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).’

[...]

6. Em resposta, a Entidade encaminhou o documento evento SEI 3403356, no qual apresentou documentos desconformes com o que foi solicitado, a saber, certidões negativas eleitorais da Justiça Federal referentes à Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva, tendo em vista que a certidão expedida pelo Tribunal Superior

Eleitoral não cumpre exigência.

7. Assim, como se pode observar, a Radiodifusora não cumpriu integralmente às exigências realizadas por este Órgão. [grifos no original]

3. Em razão disso e em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa concedeu-se prazo de **30 dias** para que a Radiodifusora apresentasse recurso administrativo.

4. O Ofício nº 4606/2019/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Técnica, foi recebido em 19/3/2019, conforme correspondência eletrônica SERCO_REN 3981299.

5. Em resposta, a Associação encaminhou, **tempestivamente**, em 28/3/2019, o Ofício 03 4025706, no qual alegou apenas que encaminharia, anexas, “as certidões eleitorais, relativas as [sic] dirigentes”.

6. De fato, foram anexadas, às fls. 2/3 do Ofício 03 4025706, as “certidões negativas eleitorais da Justiça Federal referentes à Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva”, indicadas na Nota Técnica nº 2193/2019/SEI-MCTIC (3848216).

7. De acordo com o art. 47 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018:

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

8. Nos termos do § 1º do art. 47, “não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual”. No entanto, o § 2º traz duas exceções. Embora versem sobre os processos de outorga para o Serviço, uma vez que está previsto no inciso I do § 2º que, “quando todas as concorrentes forem inabilitadas” serão acolhidos os documentos apresentados na fase recursal, entende-se que este dispositivo se aplica igualmente aos processos de renovação de outorga. Isso porque, na fase de renovação não há concorrentes.

9. Assim, uma vez que a Radiodifusora encaminhou, tempestivamente, o(s) documento(s) necessário(s) à instrução processual, em razão do disposto no art. 47, § 2º, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações e dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, será sugerida a reconsideração da decisão de indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

10. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sugere o conhecimento do recurso e a **reconsideração da decisão que indeferiu a renovação da outorga**. Ademais, sugere-se igualmente a retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/05/2019, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/05/2019, às 13:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4117053** e o código CRC **AE28C147**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4117053

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

A **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTA**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 6394/2019/SEI-MCTIC, constante no processo nº 01250.001651/2016-11, de sorte a reconsiderar a decisão que indeferiu a renovação da outorga deferida à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, por meio da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União em 17 de março de 2005.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 14:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4117068** e o código CRC **CDD50F5F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4117068



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERIDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:48:19 do dia 06/06/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.256.169/0001-03

Razão Social: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE

Endereço: R HENRIQUE DIAS / 567 / JARDIM JORDAO JABOATAO DOS GUARARAPES
- PE

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/06/2019 a 01/07/2019

Certificação Número: 2019060202344177794314

Informação obtida em 06/06/2019 10:49:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Processo nº **01250.001651/2016-11**.

Entidade: **Rádio Comunitária a Voz da Liberdade.**

Localidade: Jaboatão dos Guararapes / PE.

CNPJ 03.256.169/0001-03.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (1646719).

1.1) Data de postagem / do recebimento / Protocolo no SEI: 20/01/2017.

1.2) Tempestividade: (x) Sim - art. 36 do Decreto nº 2615, de 3 de junho de 1998.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 03 (Evento SEI 3403356).

2) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719).

3) Estatuto Social: fls. 06 a 19 (Evento SEI 3403356 – Processo 01250.058153/2018-02) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I, f;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4, §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 5, a; 6, a;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4, §2º; 6, b;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 14;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 4, §3º (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 32.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 1;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4; 5, b; 7;

e) Direitos dos associados: art. 5;

f) Deveres dos associados: art. 6;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 8;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 12;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 29; 36;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 12;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 7, a;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, §§ 3º e 4º; 29;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 31;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 12, §1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 36, §2º;

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 04 (1646719) – registrada.

Mandato de 25/4/2015 a 25/4/2019 – **Vencida.**

Presidente: PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Vice-Presidente: REJANE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Secretário Geral: CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA

Tesoureiro: GILDO ALVES DE OLIVEIRA

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: JEANE VIEIRA DOS SANTOS

Dir.Adj. Operações e Jornalismo: MARIA JUSSINEIDE DA SILVA

Dir. Adj. De Patrimônio: MARIA JOSÉ DE ARAÚJO

- 5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 19 a 29 (2978173); fl. 24 (Evento SEI 3403356).
- 6) CNPJ: Evento SEI 3028306 – Ativa.
- 7) Certidão Negativa da Anatel: Evento SEI 4281155 – Positiva c/ Efeito de Negativa.
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 17/18 e 35 (2978173); fl. 26/27 (Evento SEI 3403356).
- 9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 4281167 – Regular.
- 10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB – **Positiva**.
- 11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3847673 – Negativa.
- 12) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva.
[A pendência foi sanada, conforme certidões anexas às fls. 02/3 do Ofício 03, evento SEI 4025706 – protocolo nº 01250.015381/2019-61.](#)
- 12) Certidões Justiça Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, não foram encontradas irregularidades.

*****PENDÊNCIAS:**

16/08/2018 – Após análise dos autos a entidade foi notificada, pela segunda vez, a cumprir pendências, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 12829/2018/SEI-MCTIC. A referida nota foi recebida em 28/6/2018, conforme contagem de prazo prevista no art. 18, § 1º, II da Portaria nº 546, de **25 de julho** de 2016, publicada no Diário Oficial da União de **29/7/2016**, uma vez que fora encaminhada em 13/6/2018, *vide* correspondência eletrônica 3060310. No entanto, até o presente momento, a radiodifusora não se manifestou.

Assim, tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º, e considerando que a interessada já foi notificada duas vezes, será concedida a terceira e última oportunidade para o cumprimento das pendências a seguir:

- a) **Estatuto Social**: Adequação à Portaria – Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa jurídica; Os arts. 16 e 17 estão em desacordo com o art. 40; Adequação ao Código Civil – Não consta Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos; Não consta Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados.
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar comprovante de nacionalidade de Maria José de Araújo.

- d) Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa criminal e eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos, Claudemir José da Silva, Maria Jussineide da Silva e Maria José da Silva.

Obs: Após nova consulta, verificou-se que o resultado das certidões previstas no art. 130, §6º, IV, V, VI, permanece inalterado.

Vínculo: Após pesquisa não foram encontradas irregularidades.

13/02/2019 – Após análise dos autos a entidade foi notificada a cumprir pendências, pela terceira vez, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 18519/2018/SEI-MCTIC (3271928). Ressalta-se que na referida Nota foi informado que seria a última notificação que este Ministério faria à entidade.

Em resposta, a Radiodifusora apresentou parte dos documentos solicitados, no entanto, deixou de atender a solicitação referente às certidões da Justiça Federal.

Assim, considerando o art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, segundo o qual “A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: [...] II – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, será sugerido o indeferimento da renovação da outorga da entidade.

06/06/2019 – A entidade teve seu processo indeferido com base no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 09/04/2018 e em 13/4/2018, segundo o qual “A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: [...] II – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, nos termos da Nota Técnica nº 2193/2019/SEI-MCTIC, recebida em 19/3/2019, conforme correspondência eletrônica 3981299.

Em resposta, a Radiodifusora encaminhou, **tempestivamente**, em 28/3/2019, o Ofício 03 4025706, no qual anexou as certidões negativas eleitorais da Justiça Federal referentes à Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva, indicadas na Nota nº 2193/2019/SEI-MCTIC (3848216).

Por esse motivo, sugeriu-se o conhecimento do recurso e a reconsideração da decisão que indeferiu a renovação da outorga, conforme Nota Técnica nº 6394/2019/SEI-MCTIC, acolhida pela Diretora do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituta, nos termos do Despacho 4117068.

Frente o exposto, a entidade será oportunizada, pela última vez, a complementar as pendências dispostas a seguir:

- a) **Ata de Eleição:** A Ata de eleição da diretoria encaminhada está vencida desde 25/4/2019. Portanto, a entidade deverá encaminhar Ata correspondente à diretoria em exercício, documentos que comprovam a nacionalidade/maioridade dos dirigentes eleitos e requerimento de renovação assinado por todos os dirigentes.
- b) Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

Vínculo: Após pesquisa não foram encontradas irregularidades.

*****CONCLUSÃO:**

Será elaborada Nota Técnica, pela última vez, para solução das pendências indicadas.

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Pedro Martins dos Santos	29/6/1959	371.096.344-34	1457714	Jorge Martins dos Santos e Noêmia Severina dos Santos	0296.5540.0841	PHS	
Vice-Presidente	Rejane da Conceição Santos	18/6/1968	782.603.614-34	3063220	Martinho Francisco dos Santos e Rita da Conceição Santos	0644.4997.0817	PSC	
Secretário(a) Geral	Claudemir José da Silva	11/3/1965	440.373.924-53	2697547	Cosmo José da Silva e Clotildes Rodrigues da Silva	0294.9233.0850	Não	
Tesoureiro(a)	Gildo Alves de Oliveira	14/9/1956	186.979.414-15	1205521	Adalberto Cabral de Oliveira e Felicidade Alves de Oliveira	0261.3795.0809	Não	
Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo	Jeane Vieira dos Santos	05/6/1981	046.261.834-09	4356560	Pedro Martins dos Santos e Jacira Maria Vieira	0618.3550.0817	Não	
Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo	Maria Jussineide da Silva	08/5/1965	488.333.634-49	2922998	José Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva	0155.2773.0850	Não	
Diretor Adjunto de Patrimônio	Maria José de Araújo	02/12/1960	233.004.344-91		Vicente Ferreira de Araújo e Antônia Alexandrina da Conceição	0103.4577.0892	Não	
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social	Gerson de Almeida	27/5/1966	507.995.504-00	2392641	Giovani Cavalcanti de Almeida e Cenira Castanha de Almeida	0268.0122.0817	Não	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 8866/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. COMPLEMENTAÇÃO À EXIGÊNCIA. ÚLTIMA NOTIFICAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **Radio Comunitária A Voz da Liberdade**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, apresentou requerimento de renovação da autorização (1646719), em 20/01/2017, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 01/09/2017, conforme informado na Nota Técnica 31286/2016/SEI-MCTIC (1513652) e com fundamento no art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Portanto, o pedido é tempestivo.

ANÁLISE

2. A entidade teve seu processo indeferido, com base no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II- não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", nos termos da Nota Técnica nº 2193/2019/SEI-MCTIC (3981299).

3. No entanto, tendo em vista que a Radiodifusora encaminhou recurso, tempestivamente, por meio do Ofício 03 4025706, no qual anexou os documentos faltantes, a saber, certidões negativas eleitorais da Justiça Federal referentes à Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária sugeriu o conhecimento do recurso e a reconsideração da decisão que indeferiu a renovação da outorga, conforme o disposto na Nota Técnica nº 6394/2019/SEI-MCTIC (4117053), acolhida pela Diretora do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituta, nos termos do Despacho SEARC 4117068.

4. Diante do exposto, a Entidade será oportunizada, pela última vez, a complementar as pendências dispostas a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018</p>	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição da diretoria encaminhada e s t á vencida desde 25/4/2019. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.</p> <p>Observação 1: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 2: <u>Sempre que houver eleição da diretoria, deve-se encaminhar novo requerimento de renovação (conforme Anexo 5 da Portaria) assinado por todos os dirigentes.</u></p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que todos os diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de</p>

			Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
	Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Consultou-se o sítio da Receita Federal e verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

5. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

5.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

5.2 Ressalta-se que a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

5.3 Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

5.4 Além dessas vedações, a Radiodifusora deve se atentar para o inciso I do mesmo art. 7º, segundo o qual não é permitido, como membro da diretoria, aquele que, "individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de

18 de maio de 1990". Sobre o assunto, informa-se que serão realizadas pesquisas nas Justiças Federal e Estadual para que seja verificado se os dirigentes estão em conformidade com esse dispositivo.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

7. Salienda-se que esta será a **última** notificação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos, com documentos desconformes com o que foi solicitado ou mesmo se não for possível emitir quaisquer das certidões negativas atualizadas necessárias à instrução processual motivará o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, nos termos do art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 06/06/2019, às 13:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/06/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4281273** e o código CRC **3F6DA34D**.

Minutas e Anexos

Anexo Requerimento de Renovação (3271938).

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4281273



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Coordenação de Processos de Rádio Comunitária
Divisão de Processos de Rádio Comunitária
Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 19332/2019/SEARC/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 06 de junho de 2019.

Ao Senhor

PEDRO MARTINS DOS SANTOS

Representante Legal da **Radio Comunitária A Voz da Liberdade** (CNPJ nº 03.256.169/0001-03)

Rua Barreto de Menezes, nº 567 - Bairro: Marcos Freire - Prazeres

54.315-340 / Jaboatão dos Guararapes - PE

Assunto: **Encaminhamento de Notas Técnicas relativas à análise do processo nº 01250.001651/2016-11.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho, anexas, cópias da **NOTA TÉCNICA Nº 6394/2019/SEI-MCTIC** e da **NOTA TÉCNICA Nº 8866/2019/SEI-MCTIC**.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC e alterações.

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html

6. Esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o **endereço para correspondência** é: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar. CEP: 70044-900 / Brasília-DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/06/2019, às 17:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4282056** e o código CRC **B96ADF41**.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4282056

Data de Envio:

10/06/2019 10:03:55

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

radiofmvozdaliberdade@gmail.com

pedromartins29@yahoo.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.001651/2016-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4282056.html

Nota_Tecnica_4281273.html

Anexo_3271938_Anexo_5_NOVO.pdf



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Jaboatão dos Guararapes, 09 de Julho de 2019.

Ofício Nº 07 /2019

Ilma. Sr^a. Coordenadora - Geral de Radiodifusão Comunitária
Dra. Vilma de Fátima Alvarenga Fanis


Ref. Processo nº 01250.001651/2016-11.

DD. Coordenadora.

Em resposta ao ofício nº **19332/2019/-MCTIC**, estamos encaminhando a V.Sa. todas as pendências referente a NOTA TÉCNICA nº 8866/2019/SEI-MCTIC, conforme foram solicitadas.

Certos de termos sanados as pendências, ficamos a vossa disposição para cumprimos tudo que for necessário para conclusão do processo em epígrafe.

Atenciosamente,


Eronildo Ferreira do Carmo
Secretário Geral

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 10/07/19 às 08:45 horas
Assinatura: Ailton Silva

Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com



RADIO FM A VOZ DA LIBERDADE

Plantando o futuro com você!

WWW.radiofmvozdaliberdade.com.br

Anexos os documentos abaixo:

- Ata de Eleição e Posse
- Requerimento de Renovação
- Comprovantes de maioridades de todos os dirigentes
- Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e á divida ativa da União

**Av. Barreto de Menezes, 567 Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE CEP. 54.360-160 - FONE: 3476.1547
E-mail: radiofmvozdaliberdade@gmail.com**



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DIRETORIA ADJUNTA E DO CONSELHO FISCAL DA RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE 98,5.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, as 10:00 h. Conforme edital de convocação das eleições, cumprindo normas estatutárias, reuniram diretores, conselheiros e associados da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade 98,5 em seu auditório na Av. Barreto de Menezes, nº 567, Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes/PE, para eleger a nova Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e Conselho Fiscal. As 10:00 horas da manhã o Sr. Pedro Martins dos Santos em nome de Deus deu por aberta a Assembleia Geral Ordinária das eleições para nova Diretoria, fez uma explanação sobre os trabalhos realizados pela rádio nas comunidades. Quero agradecer a todos membros da Diretoria pelo trabalho e dedicação à rádio durante a nossa gestão, parabenizo o Conselho Comunitário, que vem fazendo um trabalho de fiscalização e acompanhando toda programação da rádio. Informamos a todos os presentes, que a nossa rádio foi homenageada pela Câmara Municipal de Jaboatão dos Guararapes com a Medalha Vidal de Negreiros, pelo relevantes serviços prestados as comunidades do nosso município. Na oportunidade destacamos a grande prestação de serviços que a rádio vem realizando durante toda a sua programação, como também os cursos de capacitação e formação profissional. Em seguida o Sr. Presidente, convidou o Sr. Claudemir Jose da Silva para conduzir o processo da eleição, o Sr. Secretário Geral conclamou a todos os presentes a participarem do processo de votação, a seguir foi suspensa a sessão para que se formasse a composição das chapas concorrentes. Reiniciando os trabalhos, foi apresentada uma única chapa, para Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e para o Conselho Fiscal. Tendo a seguinte composição. Presidente: Aline Braga Martins dos Santos, RG: 8.421.200 SDS/PE, CPF: 095.692.744-09. Vice-presidente: Emanuel José Santana de Lima, RG: 4.833.419 SDS/PE, CPF: 064.331.274-95. Secretário Geral: Eronildo Ferreira do Carmo, RG: 2.419.024 SDS/PE, CPF: 345.000.904-44. Tesoureiro: José Carlos dos Prazeres, RG: 2.795.294 SDS/PE, CPF: 410.542.704-06. Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo: Micheline Ferraz de Oliveira Farias, RG: 4.937.356 SDS/PE, CPF: 027.181.414-41 Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo: Gerson Pereira da Silva, RG: 2. 467.246 SDS/PE, CPF: 353.081.684-15. Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social: Hasemberg José da Silva, RG: 5.612.866 SDS/PE, CPF: 026.154.304-60. Diretora Adjunta de Patrimônio: Andréia Helenie Alcântara de Oliveira, RG: 10.213.453 SSP/PR, CPF: 107.455.464-71.

Conselho Fiscal Titular:

- 1) Diogo Fernandes Bezerra, RG: 8.394.631 SDS/PE, CPF: 092.907.094-13
- 2) Celso Lima de Melo, RG: 7.992.230 SDS/PE, CPF: 102.022.864-44
- 3) Douglas Adelino de Lima, RG: 6.999.458 SSP/PE, CPF: 058.794.434-00

Conselho Fiscal Suplente:

- 1) Maria Geciane da Silva, RG: 1.720.906 SDS/PE, CPF: 034.841.954-60
- 2) José Cibrallio Ferreira da Silva, RG: 6.834.883 SDS/PE, CPF: 053.333.584-19

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD EPI

Nº 52.805-6668

As 13: 00h do dia 25 de abril do ano de 2019 o presidente da sessão deu como encerrada a Assembleia Geral Ordinária de eleição e posse da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta e Conselho Fiscal da Rádio Comunitária A Voz da Liberdade 98,5, neste ato sendo todos empossados, eu Claudemir José da Silva lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada segue devidamente assinada.

Jaboatão dos Guararapes, 25 de abril de 2019.

Emmanuel Fernandes
José Carlos dos Reis

Emmanuel José Santana de Lima
Adriana Helena Oliveira de Oliveira
Francisco Almeida de Almeida

Aleni Braga Martins dos Santos
José Carlos dos Reis

Adriana Helena de Almeida
+ Mariana Queiroz da Silva
+ Lore Fabíola Ferreira de Siqueira
+ Diego Fernandes Bezerra



Cartório de Jaboatão dos Guararapes
Cartório Eduardo Malta

1º Ofício de Jaboatão dos Guararapes
Rua Manoel Lins de Azevedo, 515-9000 - Fone: (81) 3035-9302

Rel. José Eduardo Lopo Malta - Tabelião Público
Rel. José Amaro da Silva - Rel. Pedro João Filho - Rel. Roberto
de Almeida - Rel. Roberto de Almeida - Rel. Roberto de Almeida - Rel. Roberto de Almeida

Protocolado sob o nº 52805, em 05/07/2019 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 6668, em 05/07/2019
19:17:41. Averbado ao Registro nº 926
Emol R\$ 84,11 (2% de FUNSEG e 1% de FEPM)
TSNR R\$ 19,79 FERC R\$ 9,90 BEL. JOSÉ AMIRIO DA SILVA - Oficial Registrador. Selo
0074849.QPJ10201809.04499 Consulte
autenticidade em www.tjpe.jus.br/setodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 52.805-6668



Protocolado sob o nº 52805, em 05/07/2019 e registrado em Pessoa Jurídica sob o nº 6668, em 05/07/2019
19:17:41. Averbado ao Registro nº 926
Emol R\$ 84,11 (2% de FUNSEG e 1% de FEPM)
TSNR R\$ 19,79 FERC R\$ 9,90 BEL. JOSÉ AMIRIO DA SILVA - Oficial Registrador. Selo
0074849.QPJ10201809.04499 Consulte
autenticidade em www.tjpe.jus.br/setodigital

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 52.805-6668



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão social:	Rádio Comunitária A Voz da Liberdade				
Nome Fantasia:	Rádio A Voz da Liberdade	CNPJ: 03.256.169/0001-03			
Endereço de Sede:	Avenida Barreto de Menezes, Nº567- Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Nome do representante legal:	Aline Braga Martins dos Santos				
Endereço eletrônico (e-mail):	radiofmvozdaliberdade@gmail.com				

Endereço de correspondência:	Avenida Barreto de Menezes, nº 567 - Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Avenida Barreto de Menezes, Nº567- Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-160
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84)	Latitude:	º (N/S) 08S'081200"			
	Longitude:	º W 34 W'582700"			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município do Jaboaatão dos Guararapes/PE, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I – a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II – a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III – a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da constituição;
- IV – a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V – a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que subordinem ou sujeitem à gerência, a administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI – a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII – nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII – todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX – todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X – todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art.1º, **caput**, inciso I, alíneas b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
- XI – a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configura infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo – assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 52.805-6668



Nome do dirigente:	Aline Braga Martins dos Santos				
Cargo:	Presidente	Título Eleitor:	Nº 0812 1151 0817		
RG:	8.421.200	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	095.692.744-09
Endereço:	Rua Domingos Fernandes Bloco 119 Aptº 301 Conjunto Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-010
Assinatura:	<i>Aline Braga Martins dos Santos</i>				

Nome do dirigente:	Emanuel Jose Santana de Lima				
Cargo:	Vice-Presidente	Título Eleitor:	Nº 0713 8311 0850		
RG:	4.833.419	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	064.331.274-95
Endereço:	Rua Rio Bauru, LT 0022 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-074
Assinatura:	<i>Emanuel Jose Santana de Lima</i>				

Nome do dirigente:	Eronildo Ferreira do Carmo				
Cargo:	Secretário Geral	Título Eleitor:	Nº 0315 9925 0876		
RG:	2.419.024	Órgão Emissor:	SSP/PE	CPF:	345.000.904-44
Endereço:	Rua André Dias de França, Bloco 46 Aptº 302, Marcos Freire.				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-090
Assinatura:	<i>Eronildo Ferreira do Carmo</i>				

Nome do dirigente:	José Carlos dos Prazeres				
Cargo:	Tesoureiro	Título Eleitor:	Nº 0000 7477 0825		
RG:	2.795.294	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	410.542.704-06
Endereço:	Rua André Dias de França Bloco 46 Aptº 304 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-090
Assinatura:	<i>José Carlos dos Prazeres</i>				

Nome do dirigente:	Micheline Ferraz de Oliveira Farias				
Cargo:	Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo	Tít. Eleitor:	Nº 0486 2020 0833		
RG:	4.937. 356	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	027.181.414-41
Endereço:	Rua Palmerina, 15 A Quadra C Lote 1 Engenho Guararapes, Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.000-000
Assinatura:	<i>Micheline Ferraz de Oliveira Farias</i>				

Nome do dirigente:	Gerson Pereira da Silva				
Cargo:	Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo	Título Eleitor:	Nº 0371 2290 0884		
RG:	2.467.246	Órgão Emissor:	SDS/PE	CPF:	353.081.684-15
Endereço:	Rua Henrique Dias, Bloco 67 Aptº 308 Marcos Freire				
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE	CEP:	54.360-130
Assinatura:	<i>Gerson Pereira da Silva</i>				



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

Nº 52.805-6668

Nome do dirigente:	Hasenberg José da Silva		
Cargo:	Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social	Título Eleitor:	Nº 0596 2100 0817
RG:	5.612.866	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 028.154.304-60
Endereço:	Rua Frei Gaspar da Madre de Deus, 238 UR - 06		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.360-181
Assinatura:	<i>Hasenberg José da Silva</i>		

Nome do dirigente:	Andreia Helenie Alcântara de Oliveira		
Cargo:	Diretora Adjunta de Patrimônio	Título Eleitor:	Nº 0930 0962 0833
RG:	10.213.453	Órgão Emissor:	SSP/PR CPF: 107.455.464-71
Endereço:	AV: Fernandes Vieira, 406 – BL 7 Marcos Freire		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.360-020
Assinatura:	<i>Andreia Helenie A. de Oliveira</i>		

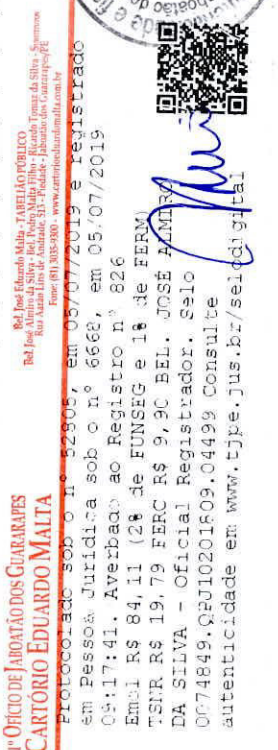
Nome do dirigente:	Diogo Fernandes Bezerra		
Cargo:	Conselho Fiscal Titular	Título Eleitor:	Nº 0843 9003 0841
RG:	8.394.631	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 092.907.094-13
Endereço:	Rua Dom Helder Câmara, 122, Marcos Freire		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.360-161
Assinatura:	<i>Diogo Fernandes Bezerra</i>		

Nome do dirigente:	Celso Lima de Melo		
Cargo:	Conselho Fiscal Titular	Título Eleitor:	Nº 0807 9549 0884
RG:	7.992.230	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 102.022.864-44
Endereço:	Rua do Espinheiro, 34 Muribeca		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.350-050
Assinatura:	<i>Celso Lima de Melo</i>		

Nome do dirigente:	Douglas Adelino de Lima		
Cargo:	Conselho Fiscal Titular	Título Eleitor:	Nº 0680 6883 0825
RG:	6.999.458	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 058.794.434-00
Endereço:	Sítio Monteiro, 25 Conjunto Marcos Freire		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.360-183
Assinatura:	<i>Douglas Adelino de Lima</i>		

Nome do dirigente:	Maria Geciane da Silva		
Cargo:	Conselho Fiscal Suplente	Título Eleitor:	Nº 0233 1892 1791
RG:	1.720.906	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 034.841.954-60
Endereço:	Rua Rio Ceará, 75 Loteamento Guararapes, Marcos Freire		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.360-000
Assinatura:	<i>Maria Geciane da Silva</i>		

Nome do dirigente:	José Cibrálio Ferreira da Silva		
Cargo:	Conselho Fiscal Suplente	Título Eleitor:	Nº 0598 0923 0809
RG:	6.834.883	Órgão Emissor:	SDS/PE CPF: 053.333.584-19
Endereço:	2ª Travessa Dom Expedito Lopes, 1074 Marcos Freire		
Município:	Jaboatão dos Guararapes	UF:	PE CEP: 54.315-392
Assinatura:	<i>José Cibrálio Ferreira da Silva</i>		



Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO CAC-01

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO TAVARES RUIZ

POLEGAR DIREITO

Aline Braga Martins dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.421.200

DATA DE EXPEDICAO 23/11/2007

NOME

« ALINE BRAGA MARTINS DOS SANTOS »

FILIAÇÃO

« PEDRO MARTINS DOS SANTOS »

« ROZELIA MONTE BRAGA MARTINS DOS SANTOS »

NATURALIDADE

RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO

26/08/1991

OPC ORIGEM

« CN.56.943-L.49A-F.99-CART.SEDE

JABOATÃO-PE-10.05.2004 »

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

F-27-33.491 - PVV



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

CPF: 064.331.274-95

Nome: EMANUEL JOSE SANTANA DE LIMA

Nascimento: 03/12/1987

Endereço: Rua ... nº ...

Cidade: ... Estado: ...

Assinatura: ...

Carimbo: ...

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

CPF: 064.331.274-95

Nome: EMANUEL JOSE SANTANA DE LIMA

Nascimento: 03/12/1987

Endereço: Rua ... nº ...

Cidade: ... Estado: ...

Assinatura: ...

Carimbo: ...

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número: 064.331.274-95

Nome: EMANUEL JOSE SANTANA DE LIMA

Nascimento: 03/12/1987

Assinatura: ...

Carimbo: ...

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **2.419.024** DATA DE EXPEDIÇÃO **27/09/2014**

NOME
<< ERONILDO FERREIRA DO CARMO >>

FILIAÇÃO
<< JOSÉ FERREIRA DO CARMO >>
<< JOSEFA RAIMUNDA DA SILVA >>

NATURALIDADE **VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE** DATA DE NASCIMENTO **28/05/1966**

DOC. ORIGEM **<< CC 24445 L.42B F.60V CART 2ºDIST JABOATÃO PE 22.05.1992 >>**

CPF **345.000.904-44**

Assinatura do Sr. Eronildo do Carmo
 Delegado Gerente do IIRB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-63 46.822 - 111X

CARTEIRA DE IDENTIDADE

EC9

ESTADO DE PERNAMBUCO

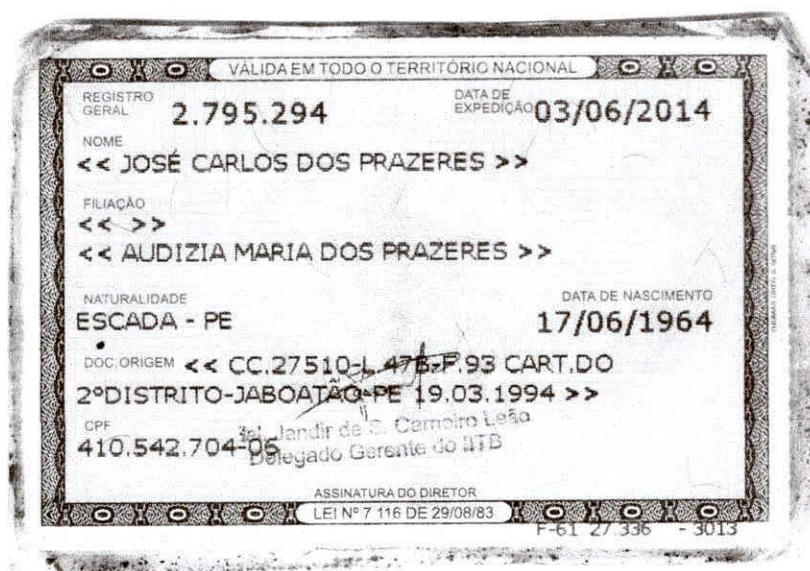
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E VALORES RUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Imagem do titular e impressão digital

Assinatura manuscrita: Eronildo do Carmo



REGISTRO
GERAL

4.937.356

DATA DE
EXPEDIÇÃO

01/03/2012

NOME

<< MICHELINE FERRAZ DE OLIVEIRA FARIAS >>

FILIAÇÃO

<< EDUARDO MEDEIROS DE OLIVEIRA >>
<< LUCINEIDE FERRAZ DE OLIVEIRA >>

NATURALIDADE

RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO

27/06/1976

DOC ORIGEM

<< 0771800155 2012 2 00083 137

0048598 02 JABOATÃO PE >>

CPF

027.181.414-41

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7 116 DE 29/08/83

F-48 37.810 - 3011

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

POLEGAR DIREITO



MICHELINE S. de O. FARIAS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

EC-2

POA ECAO DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIÇÃO 19/07/2014

REGISTRO GERAL 2.467.246

NOME << GERSON PEREIRA DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOÃO SABINO DA SILVA >>

<< LINDINALVA PEREIRA DA SILVA >>

NATURALIDADE RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO 16/12/1962

DOC ORIGEM << 076538 01 55 1998 2 00026 072

0002455 17 MORENO-PE >>

OPF 353.081.684-15

Assinatura do Titular

Assinatura do IITB

Lei Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.612.866 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/09/2008

NOME << HASEMBERG JOSÉ DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOSÉ CARLOS DA SILVA >>

<< TERESINHA JOSEFA DA SILVA >>

NATURALIDADE JOÃO PESSOA - PB DATA DE NASCIMENTO 02/06/1981

CPF 028.154.304-60

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-21 74.119

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL CAC-02

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES RUIM

COLUNA LECTORA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 10.213.453 DATA DE EXPIRAÇÃO 14/08/2015

NOME << ANDRÉIA HELENIE ALCANTARA DE OLIVEIRA >>

FILIAÇÃO << PAULO ANDRÉ ALVES DE OLIVEIRA >>
<< HELENA ALCANTARA DE OLIVEIRA >>

NATURALIDADE BOA VISTA - RR DATA DE NASCIMENTO 17/03/1997

DOC ORDEM << 098511 01 SS 1997 1 00014 275
0008351 41 BOA VISTA-RR >>

CPF 107 455 464-71

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.166 DE 29/08/83

1515506531021550496474925

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EC-9

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO





Andréia Helena A. de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

8.394.631

DATA DE EXPEDIÇÃO 25/09/2012

<< DIOGO FERNANDES BEZERRA >>

<< DIÓGENES AZEVEDO BEZERRA >>

<< LUCINALVA DA SILVA FERNANDES >>

NATURA: RECIFE - PE

DATA DE NASCIMENTO 23/01/1992

FOR. ORDEM << CN.105201-L.90A-F.187V-CART. 2ºDIST.RECIFE-PE, 23.01.1992 >>

092.907.094-13

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO TAMBORA REIL

EC-2



Diogo Fernandes Bezerra

CARTEIRA DE IDENTIDADE







MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Numero de Inscrição

192.022 864-44

Nome

LESLIE MA DE MELLO

Nascimento

80



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

EC-1

IDENTIFICAÇÃO
DEFESA SOCIAL
TAVARES BURIL

Douglas Adeline de Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.999.458 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/05/2018

NOME << DOUGLAS ADELINO DE LIMA >>

FILIAÇÃO << FERNANDO JOSÉ ADELINO >>
<< ROSINETE MARIA LIMA DA SILVA >>

NATURALIDADE JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE DATA DE NASCIMENTO 04/12/1984

DIGIT. ORDEM << 0771800155 2010 3 00021 084 >>
0011167 24 JABOATÃO DOS GUARARAPES PE >>

CPF

Paulo de Carvalho
ASSINATURA DO DETETOR
LEI Nº 7.112 DE 2003
TENORIO DE CARVALHO
POLÍCIA CIVIL

110741202205095306.81000030 F-00 14.692 - 0000



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.720.906

Nome: Maria Ceciane da Silva

CPF: 02.11.1938

Nome do Pai: Celso José da Silva

Nome da Mãe: Carmelita da Silva

CPF: 28.01.1975

Localidade: D. Tasso, nº 7.649 FLS. 263, IV. 8A

Colônia de População: AI

DATA DE NASCIMENTO: 28.01.1975

LOCAL DE NASCIMENTO: D. Tasso, nº 7.649 FLS. 263, IV. 8A

Colônia de População: AI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

3.5. "O" Pol.

Maria Ceciane da Silva



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

MARIA GECIANE DA SILVA

Nº de inscrição

034841954-60

Data do Nascimento

28/01/75



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

Maria Geciane da Silva

MARIA GECIANE DA SILVA

S
E
R
P
R
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 11/04/98

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

DATA DE
EXPEDIÇÃO 26.04.2001

NOME 6834883
JOSÉ CIBRÁLIO FERREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO
Luiz Ferreira da Silva Filho
Luzinete Marcelino Ferreira da Sil-

NATURALIDADE Va. DATA DE NASCIMENTO
Aliança-PE 15.12.1983

DOC ORIGEM C.N.16362-L.a-14-F.25v-Cart.
Aliança-PE

AG 03201-8

0621638-2

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

JOSE CIBRALIO FERREIRA DA SILVA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

AG 00291-7

0104098-7

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE
CNPJ: 03.256.169/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:04:43 do dia 08/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/01/2020.

Código de controle da certidão: **2151.3BB0.A676.344E**

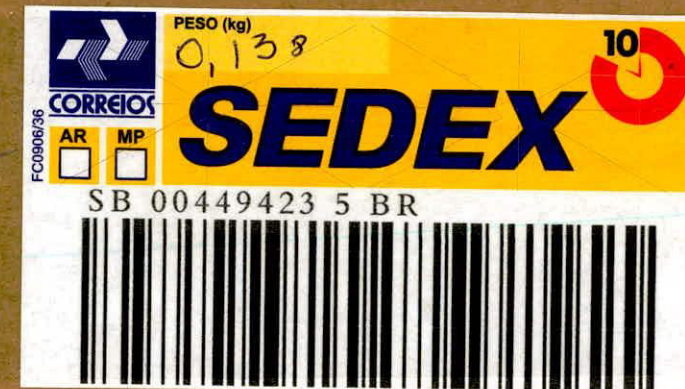
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações E
Comunicação.

Coordenação – Geral de Radiodifusão Comunitária.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900/ BRASILIA - DF



Rádio Comunitária A Voz da Liberdade

**Av. Barreto de Menezes, nº 567, Marcos Freire
Jaboatão dos Guararapes/PE.**

CEP 54.360-160

CHECKLIST

Processo nº **01250.001651/2016-11.**

Entidade: **Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.**

CNPJ nº **03.256.169/0001-03.**

Localidade: **Jaboatão dos Guararapes / PE.**

OBSERVAÇÃO: Este documento se refere à análise prévia dos documentos.

1. Certidões atualizadas:

DOCUMENTO	REGULAR	
	SIM	NÃO
CNPJ	x	
CNDA	x	
CRF	x	
RFB/DAU	x	
CNDT	x	

2. Pesquisa de vínculo:

CARGO	NOME	CPF	VÍNCULO POLÍTICO		VÍNCULO RELIGIOSO		VÍNCULO FAMILIAR		VÍNCULO COMERCIAL	
			SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	Aline Braga Martins dos Santos	095.692.744-09		x		x		x		x
Vice-Presidente	Emanuel José Santana de Lima	064.331.274-95		x		x		x		x
Secretário Geral	Eronildo Ferreira do Carmo	345.000.904-44		x		x		x		x
Tesoureiro	José Carlos dos Prazeres	410.542.704-06		x		x		x		x
Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo	Micheline Ferraz de Oliveira Farias	027.181.414-41		x		x		x		x
Diretor Adjunto de Planejamento e Jornalismo	Gerson Pereira da Silva	353.081.684-15		x		x		x		x
Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social	Hasemberg José da Silva	028.154.304-60		x		x		x		x
Diretora Adjunta de Patrimônio	Andreia Helenie Alcântara de Oliveira	107.455.464-71		x		x		x		x

3. Pesquisa de regularidade no Tribunal Regional Federal (TRF), respectiva Seção e Subseção Judiciária, e no Tribunal de Justiça (TJ) do domicílio dos dirigentes:

CARGO	NOME	TRF	TJ
		PROCESSOS EM	

CARGO	NOME	ANDAMENTO/CONCLUÍDOS			
		SIM	NÃO	SIM	NÃO
Presidente	Aline Braga Martins dos Santos		x		x
Vice-Presidente	Emanuel José Santana de Lima		x		x
Secretário Geral	Eronildo Ferreira do Carmo		x		x
Tesoureiro	José Carlos dos Prazeres		x		x
Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo	Micheline Ferraz de Oliveira Farias		x		x
Diretor Adjunto de Planejamento e Jornalismo	Gerson Pereira da Silva		x		x
Diretor Adjunto Cultural e Comunicação Social	Hasemberg José da Silva		x		x
Diretora Adjunta de Patrimônio	Andreia Helenie Alcântara de Oliveira		x		x

*Legenda:

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNDA	Certidão Negativa de Débitos da Anatel
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS
RFB/DAU	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas



Documento assinado eletronicamente por **Marciele da Silva Cunha, Analista**, em 18/09/2019, às 11:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4643009** e o código CRC **9543AB6D**.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERIDADE**

CNPJ: **03.256.169/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:31:46 do dia 23/09/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.256.169/0001-03

Razão Social: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE

Endereço: R HENRIQUE DIAS 567 / JARDIM JORDAO / JABOATAO DOS GUARARAPES
/ PE / 54315-340

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2019 a 04/10/2019

Certificação Número: 2019090504434295919407

Informação obtida em 23/09/2019 15:32:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.256.169/0001-03

Certidão nº: 184630102/2019

Expedição: 23/09/2019, às 15:47:58

Validade: 20/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO COMUNITARIA A VOZ DA LIBERDADE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.256.169/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inocorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Processo nº **01250.001651/2016-11**.

Entidade: **Rádio Comunitária a Voz da Liberdade.**

Localidade: Jaboatão dos Guararapes / PE.

CNPJ 03.256.169/0001-03.

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (1646719).

1.1) Data de postagem / do recebimento / Protocolo no SEI: 20/01/2017.

1.2) Tempestividade: (x) Sim - art. 36 do Decreto nº 2615, de 3 de junho de 1998.

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fl. 5 (4393892).

2) Declaração de conformidade: fl. 27 (1646719).

3) Estatuto Social: fls. 06 a 19 (Evento SEI 3403356 – Processo 01250.058153/2018-02) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2, I, f;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 4, §1º;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 5, a; 6, a;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4, §2º; 6, b;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 14;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 4, §3º (4 anos);

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 32.

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 2;

c) Sede: art. 1;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 4; 5, b; 7;

e) Direitos dos associados: art. 5;

f) Deveres dos associados: art. 6;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 8;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 12;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 29; 36;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 12;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 7, a;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 12, §§ 3º e 4º; 29;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 31;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 12, §1º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 36, §2º;

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 03 (4393892) – registrada.

Mandato de 25/4/2019 a 25/4/2023.

Presidente: Aline Braga Martins dos Santos

Vice-Presidente: Emanuel José Santana

Secretário Geral: Eronildo Ferreira do Carmo

Tesoureiro: José Carlos dos Prazeres

Dir.Adj. Planejamento Administrativo: Gerson Pereira da Silva

Dir.Adj. Operações e Jornalismo: Micheline Ferraz de Oliveira Farias

Dir. Adj. De Patrimônio: Andréia Helenie Alcântara de Oliveira

Dir. Cult. Com. Social: Hasemberg José da Silva.

5) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: fls. 08 a 16 (4393892).

6) CNPJ: Evento SEI 3028306 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento SEI 4661072 – Positiva c/ Efeito de Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 17/18 e 35 (2978173); fl. 26/27 (Evento SEI 3403356).

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 4661081 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB: fl. 26 (4393892) – Positiva c/ Efeito de Negativa.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 4661089 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa eleitoral relativa aos dirigentes: Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva.

[A pendência foi sanada, conforme certidões anexas às fls. 02/3 do Ofício 03, evento SEI 4025706 – protocolo nº 01250.015381/2019-61.](#)

13) Certidões Justiça Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, não foram encontradas irregularidades.

23/09/2019 – A entidade atendeu a contento às exigências impostas. Processo tecnicamente instruído.

*****CONCLUSÃO:**

- Após consulta ao sítio da Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, verificou-se a impossibilidade de emissão de certidão negativa eleitoral do TRF5, relativas às dirigentes: Rejane da Conceição Santos e Maria Jussineide da Silva. No entanto, a entidade prestou os esclarecimentos necessários (fl. 02/3 do Ofício 03, Evento 4025706, protocolo nº 01250.015381/2019-61).
- Os endereços indicados no Requerimento conferem com os cadastrados no SRD, nos termos do Despacho SEARC 3724681.
- Processo instruído.
- Será elaborada pesquisa acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Pedro Martins dos Santos	29/6/1959	371.096.344-34	1457714	Jorge Martins dos Santos e Noêmia Severina dos Santos	0296.5540.0841	PHS	
Vice-Presidente	Rejane da Conceição Santos	18/6/1968	782.603.614-34	3063220	Martinho Francisco dos Santos e Rita da Conceição Santos	0644.4997.0817	PSC	
Secretário(a) Geral	Claudemir José da Silva	11/3/1965	440.373.924-53	2697547	Cosmo José da Silva e Clotildes Rodrigues da Silva	0294.9233.0850	Não	

Tesoureiro(a)	Gildo Alves de Oliveira	14/9/1956	186.979.414-15	1205521	Adalberto Cabral de Oliveira e Felicidade Alves de Oliveira	0261.3795.0809	Não	
Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo	Jeane Vieira dos Santos	05/6/1981	046.261.834-09	4356560	Pedro Martins dos Santos e Jacira Maria Vieira	0618.3550.0817	Não	
Diretor Adjunto de Operações e Jornalismo	Maria Jussineide da Silva	08/5/1965	488.333.634-49	2922998	José Gomes da Silva e Maria de Lourdes da Silva	0155.2773.0850	Não	
Diretor Adjunto de Patrimônio	Maria José de Araújo	02/12/1960	233.004.344-91		Vicente Ferreira de Araújo e Antônia Alexandrina da Conceição	0103.4577.0892	Não	
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social	Gerson de Almeida	27/5/1966	507.995.504-00	2392641	Giovani Cavalcanti de Almeida e Cenira Castanha de Almeida	0268.0122.0817	Não	



BOA TARDE
Luciana Pimentel Chaves
Sistemas Interativos

SRD | internet | tela | menu | ajuda

Menu Principal ▾

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Jaboatão dos Guararapes
Canal: 253
Fase: 3

Distrito: Jaboatão dos Guararapes
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA BARRETO DE MENEZES,567
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 03.256.169/0001-03
Bairro: MARCOS FREIRE
Número: .
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga

+ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	201		Portaria			11/03/2005	17/03/2005	Autoriza Executar Serviço
	59282		ATO	CMPRL		28/06/2006 1	30/06/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM
	263		Decreto Legislativo	CN		28/09/2007	01/10/2007	Deliber. do C. Nacional
	68160		ATO	CMPRL		25/10/2007 1	26/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial **Imprimir**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Entidade: **Radio Comunitária a Voz da Liberdade.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual e aos Processos de Apuração de Infração.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, embora tenham sido encontrados registros de ações distribuídas, a Entidade prestou os esclarecimentos necessários (4025706), de forma que pode ser dado prosseguimento à renovação da outorga.
2. Além disso, da pesquisa ao banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração e ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, verificou-se que não constam Processos de Apuração de Infração concluídos ou em trâmite.
3. Portanto, não há óbice para prosseguimento do processo de renovação da outorga.
4. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 24/09/2019, às 09:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4661586** e o código CRC **FF66A1AB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 17575/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Radio Comunitária A Voz da Liberdade**, na localidade de **Jaboatão dos Guararapes**, estado de **Pernambuco**, por meio da Portaria nº 201, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/3/2005 (2717478), e Decreto Legislativo nº 263, publicado no DOU de 1º/10/2007 (2717490).

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 01/9/2017. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação da outorga em 20/1/2017, à fl. 01, 1646719, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018.

REQUERENTE
RÁDIO COMUNITÁRIA A VOZ DA LIBERDADE
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Aline Braga Martins dos Santos
Vice-Presidente: Emanuel José Santana
Secretário Geral: Eronildo Ferreira do Carmo

Tesoureiro: José Carlos dos Prazeres

Diretor Adjunto de Planejamento Administrativo: Gerson Pereira da Silva

Diretora Adjunta de Operações e Jornalismo: Micheline Ferraz de Oliveira Farias

Diretora Adjunta de Patrimônio: Andréia Helenie Alcântara de Oliveira

Diretor Cultural e de Comunicação Social: Hasemberg José da Silva.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Evento 1646719; Novo Requerimento 4393892
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 06 a 19, 3403356.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fl. 03, 4393892.
3.1	Mandato da diretoria em exercício	de 25/4/2019 a 25/4/2023.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 08 a 16, 4393892.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 17 e 35, 2978173; fl. 26/27, 3403356.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl. 27, 1646719.

7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	Evento 3028306.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Evento 4661072.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Certidão 4661081.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	fl. 26, 4393892.
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Certidão 4661089.
12	Relatório de apuração de infrações.	Despacho SEARC 4661586.
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4661193).

À consideração superior.

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 24/09/2019, às 09:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/09/2019, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 01/10/2019, às 08:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 02/10/2019, às 21:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4661623** e o código CRC **B517BD57**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 01250.001651/2016-11

Referência: Nota Técnica 17575 (4661623)

Interessado: Radio Comunitária A Voz da Liberdade (radio A Voz da Liberdade)

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 11/10/2019, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4703135** e o código CRC **42296D9E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4703135



PORTARIA Nº 5239/2019/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000293/2000 e nº 01250.001651/2016-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/10/2019, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4702252** e o código CRC **E65E3BF8**.

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.238-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001474/1998 e nº 53900.039639/2015-92, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de outubro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 01.833.786/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Prata, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.239-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000293/2000 e nº 01250.001651/2016-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de outubro de 2017, a autorização outorgada à Radio Comunitária A Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.240-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53840.000428/1998 e nº 53900.049393/2015-67, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição, inscrita no CNPJ nº 32.712.044/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Canindé de São Francisco, estado de Sergipe.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.241-SEI, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000736/1998 e nº 53900.049998/2015-58, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM, inscrita no CNPJ nº 02.695.019/0001-25, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibimirim, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.243-SEI, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000063/2000 e nº 53900.050467/2016-99, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária RCS, inscrita no CNPJ nº 03.589.533/0001-49, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Jorge d'Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.306-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53650.002714/1998 e nº 53900.046486/2015-30, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de maio de 2016, a autorização outorgada à Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré, inscrita no CNPJ nº 07.598.436/0001-73, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cariré, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.307-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000909/1999 e nº 01250.010582/2016-29, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 07 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade - FM, inscrita no CNPJ nº 03.051.994/0001-63, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sorocaba, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.308-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000835/1998 e nº 53900.034340/2015-41, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 15 de setembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC, inscrita no CNPJ nº 02.422.190/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Belmonte, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.309-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001111/1998 e nº 53900.043844/2015-52, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo, inscrita no CNPJ nº 01.644.631/0001-06, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.310-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002947/1998 e nº 53900.050620/2015-05, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de outubro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, inscrita no CNPJ nº 02.585.833/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cajati, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.311-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53610.000002/1999 e nº 53900.050258/2016-45, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de julho de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária União, inscrita no CNPJ nº 02.929.856/0001-71, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de União dos Palmares, estado de Alagoas.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.314-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001890/1998 e nº 53000.055758/2011-11, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor, inscrita no CNPJ nº 01.831.336/0001-69, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São José do Rio Pardo, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.315-SEI, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.004012/2001 e nº 53900.050612/2015-51, resolve:



Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/10/2019 17:32:50
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5558513
Data prevista de publicação: 22/10/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12123242	ATO PORTARIA Nº 5236 MIN NCRED.rtf	33b230d61faa54e2 4587b4f3a6cf1b1f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123243	ATO PORTARIA Nº 5309 MIN NCRED.rtf	2f311752124ba4ab f9afac103285b545	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123244	ATO PORTARIA Nº 5310 MIN NCRED.rtf	757aff226923428d 54d71e221da98336	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123245	ATO PORTARIA Nº 5311 MIN NCRED.rtf	48f31953c788c13c 93913431d37e2bab	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123246	ATO PORTARIA Nº 5314 MIN NCRED.rtf	2e3f05f603d535e6 27e717c907ee5fbf	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123247	ATO PORTARIA Nº 5315 MIN NCRED.rtf	0d88f60d9bfe27a4 1ed491d2143a9f9f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123248	ATO PORTARIA Nº 5316 MIN NCRED.rtf	1f52c4a92f1f51ba 5ba0f1bfa53ca087	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123249	ATO PORTARIA Nº 5317 MIN NCRED.rtf	04eab0eea4277c85 3b7c3a64ac236722	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123250	ATO PORTARIA Nº 5467 MIN NCRED.rtf	6eea4022c88f5d12 e9c2ce0403efac4c	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123251	ATO PORTARIA Nº 5238 MIN NCRED.rtf	224aa97424192147 5fe64c0982935845	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123252	ATO PORTARIA Nº 5239 MIN NCRED.rtf	f25345aac36a1056 2f91ac3b588fe0d6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12123253	ATO PORTARIA Nº 5240 MIN NCRED.rtf	acec651f9295ef5c 9d3531be1ecc8681	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123254	ATO PORTARIA Nº 5241 MIN NCRED.rtf	30a7f48e049bc613 ad37b2fc88c8d947	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123255	ATO PORTARIA Nº 5243 MIN NCRED.rtf	afea9b33d561a9e9 388972632b3f714b	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123256	ATO PORTARIA Nº 5306 MIN NCRED.rtf	74d5da0b847872a7 5d0d5301dc79e941	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12123257	ATO PORTARIA Nº 5307 MIN NCRED.rtf	86f848e824bd7059 27f5f08aba2c0ea5	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12123258	ATO PORTARIA Nº 5308 MIN NCRED.rtf	42c0808a548a8c8a f319a47e94987d21	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			114,00	R\$ 3.766,56

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.001651/2016-11.**

Entidade: **Rádio Comunitária A Voz da Liberdade.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 5239, de 14/10/2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019, renovou-se a outorga da **Rádio Comunitária A Voz da Liberdade** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 01250.001651/2016-11, acompanhado do ato de renovação, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 04/11/2019, às 13:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4774023** e o código CRC **A7723101**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.001651/2016-11

SEI nº 4774023

Brasília, 5 de Dezembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.001651/2016-11, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Radio Comunitária a Voz da Liberdade, inscrita no CNPJ nº 03.256.169/0001-03, explore pelo prazo de dez anos a partir de 1º de outubro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 17575/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5239, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 22/10/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 05/12/2019 10:57

Termo(s): 1395 2019

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 01395 2019 Renov/Radcom - Radio Comunitária a Voz da Liberdade - Guararapes/PE	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 46842/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.001651/2016-11.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/12/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4936082** e o código CRC **7ABE71FF**.